

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*

23
nº

Out. -dez. 2009

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 23

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2009

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- João Emílio Gazzana
- José Sydrião Alencar Júnior
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
- Oswaldo Serrano de Oliveira
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - Etene**

José Narciso Sobrinho
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza
(Gerente de Ambiente)
Airton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e
Agroindustriais)
Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de
Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe Responsável

Autores: Airton Saboya Valente Júnior, Antônio
Ricardo de Norões Vidal, Assuêro Ferreira, Carlos
Américo Leite Moreira, Francisco Ferreira Alves,
Francisco Raimundo Evangelista, Inêz Silvia
Batista Castro, Jackson Dantas Coelho, Laura Lúcia
Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Roberto
Alves Gomes e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José
Vladimir Cardoso Sena, Rayssa Alexandre Costa e
Valéria Falcão de Souza

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Normalização Bibliográfica

Fernanda Holanda

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bl. A2 - Térreo - Passaré
Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP.: 60.740-000
e-mail: conjuntura@bnb.gov.br
fone: (85) 3299.3033

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 23 (out. - dez. 2009) - . - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2009 -

104 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
5	1.1 - O Futuro com um Pé no Presente
9	1.2 - O Modelo de Bangalore pode ser Replicado no Nordeste do Brasil?
15	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
19	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
19	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
25	3.2 - Produção Industrial do Brasil
28	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
35	3.3 - Comércio
35	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
37	3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste
40	3.4 - Produção Agropecuária
40	3.4.1 - Agronegócio
40	3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
46	3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio
49	3.4.2 - Agricultura
59	3.4.3 - Pecuária
65	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
68	4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal
73	5 - SETOR EXTERNO
83	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
83	6.1 - Orçamento - Poder Executivo
86	6.2 - Orçamento - Investimento das Estatais
91	7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
92	7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

- 95 7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
- 97 7.3 - BNB - Taxas de Juro, Depósitos e Operações de Crédito

1 - Avaliação e Perspectivas

1.1 - O Futuro com um Pé no Presente

Roberto Smith

Economista, atual presidente do BNB, doutor em Economia pela USP e pós-doutorado pela *Université Paris 13 Nord*.

A constatação de que o Nordeste brasileiro reúne os piores indicadores econômicos e sociais do País vem-se confirmando há muito tempo. Cinquenta anos após a criação da Sudene, comemorados agora em dezembro, persiste ainda a questão das disparidades regionais, cuja origem remonta ao período colonial. O País vive hoje um momento estimulante com mudanças significativas em muitas áreas e setores, mas apesar dos bons resultados e do empenho do presidente Lula, muitas mazelas ainda perduram, e, por isso mesmo, não podem sair de nossa agenda de compromissos com o futuro.

Entre elas, o problema das disparidades inter e intrarregionais. A participação do Nordeste no PIB brasileiro não indica tendência muito confortante. Já no documento do GTDN, divulgado em 1959, Celso Furtado mostrava o Nordeste ladeira abaixo. Os estudos econométricos mais recentes exibem um padrão de lenta convergência, quase secular, refletindo-se em indicadores negativos (analfabetismo, PIB per capita, baixa escolaridade de sua população, pobreza, etc) que continuam quase uma marca regional registrada e são objeto de programas sociais do Governo Federal, responsáveis por melhorias no padrão distributivo da renda.

No entanto, é necessário reconhecer que muita coisa vem mudando. A economia nordestina encontra-se bem integrada à economia brasileira. Acompanha de forma bem ajustada as flutuações econômicas do País, com alguma vantagem em momentos de crise, como ocorreu recentemente, em função de dois fatores: sua menor exposição ao mercado externo e o peso das políticas sociais e trabalhistas que impulsionaram o mercado interno.

Conforme estudos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos (Etene), do BNB, o Nordeste acompanha também, *pari passu*, a desenvoltura das exportações brasileiras, ainda que sua pauta seja menos diversificada e atinja mercados menos dinâmicos. Seu empresariado avançou ao longo dos últimos anos e nesse processo de amadurecimento algumas empresas nordestinas ocupam hoje posição de liderança no mercado. Os fluxos migratórios se reverteram. De tradicional perdedor líquido de população, o Nordeste passou a receber contingentes de outras regiões de forma decisiva. Trata-se de um indicador de dinamismo regional, e também do desenvolvimento de mecanismos que trouxeram maior resistência em relação à adversidade climática. Neste movimento populacional há muito de volta para o Nordeste

envolvendo mesmo um fluxo de novas gerações, e fuga das grandes cidades do Sudeste.

Também nota-se diminuição do crescimento vegetativo da população, com sensível queda da taxa de fecundidade no campo e nas cidades.

No campo de novas oportunidades de investimentos, destaque-se a conquista do cerrado para o agronegócio, envolvendo o Oeste da Bahia e Sul do Piauí e do Maranhão, onde já são detectados recordes nacionais de produtividade em soja, algodão; a consolidação da fruticultura e um estágio promissor para a floricultura. Os setores florestal e de bioenergia (etanol) vêm também concentrando investimentos e atraindo o capital estrangeiro.

A estruturação industrial e agroindustrial ainda expõe circuitos incompletos na configuração de complexos industriais na região responsáveis por evasão de renda e emprego. Também os circuitos de natureza financeira, bastante débeis na região, são responsáveis por vazamentos regionais apenas remediados por programas de transferências, replicando os tradicionais mecanismos de cooperação internacional que servem para realimentar o processo de apropriação dos excedentes. A participação do crédito no PIB regional (18,3%) ainda é bastante inferior aos 45,5% atingido pelo Brasil.

O aumento da capacidade aquisitiva da população passou a atrair investimentos nas indústrias de bens de consumo, e instalação de centrais de distribuição. A resposta do setor comercial tem sido intensa, acompanhada de um movimento forte de concentração de participação nos mercados. De enorme importância para o Nordeste, o setor turístico ainda tem a sua demanda muito concentrada no turismo de proximidade, que não requer demanda hoteleira, e se ressentida da má resolução urbanística, ambiental, sanitária e de paisagismo que afetam mais fortemente as áreas litorâneas. Como segmento que demanda elevado

contingente de serviços interpessoais, tem ainda um longo percurso de aprendizado e maturação de seus recursos humanos, o que se reflete na qualidade do serviço.

As dimensões históricas e culturais no campo da atratividade turística ainda são tratadas de forma secundária e acanhadas, muito distantes de sua relevância. Ainda se privilegia o encaminhamento mais fácil do turismo de sol e mar. No Nordeste, a conclusão do Prodetur/NE, substituído pelo Prodetur Nacional, deixou inaproveitado todo o contingente de especialização e requisitos de racionalidade envolvidos no programa, sem maior avaliação dos seus méritos e defeitos.

Já os preparativos da Copa serão responsáveis por investimentos vultosos e pontuais. A grande lacuna que continua afetando o turismo no Brasil e no Nordeste é a aviação regional. O passo inicial necessário é um esforço de regulamentação, sem a qual qualquer inversão será de alto risco e difícil financiamento. A regulamentação deve ser sequenciada com a abertura de concessões privadas para aeroportos regionais.

Afora as políticas sociais e a expansão da massa salarial, responsáveis pelo despertar do mercado interno no Nordeste, o destaque é o volume de investimentos em infraestrutura na região, sobretudo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses investimentos suprirão carências, que, respeitadas as diferenças históricas, lembram o que representou a instalação de Paulo Afonso nos anos cinquenta.

Com relação aos projetos estruturantes para o Nordeste e o seu futuro, há que se colocar um conjunto de dúvidas e falta de respostas. Pensar o futuro do Nordeste implica não separá-lo do contexto nacional e internacional. Implica também recuperar uma visão estratégica implícita que gere um fio alimentador das oportunidades de investimentos produtivos. No Brasil, há uma lacuna de pensamento estratégico. Em termos de país, diria

que Eliezer Batista foi o último a contribuir; no caso do Nordeste, a professora Tânia Bacelar.

Existem muitas diretrizes a serem debatidas e aprofundadas. Acredito que a questão envolvendo mudanças climáticas e meio ambiente estará presente com maior força daqui para frente, conforme demonstrado na reunião de cúpula de Copenhagen. Cabem aqui algumas perguntas. Como entender o foco em mudanças climáticas como um campo de novas oportunidades? Como fugir do desejo de reproduzir no Nordeste o que começa a passar por transformações visíveis? Antecipação é a palavra chave de Schumpeter. Antecipação requer inovação, que implica alicerce e requisitos de uma sociedade do conhecimento. Como transformar isso em projetos viáveis? Como fazer acontecer?

Trata-se de um enorme desafio porque é importante não autonomizar o pensamento e com isso se afastar da realidade. E a realidade é importante porque ela nos coloca as restrições. Como superá-las, com toda a carga do passado que ainda se impõe? Inovação é, portanto, motor do desenvolvimento essencial para gerar novos espaços de competitividade e sustentar ciclos mais duráveis de crescimento.

Novos produtos, processos, logística e formas de organizar a produção e a distribuição modificam quantitativa e qualitativamente a paisagem da economia e da sociedade. A inovação se materializa na expansão ou criação de setores e processos específicos, com o poder de impulsionar mudanças estruturais e, a partir daí, reiterar novas inovações num processo virtuoso de crescimento. Deve ter capacidade para orientar recursos mais expressivos à Pesquisa & Desenvolvimento e passar a um padrão de especialização que não esteja vinculado apenas à exploração de matérias-primas e atividades de baixo valor agregado.

Inovação supõe também e mais importante orientar processos de formação de capacidade de conhecimento envolvendo educação de qualidade.

É importante começar o futuro com um pé no presente. Vamos a alguns exercícios.

Os investimentos na Transnordestina estão comprometidos e a ferrovia será efetivada até 2011. Faz-se necessário entender melhor a sua posição em relação ao Nordeste. Com início em Eliseu Martins (PI) e final nos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), seu traçado sugere algumas indagações. Como será a integração Norte/Sul? Através de Itaqui (MA) ou por Suape (PE)– Pecém (CE) e portos como Cabedelo (PB) e Luís Correia (PI)? Como deixar o futuro da região atado a decisões da Vale S.A., por sua vez, vinculadas a uma ótica intraempresarial e não a uma ótica estratégica nacional e regional. Fosse diferente, não teria se desfeito da Docenave. Outra questão: porque não começar a planejar os investimentos necessários à capilaridade e carregamento da Transnordestina, com ramais, silos e depósitos?

O mesmo raciocínio é válido para as adutoras da transposição do rio São Francisco, para os ramais das linhas-tronco de gasodutos e para as linhas de transmissão destinadas a dar maior suporte à produção de energias limpas e renováveis.

Em relação à exploração do petróleo do pré-sal – como garantir que parcela significativa dos investimentos daí decorrentes seja direcionada ao Nordeste? A disputa não pode se situar apenas em termos dos *royalties*, havendo necessidade de se estabelecer vantagens e incentivos regionais explícitos ao longo de toda a cadeia produtiva do pré-sal.

No caso da energia renovável, de grande importância para uma região carente de água, destaque para a energia eólica dentro de um quadro necessariamente planejado de segurança energética e modicidade tarifária. Envolve maior atenção à estruturação das cadeias produtivas, com escalas viáveis e rebaixamento de custos. Requer uma visão mais ampla por parte dos responsáveis pelo planejamento energético do Brasil.

Outro aspecto de relevância diz respeito à continuidade e o fortalecimento dos programas de formação de recursos humanos, ao melhor direcionamento regional dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, além do avanço do ensino técnico e superior e das áreas de pesquisa.

Também é preciso viabilizar empreendimentos estratégicos tais como as ZPEs, a plataforma de foguetes lançadores de satélites no Nordeste; e as indústrias vinculadas às forças de segurança nacional, portadoras de tecnologia de ponta e que geram efeitos de transbordamento para outros segmentos da economia.

No âmbito do setor primário, é imperativo direcionar maior esforço tecnológico para a pequena agricultura e avanços na segurança alimentar com ampliação da produção orgânica. Intensificação de programas de assistência técnica, regularização fundiária, controle sanitário das zoonoses, maior abrangência do seguro-safra, ampliação do microcrédito produtivo orientado rural, financiamento de máquinas e equipamentos a juros baixos e prazos adequados de pagamento, além de adaptação da indústria de máquinas e equipamentos rurais à escala da agricultura familiar.

Preocupa, ainda, o Nordeste pontos como:

- a) O desenvolvimento de setores produtivos e de projetos menos danosos ao meio ambiente que reduzam as emissões e abram novas oportunidades produtivas.

- b) A melhoria da eficiência energética dos processos e equipamentos industriais e de consumo.
- c) A incorporação de tecnologias que reduzam as ineficiências na utilização de água para produção e consumo.
- d) O desenvolvimento de processos para aproveitamento e contenção de águas dessalinizadas.
- e) A inclusão do Nordeste na emergência e difusão de novos paradigmas da política industrial.
- f) Avanços institucionais para eliminação de fatores de refreamento de caráter tributário, desoneração fiscal e incentivos vinculados, sobretudo, a marcos ambientais.
- g) Financiamento com linhas adequadas e ajustadas a projetos de risco mais elevados, com prazos compatíveis com sua maturação, bem assim o delineamento normativo específico para os bancos de desenvolvimento.
- h) Estruturação da Empresa de Projetos do Nordeste com enfoque em integração de projetos e parcerias público-privadas (PPPs), envolvendo a participação do Banco do Nordeste e da iniciativa privada.

Há, portanto, toda uma agenda para o futuro, que sempre tem um pé no presente.

1.2 - O Modelo de Bangalore pode ser Replicado no Nordeste do Brasil?

Laércio de Matos Ferreira

Técnico do BNB-ETENE, mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No cenário econômico mundial, em que as trajetórias tecnológicas são ditadas por grandes corporações transnacionais, as estratégias de inserção competitiva de empresas localizadas em países em desenvolvimento restringem-se a nichos específicos de mercado. No entanto, o surgimento cada vez mais freqüente de novas oportunidades de negócios, no esteio da difusão das tecnologias da informação, tem provocado questionamentos sobre o estabelecimento de um novo paradigma tecnológico: o paradigma da informação.

A introdução dos computadores pessoais no mercado, a possibilidade de comunicação entre computadores e redes via modem, o estabelecimento de um padrão internacional de protocolos de comunicação e a conseqüente disseminação da internet comercial são importantes elementos indutores do novo paradigma. Tais eventos, aliados ao progresso atingido pelas comunicações, a partir da segunda metade do século XX, propiciaram o cenário econômico atual de constante evolução, em decorrência da necessidade frequente de inserção de novos produtos, serviços, metodologias e estruturas organizacionais.

Não se trata, portanto, de mera coincidência a forte relação de contemporaneidade entre a retomada dos estudos que colocam a inovação no centro do desenvolvimento econômico de países e regiões e o potencial do software como indutor de mudanças. Em várias e distintas atividades e até mesmo em seu próprio processo industrial,

confere à geração de programas de computador um papel diferenciado no cenário econômico. A partir do avanço da teleinformática, poucas atividades econômicas têm crescido tanto e tão rapidamente quanto as tecnologias da informação e das comunicações, particularmente o setor de desenvolvimento, produção e comercialização de software, que já em 2001 atingia US\$ 200 bilhões em vendas (VELOSO et al, 2004).

As perspectivas de crescimento da atividade justificam as estratégias adotadas por países como a Índia, que há alguns anos elegeu não apenas a indústria de informática, mas todo o complexo eletrônico como locomotiva de crescimento de sua economia. Em apenas uma década, a Índia criou um setor com mais de 800 mil empregados e faturamento anual próximo de US\$ 20 bilhões, quase integralmente oriundo de exportações (ESTUDOS....., 2002).

No exemplo indiano, como em todo o panorama mundial, o crescimento da atividade tem sido fortemente impulsionado, nos últimos anos, pelo fenômeno da digitalização, que integra os recursos da informática e suas aplicações, as tecnologias de comunicação e o conhecimento armazenado em conteúdos físicos, como livros, filmes ou discos. No Brasil, este fator de convergência das tecnologias da informação e das comunicações (TICs) é apontado como um dos pilares da construção das bases para a inserção das economias na "Sociedade da Informação", desde 1996, com

a publicação do Livro Verde, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT (BRASIL, 2000).

Outro fator apontado pelo MCT como sustentáculo do paradigma da informação é a queda de preços observada no mercado de computadores em todo o mundo, o que impulsiona a difusão do seu uso por diferentes níveis da sociedade. A miniaturização de equipamentos transformou rapidamente o computador em apetrecho doméstico. Atualmente, a integração da informática e da tecnologia digital já vislumbra o desaparecimento de produtos tecnológicos há algum tempo considerados inatacáveis, como televisores e telefones fixos, substituídos por equipamentos de telefonia móvel que integram as funções destes e de outros aparatos outrora considerados novidades tecnológicas.

Um fato que se pode perceber em um olhar global a atividades de desenvolvimento de software, é que se tem intensificado o processo de concentração do setor, com o desenvolvimento e introdução de inovações tecnológicas capitaneados por empresas transnacionais (ETNs). Tais corporações utilizam-se das bases de conhecimentos instaladas em países em desenvolvimento apenas para contratar subprojetos de componentes ou mesmo de conjuntos completos (ESTUDOS....., 2002). Esse fato, indubitavelmente, reduz as possibilidades de êxito das estratégias de inserção das pequenas e médias empresas localizadas nos países tecnologicamente menos desenvolvidos.

Por outro lado, o caráter permeável do software reflete-se positivamente em diversos setores da economia, sendo responsável indireto pela geração de um incalculável número de “janelas de oportunidade” (SHUMPETER) em outras atividades. Além disso, estratégias bem combinadas de utilização da capacidade intelectual em países em desenvolvimento têm possibilitado a transformação de empresas contratadas como meras subplantas de desenvolvimento em parceiros estratégicos.

Constituem ferramentas chaves para esta mudança de relacionamento com os grandes demandantes externos o compartilhamento dos riscos inerentes à atividade e o incremento da capacidade de absorção tecnológica, ações alicerçadas pela interação com instituições de P&D e formadoras de mão de obra local. O processo de capacitação deve ser especializado o bastante para que os técnicos possam decodificar as informações contidas nas especificações dos produtos e incorporá-las ao arcabouço de conhecimento das empresas. Estas estratégias parecem se configurar como as melhores formas de “*catching up*” tecnológico em países em desenvolvimento que atualmente experimentam mudanças semelhantes em sua plataforma tecnológica, como a Índia.

Nesse caso, um dos maiores óbices é a escassez de investimentos em atividades inovadoras. No Brasil, a injeção de recursos na atividade ainda é incipiente em relação aos países mais ricos. A estratégia da isenção fiscal como elemento de atração de grandes empresas não tem apresentado, numa visão agregada, impacto significativo no desenvolvimento dos territórios em que se instalam, salvo nos casos em que a inserção dessas empresas nas economias locais ocorre alicerçada em conexões com a base tecnológica local.

O campo do desenvolvimento e produção de software é um exemplo em que o êxito de políticas de atração de empresas depende do nível de fortalecimento da base tecnológica local, em estágio condizente com o patamar de desenvolvimento das empresas externas. A centralização das indústrias eletroeletrônica e de informática como motores da economia indiana, por exemplo, não resulta de uma recente tomada de decisão, mas de uma estratégia fundamentada numa política de formação de mão de obra qualificada que num período de apenas quatro anos (1998 a 2001) elevou de 50 mil para 82 mil a quantidade de engenheiros formados anualmente (NICOLSKY, 2001). Somente o estado de Karnataka, onde fica

o parque tecnológico de Bangalore, forma por ano cerca de 25 mil engenheiros de computação.

A formação de profissionais orientados para atender a demandas de soluções tecnológicas levou a Índia a atrair unidades de produção de grandes corporações externas (como a Microsoft, que se instalou em Hydebarad, ao norte de Bangalore) e a impulsionar exponencialmente suas exportações (Gráfico 1).

Essa configuração da indústria indiana de software, voltada de forma preponderante para o mercado externo, contrasta fortemente com a realidade brasileira. Aqui, a maior parcela das soluções desenvolvidas destina-se ao mercado interno, o que concorreu para o desconhecimento do software brasileiro no mercado internacional. Embora não haja grandes discrepâncias entre o número de empresas de software atuando nos dois países (Tabela 1), a formação de profissionais de desenvolvimento orientada pela demanda externa salienta-se como diferencial de sucesso no exemplo indiano no âmbito internacional, uma vez que a fixação de parâmetros por parte dos demandan-

tes padroniza os processos de produção, contribuindo para explicitar as necessidades de capacitação da base empresarial. Ademais, a formação de uma dinâmica local de produção estabelecida em função da demanda externa (SCHIMITZ & NADVI, 1999) favorece a aglomeração territorial de empresas que se percebem com capacidade de atuar em eventuais “vazios de produção”¹.

Outra estratégia eficiente de formação de uma base tecnológica capaz de atrair empresas internas e externas é o ancoramento do processo industrial em uma grande instituição formadora ou demandadora de mão de obra especializada (MARKUSEN, 1996). É o caso do complexo eletroeletrônico que se desenhou ao redor da Unicamp, em Campinas (SP), e das empresas de informática instaladas no Parque Tecnológico Porto Digital, em Recife (PE). No entanto, esse modelo de intervenção é difícil de ser replicado em toda extensão territorial brasileira, porque geralmente se fundamenta em investimentos governamentais e obviamente não é tarefa simples imputar ao Estado a responsabilidade de intervir na criação de uma entidade âncora para cada um dos inúmeros

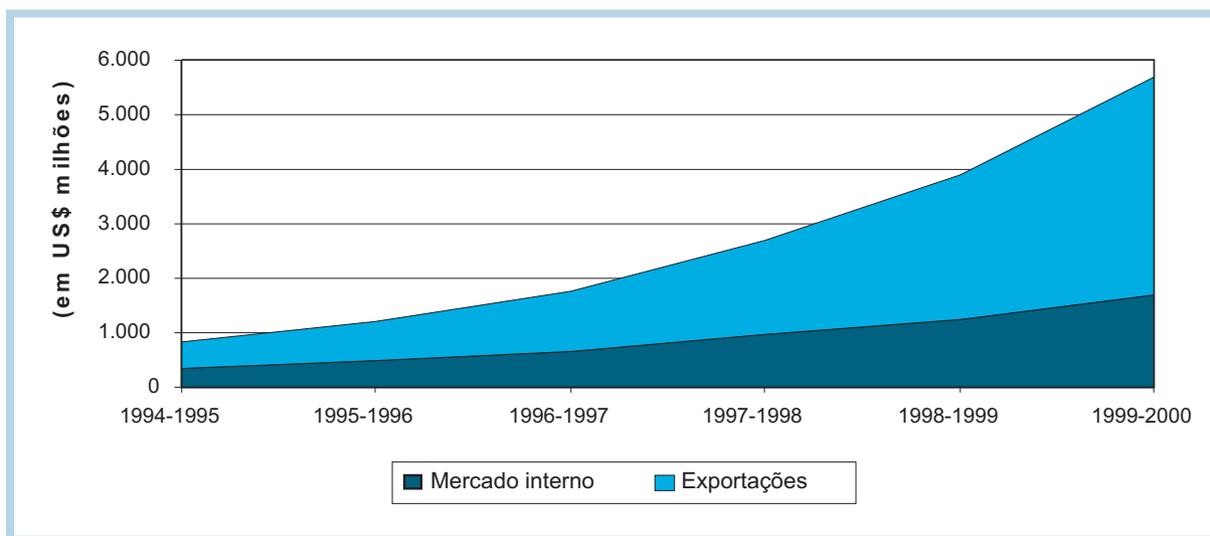


Gráfico 1 – Índia. Vendas Internas e Externas na Indústria de Software

Fonte: OLIVEIRA, 2004.

1 Espaços, dentro do processo de produção, não ocupados por empresas locais ou externas, resultantes de diversos fatores, como carência de mão de obra local, ausência de parceiros à montante ou à jusante no encadeamento direto da produção, altos riscos envolvidos no processo, ou mesmo falta de interesse das empresas em desenvolver as atividades.

Tabela 1 – Brasil e Índia – Indústria de Software

Indicador (Em US\$ Bilhão)	Brasil	Índia
Mercado doméstico	7,6	2,0
Exportações	0,1	6,2
Faturamento Total	7,7	8,2
Pessoal Ocupado (em Quantidade)	158.000	350.000

Fonte: VELOSO et al., 2003.

arranjos produtivos locais na miríade de atividades econômicas verificadas no País.

Ademais, tomando-se o conceito de inovação como um fenômeno complexo, centrado na firma, em conexão com o sistema local de inovação, mecanismos de indução ao desenvolvimento local devem considerar tal imbricação como requisito fundamental. Em resumo, a criação de um ambiente profícuo à inovação não se pode prender, no cenário atual de constante evolução, à atração de quaisquer instituições âncoras, mas à formação de um arcabouço institucional em que as conexões entre os atores locais, principalmente entre o Estado e as comunidades científicas e empresariais, sejam fortalecidas.

Quanto à elaboração de políticas voltadas para promover a inovação, a prioridade a iniciativas econômicas portadoras de futuro apresenta-se como a mais lógica para adoção em países com grande diversidade em sua base empresarial. Seguindo esta lógica, as atividades relacionadas com as tecnologias da informação e das comunicações destacam-se em razão das altas taxas de retorno que proporcionam, justificando a opção política do atual governo brasileiro de incluir a indústria de software entre as atividades consideradas prioritárias.

Deve-se, no entanto, considerar a necessidade de fortalecimento da base de técnicos e pesquisadores até o ponto em que esteja em condições de absorver novidades tecnológicas e de utilizá-las no desenvolvimento de inovações não apenas de caráter incremental, ou resultante de especificações de demandantes externos que restrinjam seu impacto inovador apenas à empresa ou ao território que produzam bens ricardianos². Na verdade, as estratégias de “*catching up* tecnológico” das economias em desenvolvimento devem extrapolar tal condição, almejando a substituição competitiva de importações de bens de alto conteúdo tecnológico.

Outra questão a ser discutida é a multiplicidade de esforços semelhantes na formação de arranjos de empresas de TIC que ora se verifica por parte dos estados brasileiros, e que, paradoxalmente, parece enfraquecer ainda mais a estruturação de uma política industrial com êxito semelhante ao obtido pelo modelo de intervencionismo adotado na Índia. É fato que as iniciativas de fortalecimento da atividade na Índia não se restringiram ao parque tecnológico de Bangalore, mas é certo que uma opção pela centralização de esforços na região proporcionou o sucesso hoje verificado.

Essa constatação sugere questionamento quanto à concepção de uma política industrial adequa-

2 São aqueles produtos que tanto pobres como ricos sabem produzir e cuja produção se atrela por custos menores da periferia.

da às singularidades da produção de software e que orientação seguir numa região onde existem projetos de parques tecnológicos em diferentes estágios de desenvolvimento, e com diferentes processos de formação.

Pode ser objeto de questionamento, por exemplo, a opção por uma política que se concentre no fortalecimento de aglomerados industriais nascidos em torno de centros de produção de conhecimentos já em funcionamento. Ou, ainda, uma opção que estimule a proliferação de parques tecnológicos, atendendo a anseios regionais de democratização dos instrumentos de apoio formulados na esfera federal. Neste viés, a localização do arranjo produtivo de software do Porto Digital, em Recife – dada sua proximidade geográfica dos principais centros urbanos da parte oriental do Nordeste –, o credencia como candidato potencial para ser o centro de uma ação política desenvolvida de maneira similar ao modelo indiano de atração de empresas pelo compartilhamento da base tecnológica local e dos riscos inerentes ao processo inovador.

A participação efetiva das instituições governamentais e a interação com a comunidade acadêmica no processo de construção do arranjo produtivo local de software de Recife são responsáveis pelo dinamismo econômico atual da produção de software na Região, a ponto de o arranjo do

Porto Digital merecer a classificação de Sistema Produtivo e Inovativo Local. Estudos realizados naquele arranjo (FERREIRA, 2008) comprovaram que a conexão com o sistema local de inovação provocou tanto o aumento das conexões verticais, com a atração de satélites de desenvolvimento de grandes corporações para o arranjo, quanto o incremento das ações colaborativas entre os atores locais.

Este texto não tem a pretensão de propor uma nova maneira de construir políticas e sim de sugerir um esforço de reflexão sobre o direcionamento das ações de apoio ao software nordestino, fundamentado na análise comparativa entre os diferentes contextos locais de produção. Nesse sentido, propõe um esforço de mapeamento dos fluxos de conhecimentos, mão de obra, produtos e soluções informáticas como requisito para a efetividade das respectivas políticas industriais. Em particular sobre a questão que motivou a presente discussão, e alicerçado em estudo comparativo entre arranjos de produção de software no Nordeste (FERREIRA, 2008), o dinamismo econômico e a privilegiada posição logística do Porto Digital, em Recife, permitem afirmar que seria o centro ideal para uma ação de replicação do modelo do Parque Tecnológico de Bangalore no Nordeste do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.

ESTUDOS da competitividade das cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. **Nota técnica final**. Campinas-SP: UNICAMP, 2002.

FERREIRA, L. M. **A inovação tecnológica e as dinâmicas locais**: estudo comparativo de APLs de software no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco

do Nordeste do Brasil, 2008. 264 p. (Série BNB Teses e dissertações, 15).

MARKUSEN, A. Sicky places in slippery space: a typology of industrial districts. **Economy geography**, New Jersey, vol. 72, p. 296-308, 1996.

NICOLSKY, R. Inovação tecnológica industrial e desenvolvimento sustentado. **Parcerias estratégicas**, Brasília-DF, n. 13, p. 80-108, 2001.

OLIVEIRA, S. B. **O modelo CMM (Capability Maturity Model) na indústria de software do Brasil, China e Índia: impactos, perspectivas e tendências.** 2004. 208 p. Tese de doutorado em Engenharia de Produção. COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. **World Development**, Inglaterra, vol. 27. N. 9. p. 1503-1514, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

VELOSO, F.; BOTELHO, A. J. J.; TSCHANG, T.; AMSEDEN, A. **Slicing the knowledge-based economy in Brazil, China and Índia: a tale o 3 software industries.** 2003. Disponível em <http://www.softex.br/media/MIT_final_ing.pdf>.

2 - Síntese de Expectativas

As medidas contracíclicas implementadas pela maior parte das economias desenvolvidas e emergentes foram as grandes responsáveis pela retomada do crescimento da economia mundial no segundo semestre de 2009. A edição de janeiro de 2010 do World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF, 2010) já prevê uma expansão de 3,9% na produção mundial em 2010, uma diferença substancial em relação à projeção de outubro de 2009 (0,8%). Entretanto, o crescimento ocorrerá de forma diferenciada entre os países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, projeta-se um crescimento de 2,4%, impulsionado pela redução dos níveis de estoques e a expansão da demanda interna. De acordo com o Bureau Of Economic Analysis – BEA (2010), a economia americana cresceu 5,7% nos últimos três meses de 2009, o melhor desempenho trimestral desde o período julho/setembro de 2003, quando subiu 6%. Apesar do bom resultado, o PIB americano caiu 2,4% em 2009, o pior comportamento desde a retração de 10,3%, em 1946. O aumento do PIB refletiu a recuperação dos investimentos privados (39,3%), do consumo das famílias (5,7%) e das exportações (18,1%).

Já os gastos do governo apresentaram ligeira queda de 0,2%, após seis meses seguidos de taxa positiva. Apesar do avanço no trimestre, é importante mencionar o papel crucial da política fiscal expansionista na sustentação dos níveis de demanda agregada, evitando uma recessão generalizada na economia americana. Entre as medidas adotadas de estímulo fiscal em 2009, destacam-se

as transferências a trabalhadores de baixa renda e o aumento dos investimentos em infraestrutura.

Apesar das políticas expansionistas na área fiscal e monetária, as economias avançadas não conseguiram evitar o aumento da taxa de desemprego em 2009. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa média de desemprego dos países que a compõem ficou em 8,8%, em novembro último, 2,1 pontos percentuais acima da observada no mesmo mês de 2008.

Nos países emergentes e em desenvolvimento a expectativa para 2009 é de crescimento em patamar superior ao dos países ricos. O vigor da demanda doméstica e a redução nos níveis de estoques foram determinantes para a recuperação dessas economias. Para 2010, a previsão do FMI é de um aumento de 6,4% nesse grupo de países, beneficiado principalmente pela expansão significativa da China (9,4%) e Índia (8,3%).

No caso do Brasil, a evolução de alguns indicadores confirma o dinamismo da demanda interna. O bom desempenho do consumo das famílias em 2009 está em grande parte relacionado com o avanço do crédito e da geração de emprego. O crescimento do volume de crédito do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, somou R\$ 1,4 bilhão em dezembro de 2009. Em 12 meses, a ampliação alcançou 14,9%, revertendo o quadro recessivo do final de 2008 e início de 2009. Com isso, o estoque total de empréstimos chegou a 45% do PIB nacional. Somente as operações contratadas pelas famílias no âmbito

dos créditos referenciais para taxa de juros subiram 17,4%, totalizando R\$ 319,9 bilhões, com destaque para o acréscimo de 24,9% do crédito pessoal (BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, 2010).

Outro indicador com bons resultados no segundo semestre de 2009 é a Formação Bruta de Capital Fixo. Dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física revelam que a produção de bens de capital avançou 23% em dezembro na comparação com o mês anterior, a maior alta entre as categorias de uso. Os bens de investimento também apresentaram aceleração mais forte na passagem do terceiro (6,9%) para o quarto trimestre (13,3%).

Sete dos nove segmentos da indústria de bens de investimento assinalaram taxas de crescimento positivas no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. Os maiores destaques foram os bens de capital de uso misto (40,1%) e bens de capital para construção (39,9%). Os setores que registraram decréscimos foram: bens de capital para fins industriais não seriados e bens de capital para o setor de energia elétrica, porém com redução significativa no ritmo de queda.

Os dados consolidados do desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2010) em 2009 confirmam esse processo de retomada dos investimentos. Os desembolsos do BNDES terminaram o ano em R\$ 137,4 bilhões, 49% a mais que em 2008, enquanto as aprovações cresceram 40%, totalizando R\$ 170,2 bilhões. Na área de consultas e enquadramentos o BNDES experimentou expansão de, respectivamente, 27% e 22%, sobre os valores de 2008. O bom desempenho desses indicadores sinaliza a continuidade do dinamismo dos investimentos nos próximos anos. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi o grande

destaque: em apenas seis meses sua carteira alcançou R\$ 37,1 bilhões.

Vale destacar também o fim do ciclo de ajustes de estoques na indústria como fator impulsionador do crescimento econômico em 2009, revertendo um quadro de acumulação de estoques indesejados no final de 2008 e início de 2009. De acordo com estudo realizado por INHUEDS e RODRIGUES JÚNIOR (2009), o alto nível de estoques indesejados é uma das principais explicações para a forte retração da atividade industrial a partir do quarto trimestre de 2008¹.

Nesse sentido, a pesquisa investigou o comportamento do ajuste de estoques ocorrido na indústria, vinculando-o com o recuo substancial do nível de utilização da capacidade instalada (Nuci). Os resultados revelam que o ajuste de estoques foi responsável por cerca de 25% da retração acumulada da produção industrial entre setembro de 2008 e março de 2009. O cenário melhorou a partir de abril de 2009, com a diminuição dos estoques excessivos e do grau de ociosidade. Com o fim do ciclo de ajuste dos estoques em agosto de 2009, “a atividade industrial deve apresentar maior dinamismo, em que pese o fraco desempenho da demanda externa por produtos manufaturados”, conclui o estudo.

Para 2010, as expectativas para a economia, em geral, é de recuperação do crescimento cujas projeções variam entre 4,5 a 5%. Isso, sem maiores pressões inflacionárias, apesar das chuvas rigorosas na região Centro-Sul prejudicando a oferta de alimentos, cujos primeiros efeitos sobre os respectivos preços já se observam em janeiro. Entretanto, conforme projeções iniciais de BNB Conjuntura Econômica essas pressões inflacionárias, medidas pelo IPCA, devem ser mais intensas até o mês de

1 Para calcular a contribuição dos estoques para a queda da atividade industrial, foi utilizado um modelo econométrico, com dados mensais entre janeiro de 2003 e setembro de 2009. As variáveis explicativas foram as seguintes: a) a produção industrial no período t-1; b) as vendas reais ampliadas no comércio varejista; c) as exportações de produtos manufaturados e d) o indicador de estoques.

abril, amortecendo a partir de maio e encerando o ano com uma taxa acumulada de 4,2%.

No tocante ao saldo da balança comercial brasileira as perspectivas são menos alvissareiras. Primeiro, devido à extensão de efeitos negativos da crise econômica global, embora em menor intensidade que em 2009, particularmente, nos países da OCDE e da América Latina, afetando as exportações, especialmente de manufaturados. Segundo, a permanência de sobrevalorização da moeda nacional que, além de reduzir a competitividade em preços das exportações contribui para incrementar as importações, particularmente, produtos com alto valor agregado.

A expectativa para 2010 é que o governo tome medidas no sentido de incentivar as exportações, com maior ênfase de manufaturados, devido ao seu maior valor agregados, com medidas fiscais mais amplas, inclusive de mudanças no regime de *drawback*.

Neste ponto, cabe uma ressalva. Se, por um lado, a sobrevalorização cambial determina essa faceta negativa sobre a balança comercial, por outro, apresenta um efeito positivo ao concorrer para reduzir os preços em moeda nacional de bens importados, sejam matérias primas, alimentos ou

máquinas e equipamentos, itens indispensáveis à expansão da demanda agregada, em 2010, sem maiores pressões inflacionárias.

Quanto ao balanço de pagamentos, muito embora permaneçam boas as possibilidades de entradas de investimentos estrangeiros diretos, se não forem tomadas as referidas medidas de políticas destinadas a incentivar as exportações, com maior ênfase para os bens manufaturados, as pressões negativas sobre a conta de transações correntes continuarão alimentando as necessidades de financiamento externo.

Em resumo, mesmo com alguns óbices, devido aos remanescentes efeitos negativos da crise econômica internacional e alguns contratempos internos, como, por exemplo, excessos de chuvas na região mais dinâmica do país e de regulamentações sobre as exportações, enfim do chamado “custo Brasil”, se espera que o país retome o crescimento econômico sem maiores pressões inflacionárias. Nesse sentido, mesmo num ano eleitoral, em que as disputas entre oposição e governo tendem a se exacerbar, o orçamento da União deverá permanecer sob controle, entretanto, com foco maior nos investimentos e nos gastos sociais compensatórios de renda, cujos efeitos positivos sobre o crescimento econômico são notórios.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro**. Nota para a Imprensa 21/01/2010. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. **Desempenho recorde do BNDES mostra aceleração dos investimentos**. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2010.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS - BEA. **Gross domestic product**: fourth quarter 2009. Disponível em: <www.bea.org>. Acesso em: 29 jan. 2010.

INHUDES, Adriana; RODRIGUES JUNIOR, Gilberto. Chega ao fim ciclo de ajuste de estoques na indústria, BNDES, **Visão de Desenvolvimento**, n. 74, 15 dez. 2009. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **World economic outlook**, jan. 2010. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 28 jan. 2010.

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Economicos Outubro-Dezembro/2009

Indicador	Período	Unidade	Nordeste	Varição (%) igual período 2008	Brasil	Varição (%) igual período 2008
Estimativa Produção Grãos (a)	2009/10	Mil t	12.490,8	6,9	140.597,7	4,0
Estimativa Área Plantada Grãos (a)	2009/10	mil ha	8.296,9	1,6	47.977,9	0,7
Estimativa Produtividade Grãos (a)	2009/10	Kg/ha	1.505	5,2	2.930	3,3
Produção Industrial	Set-Nov	Nº Índice	99,80	-0,45	98,11	-3,3
Pessoal Ocupado na Indústria	Set-Nov	Nº Índice	97,35	-2,61	94,55	-6,7
Horas Pagas na Indústria	Set-Nov	Nº Índice	96,69	-2,60	94,75	-6,3
Folha de Pagamento Real na Indústria	Set-Nov	Nº Índice	98,00	-4,72	96,13	-9,0
Comércio Varejista Vol. de Vendas	Set-Nov	Nº Índice	107,1	7,1	107,5	7,5
Comércio Varejista Ampliado Vol. de Vendas	Set-Nov	Nº Índice	111,9	11,9	112,1	12,1
Exportações	Out-Dez	US\$ milhões	3.380,5	-10,2	41.197,2	-12,5
Importações	Out-Dez	US\$ milhões	3.130,3	-3,4	37.077,6	-11,3
Corrente de Comércio (Exp + Imp)	Out-Dez	US\$ milhões	6.510,8	-7,0	78.274,8	-11,9
Saldo da Balança Comer. (Exp - Imp)	Out-Dez	US\$ milhões	250,2	-52,3	4.119,6	-22,0
Saldo das Operações de Crédito (f)	Out	R\$ milhões	78.905,8	28,3	1.164.219,6	3,7
Saldo dos Depósitos Bancários (f)	Out	R\$ milhões	115.606,7	32,0	2.113.896,1	15,4
BNB - Saldo Oper. Crédito (com FNE)	Dez	R\$ milhões	36.286,8	27,2	-	-
BNB - Contratações do FNE (b)	Out-Dez	R\$ milhões	3.309,0	26,9	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Out-Dez	R\$ milhões	306,3	57,9	-	-
Arrecadação de Receitas Federais (c)	Out-Dez	R\$ milhões	8.359	10,3	153.232	15,7
Arrecadação de ICMS (d)	Set-Nov	R\$ milhões	6.818.184	-18,2	59.278.769	-1,3
Saldo Emprego Formal na Indústria	Out-Dez	Unidade	22.151	268,4	-49.800	85,9
Saldo Emprego Formal na Const.Civil	Out-Dez	Unidade	16.494	213,8	-7.019	93,2
Saldo Emprego Formal no Comércio	Out-Dez	Unidade	37.354	64,5	195.685	66,7
Saldo Emprego Formal nos Serviços	Out-Dez	Unidade	29.219	271,5	69.006	194,3
Saldo Emprego Formal Agrop.Extra.Veg.Caça Pesca	Out-Dez	Unidade	-16.282	40,2	-145.413	34,9
Saldo Emprego Formal Total	Out-Dez	Unidade	88.936	465,6	62.459	109,8
Tx. Média de Desocupação Recife (e)	Dez	%	5,8(g)	5,8(h)	-	-
Tx. Média de Desocup. Salvador (e)	Dez	%	5,3(g)	5,6(h)	-	-
Tx. Média de Desocupação Brasil (e)	Dez	%	-	-	5,5(g)	5,4(h)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE - CAGED, CONAB, MF, CONFAZ e BNB.

Elaboração: Equipes de Conjuntura Econômica e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(b) Valores de 2009 a preços médios do 4º trimestre de 2009. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores a preços constantes de Dezembro/2009;

(d) Valores a preços constantes de Dezembro/2009;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(f) Valores de 2008 a preços de Dezembro/09, indexados pelo IGP-DI; Operações de Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos com carteira comercial.

(g) Em Dezembro de 2009;

(h) Em Dezembro de 2008.

Notas:

Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;

Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;

O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.

Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos -referencia: Dezembro/2009.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira registrou expansão de 1,3% entre julho e setembro de 2009 em relação ao trimestre anterior, o segundo desempenho positivo nessa base de comparação. Esse resultado representa uma taxa anualizada de 5,3%.

O desempenho do terceiro trimestre reflete, principalmente, a retomada do dinamismo do investimento, cuja taxa de 6,5% foi duas vezes superior à taxa de crescimento do consumo das famílias (2%). No indicador mensal, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no período julho-setembro de 2009 ainda registrou recuo de 12,5%, porém inferior ao do primeiro (14,2%) e do se-

gundo (16%) trimestres nessa base de comparação (Gráfico 1).

Em termos de produção local, constata-se recuperações de todos os subsetores da indústria de bens de capital, com destaque para os segmentos de bens de capital de uso misto, bens de capital para fins industriais não-seriados e bens de capital equipamentos de transporte. A reação do setor de bens de investimento, nesse momento de retomada do crescimento econômico, torna-se crucial para evitar gargalos de oferta, já que possibilita a ampliação das margens de capacidade ociosa.

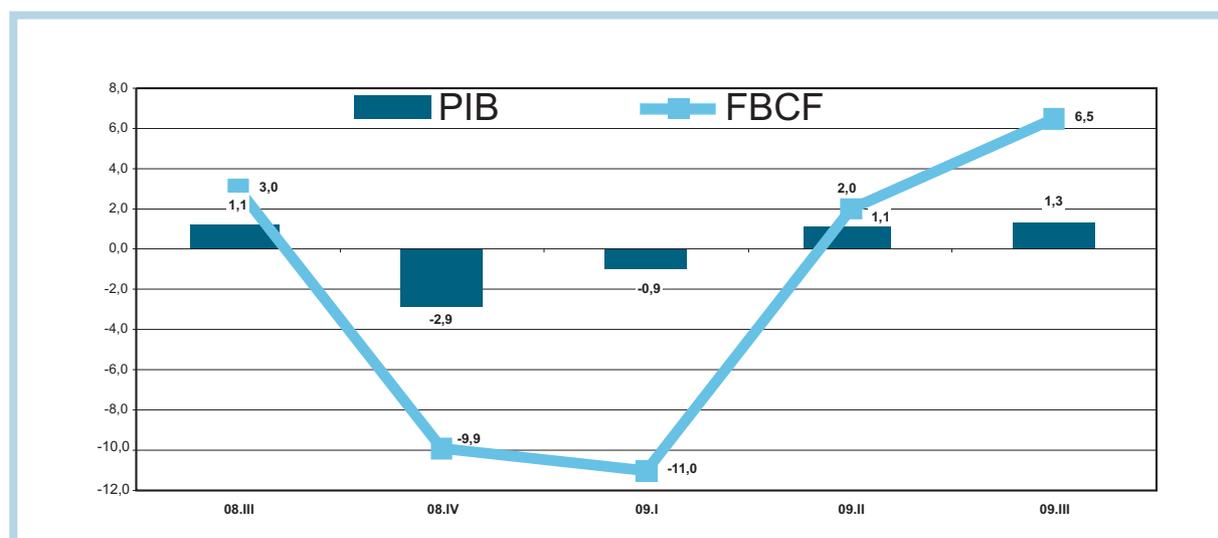


Gráfico 1 – Brasil. Produto Interno Bruto e Formação Bruta de Capital Fixo. Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior – 2008. III a 2009. III

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2009a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

As importações de máquinas e equipamentos também foram importantes para o desempenho da FBCF no terceiro trimestre de 2009. O processo de apreciação cambial leva a uma redução dos preços, em reais, das máquinas importadas, reforçando a expansão da capacidade produtiva. Entretanto, as compras internacionais de bens de capital se encontram, ainda, abaixo dos níveis observados em 2008.

No Nordeste, verifica-se trajetória ascendente das importações de bens de capital, sobretudo, nos estados com setores exportadores vinculados às indústrias extrativa e de bens intermediários. Na Bahia, por exemplo, houve uma intensificação da demanda externa por bens de capital no segundo semestre de 2009. A maior diversificação da estrutura industrial baiana contribui para essa expansão das importações de máquinas e equipamentos (Gráfico 2).

Segundo a Sondagem Especial sobre Investimentos realizada pela Confederação Nacional da

Indústria¹, o setor industrial pretende investir 23% em 2010 e elevar de R\$ 3,5 milhões para R\$ 4,3 milhões o valor médio aplicado no aumento da capacidade, na modernização dos processos e no lançamento de produtos (INDÚSTRIA.....,2009).

Vale destacar que 61,8% das empresas entrevistadas planejam incrementar suas compras de bens de capital em 2010, apesar de apenas 15,8% do universo da pesquisa considerarem insuficiente a capacidade instalada para atender à demanda prevista. Ou seja, os investimentos serão realizados sem pressão de demanda.

De acordo com a CNI, a queda da participação das exportações de manufaturas em função, sobretudo, da apreciação cambial constitui-se o principal entrave à realização de inversões. Em 2005, 35,2% dos investimentos eram direcionados para as exportações e, em 2009, apenas 28,4%. Esse percentual deverá cair para 25,5%, em 2010.

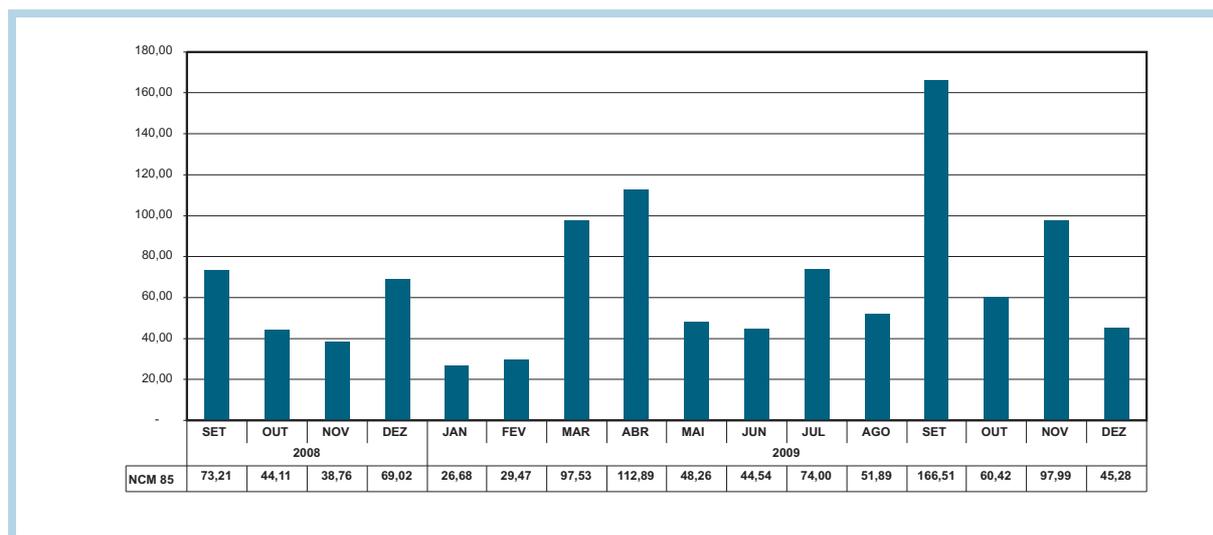


Gráfico 2 – Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico e Suas Partes, etc. – Setembro de 2008 a Dezembro de 2009 – US\$ Milhões

Fonte: BRASIL, 2009. Acesso em 18/01/2010. Elaboração Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1 Foram entrevistados representantes de 350 empresas entre 20 de novembro e 4 de dezembro de 2009. Desse total, 24 são pequenas empresas (até 99 empregados), 146 são médias (100 a 499 empregados) e 180 são grandes (acima de 499 empregados).

Ademais, os empresários destacam o pequeno apoio dado pelos bancos privados. A Sondagem revelou que 55% das intenções de investimentos serão financiadas com recursos próprios e 27% pelos bancos de desenvolvimento. As instituições financeiras privadas e os bancos comerciais públicos aparecem com 8% e 7%, respectivamente.

Convém mencionar que o outro componente da FBCF, a construção civil, registrou expansão no indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior, invertendo um movimento de queda iniciado no final de 2008. Em contrapartida, constata-se um recuo de 8,4% da construção civil no terceiro trimestre de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, a maior queda entre os segmentos da atividade industrial. Entretanto, esse resultado já é bem inferior aos obtidos nos dois primeiros trimestres do ano. Para o último trimestre, constata-se nítida melhora nos indicadores do setor.

Já as projeções da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apontam crescimento de 3% da construção civil e pesada, em 2009. Na avaliação da CBIC, o grande responsável por esse desempenho é o segmento de habitação, impulsionado por programas do governo como o “Minha Casa, Minha Vida”, cujo objetivo é reduzir o déficit habitacional do país. Cerca de 50 mil habitações já foram construídas no âmbito do programa e a previsão é alcançar um milhão de moradias populares em 15 anos (SETOR.....,2010).

Vale salientar que essa recuperação da construção civil resulta, em grande parte, da expansão do financiamento imobiliário. De acordo com a Caixa Econômica Federal, foram destinados R\$ 45 bilhões para o crédito habitacional em 2009, quase o dobro do alocado em 2008 (R\$ 23 bilhões). Em 2003, esse volume foi de apenas R\$ 5 bilhões. Já o crédito imobiliário do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) atingiu R\$ 45 bilhões em 2009, um incremento de 112% comparativamente a 2008 (CRÉDITO....., 2009).

Essa conjuntura favorável refletiu-se positivamente na geração de empregos formais. Considerados os períodos jan-nov.2008/jan.-nov.09, a elevação do total de admissões na construção civil alcançou 11,8%. A região Nordeste registra saldo de 59.284 empregos nesse segmento, com aumento de 16,8%, o melhor desempenho entre as regiões.

O *boom* do setor de construção civil, a execução de obras públicas inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a realização da Copa do Mundo de Futebol no país em 2014 e a alta do poder de compra dos segmentos de baixa renda repercutem favoravelmente na demanda de alguns insumos estratégicos. O consumo de cimento no Nordeste, por exemplo, deverá crescer substancialmente nos próximos anos. Segundo o diretor comercial da Votorantim, Marcelo Chamma, uma das dez maiores empresas mundiais de cimento, concretos e agregados, foram comercializados quatro milhões de sacas de cimento na região em 2009, com incremento superior a 6%.

Somente no Ceará, serão necessárias sete milhões de sacas de cimento para construir 52 mil unidades habitacionais previstas no programa “Minha Casa, Minha Vida”, em dois anos, de acordo com o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Estado do Ceará, André Montenegro. Ademais, os projetos para a Copa, como a reforma do estádio Castelão, em Fortaleza, além de obras públicas federais e estaduais são pressões adicionais por esse insumo (BOOM....., 2010).

Para atender a essa demanda crescente, há vários projetos de fábricas de cimento anunciados para o Nordeste, dentre os quais três com implantação prevista para 2010, ainda, em Mossoró (RN). Entre os motivos apontados pelas empresas para escolher o Rio Grande do Norte, destacam-se o déficit de cimento na região Nordeste, a proximidade com grandes mercados consumidores externos e a existência de grandes reservas de

calcário, matéria-prima básica para a produção de cimento.

Já o consumo das famílias apresentou expansão de 2% no período julho-setembro de 2009 na comparação com o trimestre anterior, desempenho inferior ao registrado no segundo trimestre nessa mesma base de comparação. Essa desaceleração foi acompanhada por um aumento modesto do consumo do governo: de uma queda (-0,1%) passou para 0,5% no mesmo período. Portanto, por enquanto, não se observam fortes pressões de demanda que justifiquem elevações da taxa básica de juros, principalmente porque, como referido anteriormente, o investimento privado reage positivamente, ampliando a capacidade produtiva.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o consumo das famílias foi o maior destaque entre os componentes da demanda agregada no período julho-dezembro de 2009. A expansão de 2,5% da massa salarial foi determinante para esse resultado. Contribuiu para a expansão da massa salarial, a trajetória decrescente da taxa de desemprego a partir de março de 2009. Esse dinamismo do mercado de trabalho permaneceu no quarto trimestre.

De fato, a taxa de desocupação no agregado das seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo) foi de 7,4% da população economicamente ativa (PEA) em novembro de 2009, a menor taxa de desocupação do ano. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, a taxa registrou recuo de 0,2 ponto percentual, sinalizando que o mercado de trabalho retomou o padrão da fase pré-crise (Gráfico 3).

No recorte regional, Salvador (11,1%) teve aumento da taxa de desemprego em novembro frente a outubro de 2009, interrompendo a trajetória de queda dos três meses anteriores. Já em Recife (9,5%), o indicador foi o mesmo do mês anterior. Vale destacar que das seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE, Recife e Salvador apresentam as maiores taxas de desemprego.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2010) confirmam a recuperação do dinamismo do mercado de trabalho. Em novembro, foram criados 246.695 mil novos postos de trabalho no país, a maior quantidade já registrada para os meses de novembro. O número corresponde a quase o dobro do recorde ante-

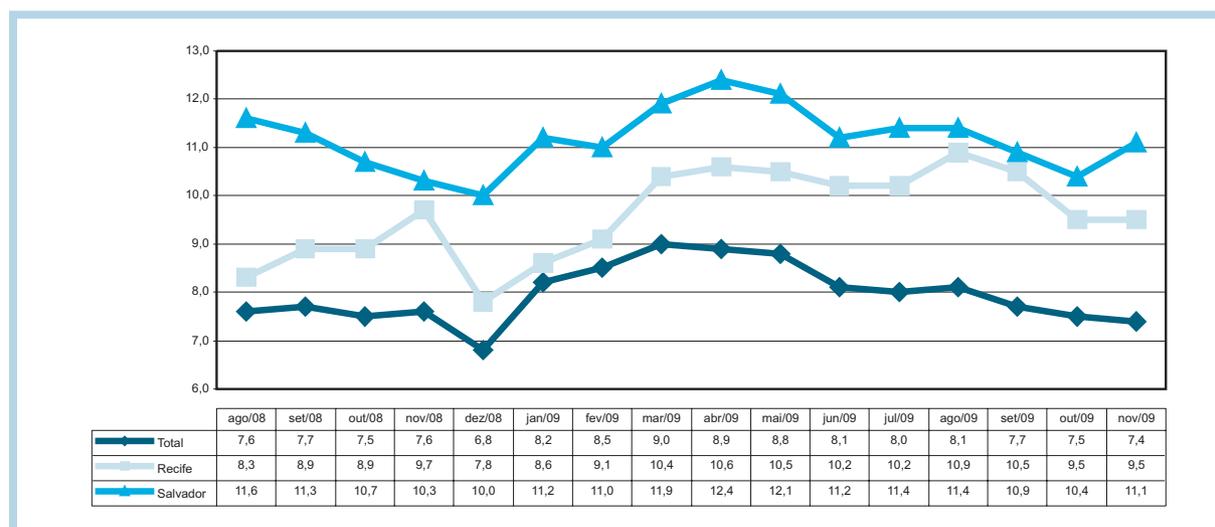


Gráfico 3 – Taxa de Desocupação – Recife, Salvador e Total das Áreas – Agosto de 2008 a novembro de 2009

Fonte: IBGE, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

rior de novembro de 2007, quando foram gerados 124.554 postos de trabalho. No acumulado do ano o saldo líquido alcançou 1.410.302 novos empregos no país.

Setorialmente, com exceção da agropecuária, os demais segmentos assinalaram saldo líquido positivo no balanço entre admissões e desligamentos em novembro de 2009, liderados pelo comércio (116.571), serviços (87.252) e indústria de transformação (39.594). De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o movimento de expansão do emprego formal “contraria o comportamento histórico do mercado de trabalho formal para o mês de novembro, quando se verificam reduções no ritmo de crescimento ou, até mesmo, queda do nível de emprego” (BRASIL, 2010).

Vale destacar que o Nordeste gerou adicionalmente 55.134 empregos, resultado recorde no mês de novembro, com todos os estados nordestinos apresentando variação positiva. No acumulado janeiro-novembro, apenas o Maranhão registrou saldo líquido negativo.

O valor do rendimento médio habitualmente recebido para o agregado das seis regiões já citadas foi estimado em R\$ 1.353,60 em novembro, mantendo-se estável em relação ao mês anterior. Na comparação com novembro de 2008, o aumento foi de 2,2%. As regiões metropolitanas de Salvador e Recife assinalaram comportamentos distintos. Salvador registrou queda de 4,4% no indicador mês/mês anterior e aumento de

0,4% na comparação com novembro de 2008. No Recife houve queda no rendimento médio real nos dois indicadores: -1,3% na comparação com outubro de 2009 e -1,7% no confronto com novembro de 2008.

O poder de compra dos trabalhadores em 2009 se beneficiou da política de valorização do salário mínimo, dos reajustes salariais em sua maioria acima da inflação e do recuo da inflação. Um segmento que registrou substancial queda dos preços em 2009 foi o de bens de primeira necessidade. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 16 das 17 capitais investigadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica houve redução nos preços dos gêneros alimentícios essenciais em 2009. As três maiores foram observadas em capitais nordestinas: João Pessoa (-14,9%), Natal (-12,6%) e Aracaju (-12,5%), conforme a Tabela 1.

Como consequência, o trabalhador remunerado com um salário mínimo necessitou de uma jornada de 95 horas e 20 minutos para adquirir uma cesta de produtos alimentícios em dezembro de 2009. Essa jornada é inferior às 98 horas e 58 minutos requeridas em novembro, e às 115 horas e 44 minutos, necessárias em dezembro de 2008 (DIEESE, 2009b).

Conforme levantamento da FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV; INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE, 2009a), a inflação foi menor nos segmentos mais modestos da população.

Tabela 1 – Custo e Variação da Cesta Básica em Seis Capitais Nordestinas. Dezembro de 2009

Capitais	Dezembro/2009	Dezembro/2008	Varição 2009/2008
Aracaju	R\$ 169,2	R\$ 193,3	-12,5%
Fortaleza	R\$ 177,0	R\$ 197,3	-10,3%
João Pessoa	R\$ 170,6	R\$ 200,6	-14,9%
Natal	R\$ 186,1	R\$ 212,8	-12,6%
Recife	R\$ 171,3	R\$ 183,6	-6,7%
Salvador	R\$ 183,2	R\$ 193,1	-5,1%

Fonte: DIEESE, 2009a.

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), que considera as famílias com rendimentos entre 1 e 2,5 salários mínimos, atingiu 3,69%, em 2009, valor inferior em 0,26 ponto percentual à média nacional, o menor índice dos últimos três anos.

Para 2010, o aumento do salário mínimo para R\$ 510,00 será crucial para manter o poder de compra dos trabalhadores de menor faixa de renda. De acordo com o Dieese, no acumulado desde 2002 os ganhos reais do salário mínimo alcançaram 53,67% (DIEESE, 2010). Em termos regionais, essa política de valorização beneficiou principalmente o Nordeste onde se concentra a maior parcela de trabalhadores com rendimentos de até um salário mínimo.

As vendas internacionais no período julho-setembro de 2009 registraram um pequeno aumento (0,5%) em relação ao trimestre anterior, enquanto as importações apresentaram melhor desempenho, crescendo 1,8%, nessa mesma base de comparação.

As informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC....., 2010) revelam que em 2009 o saldo da balança

comercial em 2009 foi de US\$ 24,6 bilhões, o que representa um recuo de 1,4% comparativamente ao ano anterior. Essa queda refletiu principalmente o bom desempenho das importações no segundo semestre do ano, beneficiado pelo processo de apreciação cambial e de recuperação da economia brasileira. As importações alcançaram US\$ 127,6 bilhões em 2009.

Ademais, as medidas protecionistas de alguns países, o câmbio adverso e a recessão mundial afetaram o desempenho das exportações, que somaram US\$ 152,3 bilhões em 2009 - queda de 22,2% no confronto com 2008, pela média diária. Os produtos manufaturados foram os mais prejudicados, com recuo de 8%. Em contrapartida, os segmentos de semimanufaturados (28,8%) e básicos (0,1%) assinalaram crescimento, impulsionados pela forte demanda asiática, em especial da China.

Vale destacar que esse resultado ocorreu em um contexto de retração do comércio mundial, com efeitos negativos na corrente de comércio brasileira. De fato, observou-se um recuo de 23,6% da corrente em 2009 comparativamente a 2008 pela média diária (Gráfico 4).

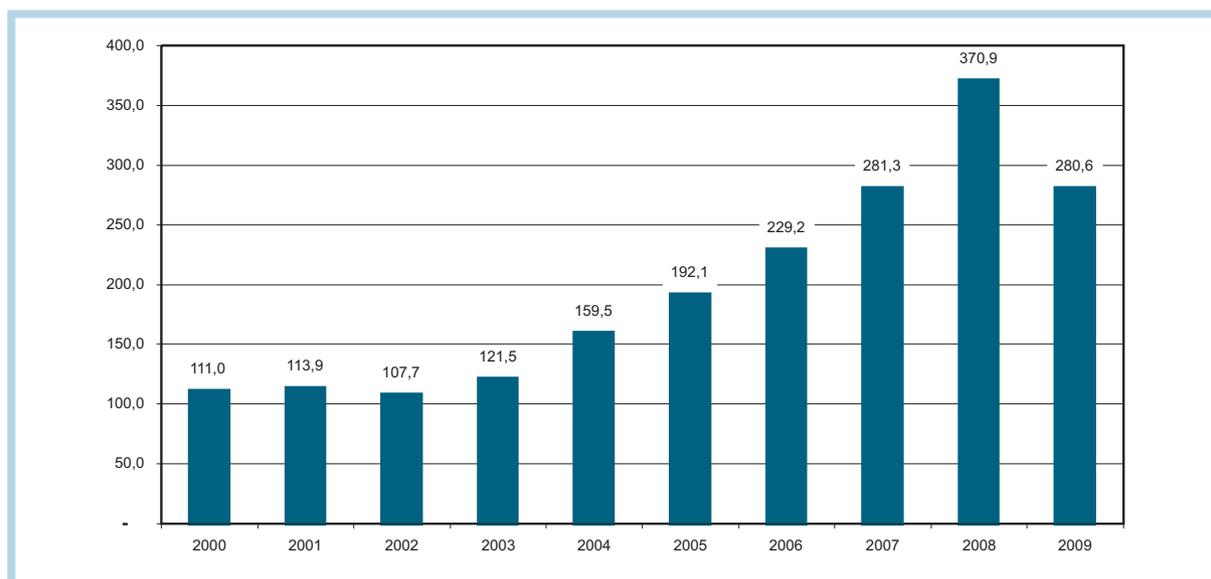


Gráfico 4 – Brasil. Corrente de Comércio – Janeiro a Dezembro – 2000 a 2009 – US\$ Bilhões FOB

Fonte: BRASIL, 2009. Elaboração Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Em suma, a aceleração dos gastos de investimentos demonstra que a retomada do crescimento da economia brasileira não está baseada somente na expansão do consumo das famílias e do governo. Essa retomada de projetos de investimentos, suspensos em função da crise financeira, possibilitará um aumento da capacidade de produção, evitando maiores descompassos entre a oferta e a demanda. Nesse sentido, tudo indica

que se tornará desnecessário qualquer ajuste na política monetária no tocante à alta da taxa de juros, já que o crescimento econômico não implicará redução do hiato do produto. Na frente externa, preocupa o processo de primarização das exportações brasileiras, com o avanço substancial das *commodities* agrícolas e metálicas na pauta exportadora em detrimento das manufaturas.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

A produção industrial decresceu 0,5% em novembro frente a outubro de 2009 na série com ajuste sazonal, após dez meses de expansão consecutiva e incremento de 19,5% desde dezembro de 2008. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, ocorreu uma expansão de 5,1%, contribuindo para a redução das perdas no indicador acumulado do ano (de 10,7% para 9,3%) (Gráfico 5).

Das 27 atividades investigadas, 15 obtiveram resultados negativos no mês de novembro de 2009 comparativamente ao mês anterior. Registraram decréscimo a indústria de veículos automotores (2,2%), edição e impressão (2,3%), máquinas, aparelhos e material elétrico (2,9%) e material eletrônico e de comunicações (2,8%). Vale destacar que esses segmentos obtiveram ganhos significativos nos últimos meses, com des-

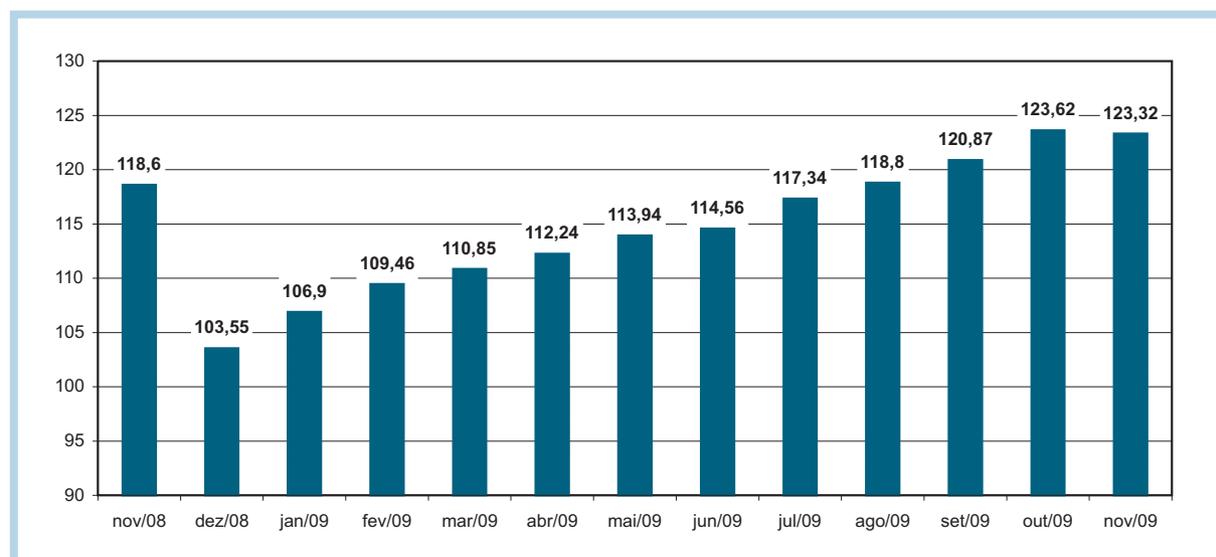


Gráfico 5 – Produção Física Industrial (com ajuste sazonal). Base: Média de 2002 = 100. Novembro de 2008 a Novembro de 2009

Fonte: IBGE, 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

taque para a indústria automotiva que acumulou um ganho de 107,1% no mês de outubro frente a dezembro de 2008.

Em sentido oposto, os segmentos de máquinas para escritórios e equipamentos de informática (3,9%), máquinas e equipamentos (3,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (3,5%) assinalaram os maiores acréscimos.

Por categoria de uso, constata-se que os setores de bens de capital (6,1%) e bens intermediários (2,1%) lideram a expansão industrial no mês de novembro. Já os ramos de bens de consumo duráveis (-4,8%) e de semiduráveis e não-duráveis (-0,6%) tiveram retração após incremento de 6,3% e 1,3%, respectivamente, em outubro.

O setor de bens de capital já acumula ganho de 21,5% de março a outubro, com taxas significativas nos três últimos meses: 6,1% em novembro, 4,8% em outubro e 5,1% setembro. Esses resultados refletem a melhora das expectativas dos empresários. De fato, a Sondagem da Indústria de Transformação no mês de dezembro de 2009 mostra uma situação favorável do ambiente empresarial. O índice de confiança da indústria (ICI) passou de 109,6 para 113,4 pontos, com aumento de 3,9%² (FGV/IBRE, 2010b). São 11 meses consecutivos de expansão desse indicador. Vale mencionar que em dezembro de 2008, no auge da crise econômica mundial, o ICI chegou a 75,1 pontos, o segundo menor nível da série histórica iniciada em 1995.

O levantamento indica que a parcela das empresas que avaliam a situação atual dos negócios como boa aumentou de 29,9% para 31,6%. Em contrapartida, houve uma forte queda de 18% para 8,7% da proporção de empresas que avaliam a conjuntura atual como fraca.

Vale destacar que os aportes do BNDES foram determinantes para incrementar as inversões do setor manufatureiro. Em 2009, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 137,3 bilhões, acréscimo de 49% em relação a 2008. Esse volume representa o maior de sua história de empréstimos. Desse total, o setor industrial respondeu pela maior parte dos desembolsos do Banco, alcançando R\$ 60,1 bilhões, incremento de 54% comparativamente ao ano anterior.

Com relação especificamente ao segmento de bens de capital, o destaque ficou por conta do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI), que oferece uma linha de crédito a juros baixos e prazos longos para esse segmento. Até o final de 2009, o programa contratou R\$ 22,4 bilhões em operações de vendas de bens de investimentos. O governo estendeu o prazo do programa do final de 2009 para o primeiro semestre de 2010 (BNDES....., 2010a). No caso do BNB, os empréstimos de longo prazo para o setor industrial somaram 5,1 bilhões, em 2009.

Essa recuperação do investimento deverá continuar em 2010. De acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação – Quesitos Especiais (investimentos), quase a metade (48%) das empresas investigadas pretende ampliar os investimentos.

Beneficiados pelos estímulos do governo, como as isenções de impostos (IPI), o setor de bens de consumo duráveis aparece com o maior percentual da série (58%), ultrapassando o de 2009 (48%). O segmento de bens de capital também foi destaque, com 14 dos 21 gêneros investigados registrando previsões superiores às de 2009, e apenas sete inferiores (Tabela 2).

No quesito pessoal ocupado, o levantamento constatou que 40% das empresas pretendem contratar, enquanto 12% do conjunto programam

2 A pesquisa foi realizada entre os dias 03 e 23 de dezembro, com 1110 empresas responsáveis por vendas de 601,8 bilhões em 2008.

Tabela 2 – Brasil. Indústria de Transformação – Perspectivas de Investimentos

Projeções para	2008			2009			2010		
	(+)	(-)	Saldo	(+)	(-)	Saldo	(+)	(-)	Saldo
Indústria de Transformação	53	13	40	41	28	13	48	17	31
Bens de Consumo	45	19	26	43	29	14	45	17	28
Bens de Consumo Não Duráveis	44	18	26	43	28	15	42	17	25
Bens de Consumo Duráveis	48	24	24	45	27	18	58	16	42
Bens de Capital	63	4	59	49	23	26	47	18	29
Material de Construção	49	8	41	40	21	19	47	24	23
Bens Intermediários	51	14	37	39	28	11	48	17	31

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV, 2009.

demissões. O setor de bens de capital atinge o maior percentual nesse quesito, com 53% das empresas sinalizando para um aumento da mão de obra em 2010, contra apenas 38% em 2009.

O aumento do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) é um fator motivador para a realização de investimentos. Analisando por categoria de uso, verificou-se que o Nuci do setor produtor de bens de capital atingiu 80,4% em dezembro, incremento de 9,7% em relação a janeiro (73,3%). Esse segmento foi o único a apresentar variação positiva nessa base de comparação. Apesar do avanço, o Nuci do setor de bens de capital permanece sendo o menor entre os setores da indústria de transformação (Gráfico 6).

No caso do setor de bens de consumo, o Nuci apresentou um pequeno recuo em dezembro comparativamente ao mês anterior, após uma trajetória de crescimento entre junho e novembro de 2009. Diante dos fatores impulsionadores da demanda doméstica (expansão do crédito, aumento da massa salarial, redução de tributos), as empresas do setor estão investindo para aumentar a capacidade de produção.

Um exemplo nessa direção está relacionado com o financiamento de R\$1,2 bilhão do BNDES para a expansão da capacidade de produção da unidade da Mercedes-Benz em São Bernardo (SP), além do desenvolvimento de motores adequados à nova legislação ambiental e novos modelos de

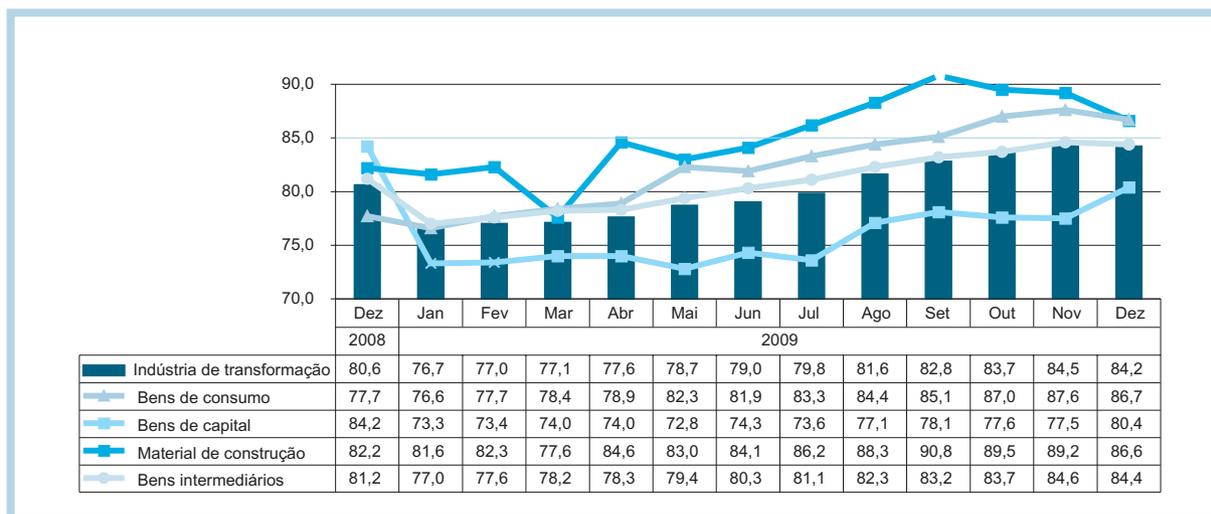


Gráfico 6 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal (%). Dezembro de 2008 a Dezembro de 2009

Fonte: FGV. In.: BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

caminhões leves e médios. Os recursos serão também utilizados para a modernização do centro de distribuição de peças em Campinas (SP) e a realização de investimentos ambientais e sociais (BNDES....., 2010b).

No que se refere ao setor de bens intermediários, os níveis elevados de ocupação da capacidade decorrem da demanda doméstica aquecida e da recuperação dos preços de grande parte das *commodities* no mercado internacional, estimulando a realização de investimentos em ramos da indústria desse segmento. A alta de preço do aço no mercado internacional provocou uma retomada substancial tanto na siderurgia brasileira quanto na mundial. De fato, dados recentes (WORLD STEEL ASSOCIATION, 2010) mostram uma nítida progressão da utilização da capacidade instalada da indústria siderúrgica mundial no segundo semestre, passando de 64% em abril de 2009 para 75% em novembro.

Em resumo, a retomada da produção industrial e do índice Nuci em 2009 aponta para um cenário de expansão da oferta em 2010, a julgar pela maior disposição do setor empresarial em elevar os investimentos, o que permitiria a manutenção do dinamismo da demanda doméstica sem ocasionar grandes pressões inflacionárias.

O maior entrave à expansão industrial em ritmo mais acentuado foi o baixo dinamismo das exportações de manufaturas. Um estudo recente realizado por Fernando Puga e Marcelo Nascimento (DESEMPENHO.....,2010) mostra que a indústria brasileira é bem mais “exposta ao comércio internacional, que aquela indicada a partir de informações tradicionais das exportações diretas por setor”. Com base no coeficiente de exportação ampliado, que leva em conta o efeito da demanda intermediária sobre a produção total, constatou-se que a baixa *performance* das exportações foi responsável por quase dois terços da queda da produção industrial entre os terceiros trimestres de 2008 e 2009.

Analisando por intensidade tecnológica, observa-se um forte déficit nos segmentos de alta e média-alta tecnologia em 2009. A apreciação cambial, a retração da demanda externa e a demanda interna aquecida foram determinantes para esses resultados. Ademais, os superávits nas indústrias de baixa e média-baixa intensidade de tecnologia caíram substancialmente em 2009 na comparação com o ano anterior, prejudicados pela retração da demanda externa e dos preços internacionais (A BALANÇA.....2010).

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

Em novembro de 2009, a produção industrial do Nordeste registrou incremento de 1,6% comparativamente ao mês anterior, após assinalar estabilidade na taxa de crescimento em outubro. Já o índice de média móvel trimestral cresceu 1,1%, o sexto incremento positivo consecutivo, acumulando aumento de 7% nesse intervalo.

No indicador mensal, a indústria nordestina apresentou avanço de 3,3%, interrompendo uma sequência de 13 meses de resultados negativos, enquanto a indústria nacional decresceu 2,2%. Vale destacar que o impacto da crise mundial foi menor na região, em função, principalmente, da pequena presença dos ramos de bens de

capital e bens de consumo duráveis na composição da estrutura industrial do Nordeste. Foram exatamente essas duas categorias de uso as mais afetadas pela crise.

O crescimento importante da produção industrial no indicador mês/mesmo mês do ano anterior decorreu dos avanços observados em 6 dos 11 setores investigados, com ênfase para produtos químicos (8,7%), calçados e artigos de couro (20,3%) e refino de petróleo e produção de álcool (5,3%) (Gráfico 7).

O bom desempenho da indústria química nordestina segue a tendência nacional. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2009), o índice de produção assinalou alta de 46,7% no acumulado janeiro a outubro em relação a dezembro de 2008. Já as vendas para o mercado interno registraram aumento de 44,9% nessa mesma base de comparação. Segundo o relatório, as políticas anticíclicas

do governo, reduzindo impostos para setores altamente demandantes de produtos químicos de uso industrial, como o automobilístico, o de materiais de construção e eletrodomésticos foram cruciais para essa retomada. Entretanto, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, os índices de produção industrial (-0,15%) e de vendas internas (-15,4%) de janeiro a outubro permanecem negativos.

O crescimento das vendas internacionais também contribuiu significativamente para a reação do setor. As exportações registraram um acréscimo em volume de 15% em 2009 no confronto com o ano anterior, enquanto as importações caíram 21,5 % (ABIQUIM, 2010a)³.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção de produtos químicos cresceu 17,1% em outubro, segundo resultado positivo nesse indicador em 2009. A recuperação da produção teve impacto positivo no índice Nuci do setor que ficou na média de 80% no acumulado dos dez

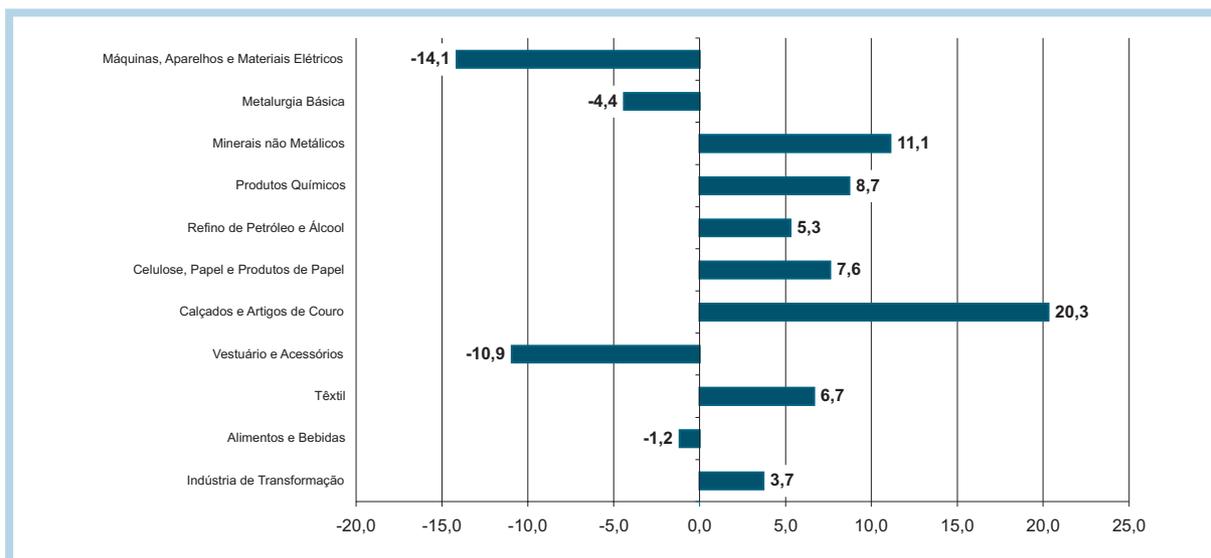


Gráfico 7 – Nordeste. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)

Fonte: IBGE, 2009d. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3 Entretanto, o valor das exportações em 2009 foi 12,2% inferior a 2008, em decorrência do forte movimento de queda dos preços dos produtos químicos.

primeiros meses do ano, um pouco abaixo dos 83% observados no mesmo período do ano anterior.

O levantamento da Abiquim junto a 800 empresas revela que os investimentos no segmento de produtos químicos para uso industrial poderão chegar a US\$ 26 bilhões no país até 2014. Desse total, os projetos já em andamento totalizam US\$ 10,9 bilhões, enquanto os projetos em estudo atingem US\$ 11,9 bilhões. Já os investimentos programados em manutenção, melhorias de processo, segurança e meio ambiente alcançam US\$ 3,3 bilhões.

Na região Nordeste, os planos de investimentos chegam a US\$ 3,14 bilhões na Bahia e US\$ 1,54 bilhão em Pernambuco (ABIQUIM, 2010b). A Braskem, por exemplo, deverá investir nos próximos cinco anos aproximadamente R\$ 640 milhões na ampliação e modernização de suas unidades de produção do Pólo Industrial de Camaçari, na Bahia. Esta inversão faz parte de um acordo entre a empresa e o Governo do Estado que prevê a diminuição da carga tributária sobre a nafta, de 11,75% para 5,5% até o final de 2011, o que permitirá uma economia para a Braskem equivalente ao montante investido (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB, 2010).

Esses investimentos certamente poderão ser mais significativos, com a compra da petroquímica Quattor pela Braskem. Com a incorporação, a Braskem será a oitava maior petroquímica do mundo, com receita bruta de R\$ 25,8 bilhões, 26 fábricas e o controle da produção de resinas termoplásticas. O controle da nova empresa será exercido pela Petrobras e a Odebrecht (PETROBRAS.....,2010).

Já a indústria de calçados nordestina segue a tendência nacional, registrando uma nítida recuperação da produção nos últimos meses de 2009. Um dos fatores que contribuiu para essa retomada foi a medida *antidumping* sobre a im-

portação de calçados chineses, com sobretaxa de US\$ 12,47 por par, favorecendo a produção nacional e regional.

De acordo com a Associação Brasileira de Calçados –Abicalçados (2010), a medida possibilitou a criação de 30 mil empregos novos de outubro a dezembro de 2009 no país. Na região Nordeste, o emprego do setor calçadista registrou expansão de 10,1% em novembro na comparação com igual mês do ano anterior, o maior incremento entre os setores da indústria nordestina nesse período. Em decorrência, a geração de emprego no segmento avançou 1,5% no acumulado janeiro-novembro de 2009.

Ademais, a medida levou à redução em 30% das importações brasileiras de calçados da China, em 2009, frente ao ano anterior. Entre outubro e novembro, o número de sapatos importados desse país caiu 50%. Com relação ao preço, já se observou em novembro um aumento do preço médio do par de calçado chinês para US\$ 16,20 ante uma média de US\$ 11,75 na segunda metade de 2009. Vale destacar que o valor foi calculado antes da incidência da sobretaxa (ABICALÇADOS, 2010). Na região Nordeste, constata-se igualmente um recuo importante das importações de procedência chinesa (Gráfico 8).

Um dos reflexos imediatos foi a recuperação de parte do mercado interno pela indústria nacional e a retomada de planos de investimentos no país. A fabricante de calçados Piccadily atribui à sobretaxa o aumento estimado entre 20 e 25% das vendas no mercado doméstico em dezembro de 2009 comparativamente a dezembro de 2008. Em janeiro de 2010, a empresa já fechou vendas de 450 mil pares, quando a meta era de 300 mil pares. A grande responsável por esse aumento da produção foi a demanda interna que cresceu 80% em relação a igual mês do ano precedente. A expectativa da empresa é de um incremento de 20% nas vendas totais em 2010 frente a 2008.



Gráfico 8 – Nordeste. Importação de Calçados e Artigos de Couro – Janeiro a Dezembro de 2009 – US\$ Milhões FOB

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

A medida *antidumping* também beneficiou a fabricante de calçados femininos West Coast que deverá inaugurar uma unidade de produção em Sergipe, em março de 2010. Com essa nova unidade, a empresa pretende elevar em 30% a capacidade de produção e contratar de 250 a 300 novos empregados.

A proteção contra calçados fabricados na China já propiciou aumento de 29% da demanda doméstica na segunda metade do ano de 2009. Na avaliação da West Coast, a associação entre sobretaxa e mercado doméstico aquecido deverá garantir uma expansão de 22% nas vendas de 2010.

Também beneficiada pela sobretaxa, a Calçados Bibi conseguiu atingir a meta de 5% de elevação da produção de calçados infantis no acumulado de 2009. A empresa também pretende focar o mercado interno em 2010, acreditando na expansão de 23% em suas receitas (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – IEA; FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR – FUNCEX, 2009).

Considerando que a produção de calçados no Nordeste é, em grande parte, direcionada para as classes C e D, a combinação de sobretaxa com o aumento do poder aquisitivo das classes mais

modestas, em função das políticas de valorização do salário mínimo, dos programas de transferência de renda e do crescimento do emprego formal, tende a beneficiar a produção do setor na região.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, somente Santa Catarina (14,3%) superou os estados da Bahia (11,7%) e Pernambuco (14,2%) no volume de comércio do item “tecido, vestuário e calçados”, em novembro de 2009, comparado ao mesmo mês do ano anterior.

Dos estados nordestinos investigados, o Ceará registrou incremento de 2,8% na atividade industrial em novembro em relação ao mês anterior, a terceira taxa positiva consecutiva, acumulando ganho de 7,7% nesse intervalo.

No indicador mensal, a indústria cearense apresentou crescimento de 6,3%, em função da expansão de sete dos dez ramos pesquisados. Os maiores acréscimos ocorreram em calçados e artigos de couros (41,3%), têxtil (16,4%) e produtos químicos (14,1%). Por outro lado, as maiores quedas foram nos itens alimentos e bebidas (16,5%) e vestuário e acessórios (17,5%) (Gráfico 9).

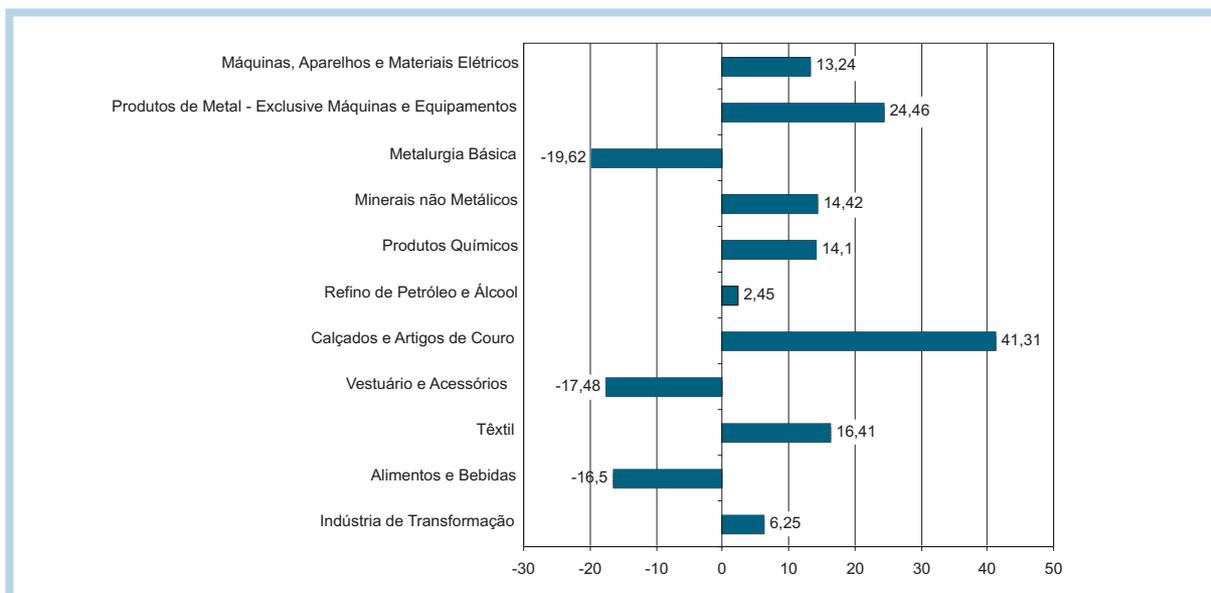


Gráfico 9 – Ceará. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (Novembro) (%)

Fonte: IBGE, 2009d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O bom desempenho da indústria têxtil repercutiu positivamente na geração de emprego, com aumento de 3,4% do pessoal ocupado assalariado. O crescimento do mercado interno certamente vem impulsionando a produção desse setor, já que as exportações de produtos têxteis cearenses apresentaram resultados insatisfatórios em 2009.

De fato, constata-se uma queda de 42,9% das exportações da indústria têxtil cearense em 2009

no confronto com 2008. Esse resultado reflete, principalmente, a concorrência asiática, o processo de apreciação da moeda nacional e a implementação de medidas protecionistas por parte de tradicionais importadores, como a Argentina (Gráfico 10).

Nos últimos anos, a participação das exportações de produtos têxteis na pauta exportadora do Ceará caiu substancialmente, passando de 13,2%,

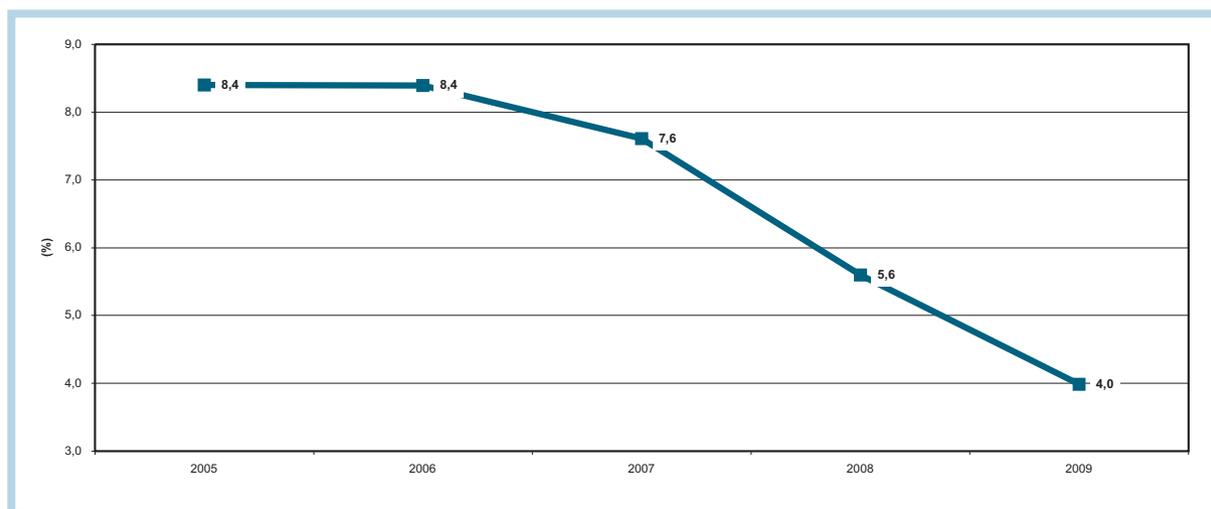


Gráfico 10 – Ceará. Participação das Exportações Cearenses de Produtos Têxteis no Total Exportado pelo Setor no País – 2005-2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

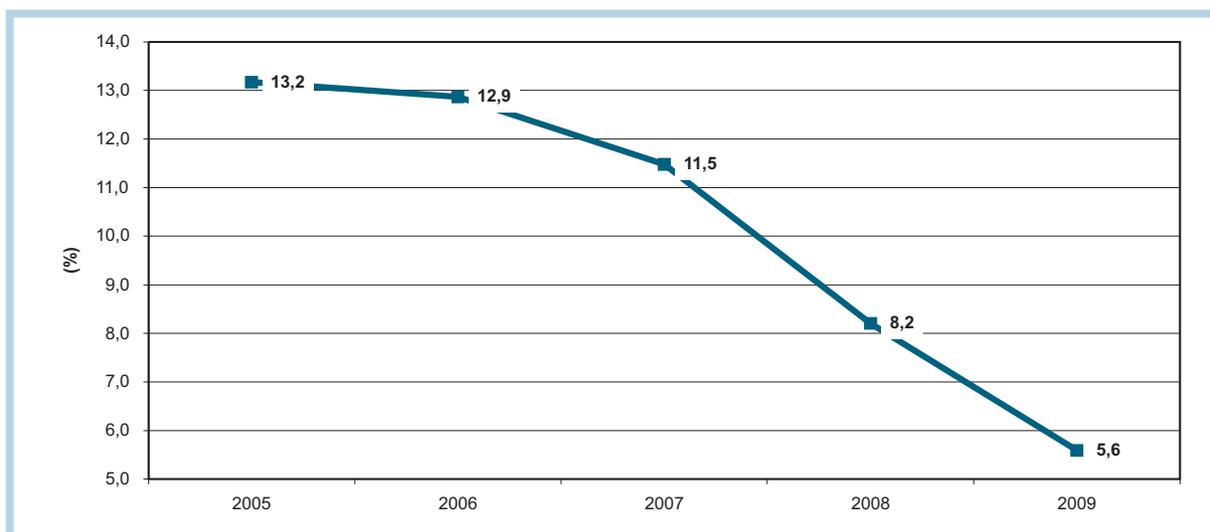


Gráfico 11 – Ceará. Participação das Exportações de Produtos Têxteis no Total Exportado pelo Estado – 2005-2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

em 2005, para 5,6%, em 2009. Ademais, a parcela das exportações cearenses de produtos têxteis nas exportações brasileiras do setor recuou de 8,4%, em 2005, para apenas 4%, em 2009 (Gráfico 11).

A indústria baiana cresceu 3,9% em novembro em relação a outubro de 2009, a quarta expansão seguida nessa base de comparação. No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a produção

industrial do estado registrou acréscimo de 4%, com variação positiva em refino de petróleo e produção de álcool (8,6%), produtos químicos (5,4%) e celulose e papel (8,8%) (Gráfico 12).

Com participação importante na economia baiana, o segmento de papel e celulose apresentou recuperação dos seus níveis de produção em função, sobretudo, da trajetória de elevação dos

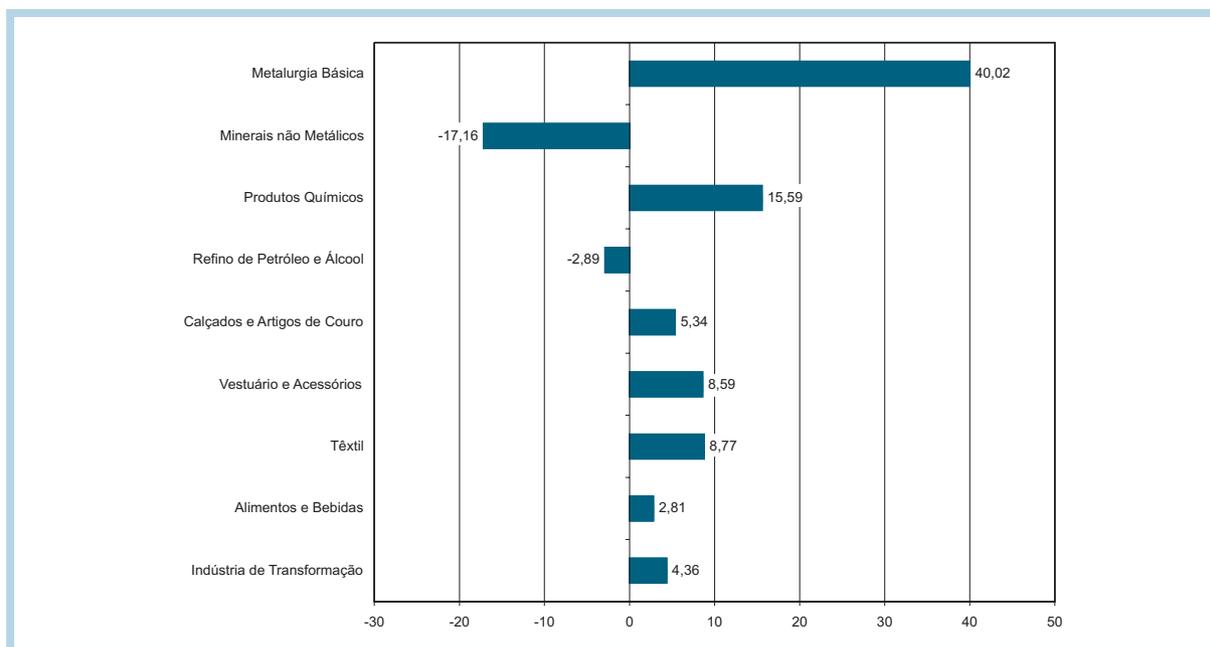


Gráfico 12 – Bahia. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (Novembro) (%)

Fonte: IBGE, 2009d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

preços no mercado internacional. A expansão da demanda da China e a retomada das exportações para o mercado europeu contribuíram para esse aumento.

Ademais, o setor passa por um processo de reestruturação com resultados positivos em termos de investimentos. A Aracruz Celulose, que teve perdas substanciais em operações com derivativos cambiais, foi comprada pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), integrando atualmente a Fibria, maior produtora mundial de celulose de eucalipto.

O processo de reorganização da Fibria contempla a venda da unidade de produção de papel e celulose de Guaíba (RS) para o grupo chileno CMPC. Ademais, a nova empresa pretende captar cerca de US\$ 1 bilhão com emissão de bônus no exterior, para o pré-pagamento de dívidas da Aracruz com derivativos (FIBRIA....., 2010b).

A empresa Suzano de Papel e Celulose decidiu retomar o projeto de ampliação da unidade de

Mucuri, na Bahia, que terá capacidade adicionada de 400 mil toneladas/ano. A empresa está construindo também duas novas unidades no Nordeste, uma no Piauí e outra no Maranhão.

A indústria pernambucana registrou, em novembro, acréscimo de 1% no indicador mês/mês imediatamente anterior, revertendo dois meses consecutivos de recuo nessa base de comparação. No indicador mensal, observou-se expansão de 6,9%, a quarta seguida. Dos 11 ramos investigados 8 assinalaram incremento, com destaque para alimentos e bebidas (6,3%), produtos químicos (18,3%) e metalurgia básica (10,9%). Por outro lado, as maiores retrações foram observadas em refino de petróleo e produção de álcool (-12,6%) e têxtil (-24,9%) (Gráfico 13).

A expansão no indicador mensal nos últimos quatro meses não foi suficiente para reverter o desempenho negativo no acumulado do ano. No acumulado janeiro-novembro, a produção pernambucana recuou 3,9%, com 10 das 11 atividades industriais registrando taxas negativas de crescimento.

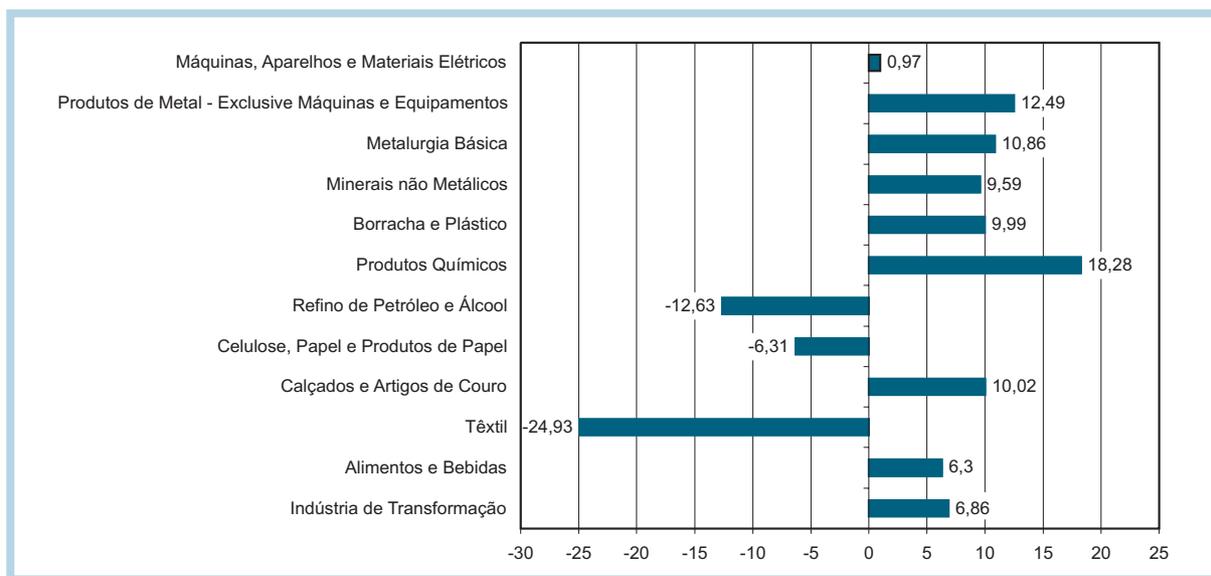


Gráfico 13 – Pernambuco. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (Novembro) (%)

Fonte: BRASIL, 2009d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista brasileiro continua em expansão, consideradas as informações levantadas até o mês de novembro pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O volume de vendas registrou incremento de 5,5% no acumulado jan.-nov./2009 e a receita nominal avançou 9,8%. Em termos mensais, a variação em novembro foi de 1,1% sobre o mês anterior no caso das vendas e de 1,3% no caso da receita, descontados os efeitos sazonais. Foi o sétimo mês consecutivo de crescimento para as vendas e oitavo para a receita nominal (Tabela 3).

Comparados os volumes das vendas em novembro de 2009 e novembro de 2008, o avanço foi de 8,7%. Também é positivo o cenário quando considerados os últimos 12 meses sobre o período imediatamente anterior (5,3%). Na mesma base de comparação, a receita nominal também teve comportamento positivo, elevando-se 11%. E, nos últimos 12 meses, variou 9,8%.

Para o comércio varejista ampliado, que incorpora os segmentos de veículos e material de construção, a expansão nominal entre janeiro e novembro foi de 6,9% na receita e de 6% no volume de vendas. Na comparação nov./2008 com

Tabela 3 – Brasil. Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, Segundo Grupos de Atividade PMC – (Novembro/2009)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Novembro	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Novembro	Acumulado	
			Jan.-Nov. (2009)	12 Meses			Jan.-Nov. (2009)	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	1,3	11,0	9,8	9,8	1,1	8,7	5,5	5,3
1. Combustíveis e Lubrificantes	1,4	5,2	1,3	1,7	0,9	3,0	0,4	0,9
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,6	10,1	13,3	13,3	1,0	8,2	8,2	7,7
2.1. Super e Hipermercados	1,2	9,8	13,1	13,1	1,2	7,9	8,0	7,5
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	0,7	11,1	2,5	2,2	-0,3	4,8	-4,3	-4,6
4. Móveis e Eletrodomésticos	5,5	11,7	0,1	0,4	5,9	13,9	0,7	1,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	1,3	18,5	18,5	18,5	1,2	12,3	12,0	12,2
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	3,8	12,6	6,0	7,5	1,9	19,2	11,8	14,3
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-1,3	14,0	14,0	14,3	-1,1	8,8	9,6	10,1
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-0,3	16,7	18,2	17,1	-1,9	7,2	8,6	7,9
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	0,5	15,8	6,9	6,8	0,6	16,4	6,0	5,6
9. Veículos e Motocicletas, partes e peças	1,1	29,3	2,9	2,3	0,5	37,1	9,6	8,5
10. Material de Construção	2,4	9,2	1,5	2,1	2,7	4,7	-7,7	-7,4

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

nov./09 a receita subiu 15,8% e o volume, 16,4%. Esse bom desempenho repetiu-se nos últimos 12 meses em relação a igual período de 2008: aumento de 6,8% da receita e de 5,6% do volume.

Conforme as pesquisas do IBGE, na comparação nov.2009/nov.2008, destacaram-se pela elevação das vendas, as atividades de veículos e motos, partes e peças (37,1%) e equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação (19,2%), como mostra a Tabela 3. A primeira atividade foi a que mais contribuiu para a formação da taxa global de crescimento do comércio varejista ampliado em novembro (63,1%)

Esse resultado é atribuível, de acordo com a PMC, à redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à retomada do crédito ao longo do ano.

A atividade equipamentos, materiais para escritório, informática e comunicação, a despeito da expressiva taxa de expansão no mês, representou, em termos de composição da taxa global, apenas 1,5% (Tabela 4). Esse desempenho foi

impactado pela redução dos preços dos produtos do gênero e a popularização dos aparelhos de telefonia móvel.

A segunda maior participação na composição da taxa mensal de expansão do comércio ampliado coube a hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, cujo crescimento de 8,2% contribuiu com 15,8% da taxa global de aumento do volume de vendas. O desempenho dessa atividade deveu-se, de acordo com a PMC, à estabilidade de preços dos alimentos, aos programas de transferência de renda e à elevação real da massa de salários.

A terceira atividade comercial a contribuir mais significativamente para a formação da taxa global de crescimento do comércio, no caso móveis e eletrodomésticos (participação de 9,1%), também apresentou o terceiro maior valor de expansão mensal do comércio varejista ampliado (13,9%), cujo bom desempenho deveu-se ao recuo de preços de alguns produtos da linha branca (fruto da redução de impostos) e à melhoria nas condições de crédito.

Tabela 4 – Brasil. Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista - (Novembro/2009)*

ATIVIDADES	COMÉRCIO VAREJISTA			COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO		
	Taxa	Comp. da taxa		Taxa	Comp. da taxa	
		absoluta	relativa		absoluta	relativa
Taxa Global	8,7	8,7	100,0	16,4	16,4	100,0
1. Combustíveis e Lubrificantes	3,0	0,3	3,5	3,0	0,2	1,4
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	8,2	4,0	45,6	8,2	2,6	15,8
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	4,8	0,4	4,3	4,8	0,3	1,5
4. Móveis e Eletrodomésticos	13,9	2,3	26,2	13,9	1,5	9,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	12,3	0,7	8,2	12,3	0,5	2,8
6. Equip. e Mat. para Escritório, Informática e Comunicação	19,2	0,4	4,2	19,2	0,2	1,5
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	8,8	0,1	0,7	8,8	0,1	0,3
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	7,2	0,6	7,4	7,2	0,4	2,6
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-	-	-	37,1	10,3	63,1
10. Material de Construção	-	-	-	4,7	0,3	1,8

Fonte: IBGE, 2009.

(*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

O Nordeste destacou-se até o mês de novembro pelo elevado crescimento, tanto do volume de vendas quanto da receita nominal. No período janeiro-novembro, a maioria dos estados da região apresentou taxas de expansão acima da nacional (Tabela 5).

Em volume de vendas, sete dos nove estados obtiveram desempenho acima da média brasileira (6%): Piauí (15,9%), Sergipe (15,4%), Ceará (9,5%), Alagoas (9,3%), Bahia (6,6%), Maranhão (6,6%) e Pernambuco (6,4%).

Considerada a receita nominal, repete-se o fato, com sete estados superando a média brasileira, de 6,9%: Piauí (17,5%), Sergipe (15,5%), Alagoas (11,2%), Ceará (10,8%), Maranhão (8,6%), Pernambuco (8,2%) e Bahia (8%).

Os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte foram os únicos cujos desempenhos, no acumulado até novembro, foram inferiores ao nacional.

No mês de novembro de 2009, em comparação a novembro de 2008, ganharam destaque, novamente, os comércios piauiense e sergipano, cujas receitas expandiram-se 24,3% e 22,1%, respectivamente, enquanto os volumes de vendas apresentaram crescimentos de 21,8% (Sergipe) e 21,4% (Piauí).

Até novembro, dados fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontavam um menor impacto da crise na criação de empregos formais da região Nordeste. Tal situação pode ter contribuído para que o comércio regional tenha apresentado um desempenho acima da média nacional⁴.

Tabela 5 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Novembro e Janeiro - Novembro de 2009) *

Unidade da Federação	Volume de vendas		Receita nominal	
	Nov./2009	Jan.-Nov. /2009	Nov./2009	Jan.-Nov. /2009
BRASIL	16,4	6,0	15,8	6,9
Maranhão	9,2	6,6	12,3	8,6
Piauí	21,4	15,9	24,3	17,5
Ceará	14,6	9,5	16,1	10,8
Rio Grande do Norte	10,6	3,9	11,5	4,9
Paraíba	9,2	3,4	10,7	5,0
Pernambuco	14,8	6,4	15,9	8,2
Alagoas	20,5	9,3	21,4	11,2
Sergipe	21,8	15,4	22,1	15,5
Bahia	12,2	6,6	12,2	8,0

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

*Comparação a mesmo período do ano anterior.

4 Comparados os saldos de empregos formais mensurados pelo Caged, observa-se uma redução de 4% no Nordeste, entre 2008 e 2009 (acumulado até novembro). Considerado o âmbito nacional, a redução foi mais expressivamente acentuada, 33%, embora em ambos os casos, vale ressaltar, tenha havido geração de postos do trabalho.

Ao longo do ano, nota-se tendência de estabilização dos preços da cesta básica, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese)⁵, o que também pode ter contribuído para esse resultado, dada a importância da atividade de comercialização de alimentos para o comércio em geral e o maior peso desse item no orçamento das famílias nordestinas em comparação à situação nacional.

O IBGE também fornece dados sobre o desempenho de dez atividades comerciais específicas nos estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco (Tabela 6).

A atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo tem alcançado expressivo desempenho nos três estados, influenciando os resultados, também significativos do comércio global.

A expansão do volume de vendas no Ceará alcançou dois dígitos (13,5%), marca superior ao desempenho do comércio como um todo no estado (9,5%) e o desempenho daquela atividade comercial no Brasil (8,2%). A receita nominal confirma esse desempenho destacável, assinalando ampliação de 18% no acumulado até novembro.

O crescimento do volume de vendas e da receita nominal, respectivamente 8,2% e 12,6%, também colocou a atividade de comercialização de alimentos em destaque na Bahia. Em Pernambuco, a despeito de o crescimento do volume de vendas (5,7%) ter sido inferior ao do comércio em geral (6,4%), a receita nominal (12%) expandiu-se acima da média das atividades em geral (8,2%).

Um conjunto de fatores positivos ao longo do ano fundamentou o desempenho dessa atividade. A estabilidade de preços dos alimentos, considera-

Tabela 6 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade, nos Estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia (Janeiro-Novembro/2009)*

Atividades	Janeiro-Novembro/2009					
	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	9,5	10,8	6,4	8,2	6,6	8,0
1. Combustíveis e Lubrificantes	10,8	9,4	10,1	8,2	0,9	2,1
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	13,5	18,0	5,7	12,0	8,2	12,6
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-1,4	8,4	0,4	6,4	-0,1	5,0
4. Móveis e Eletrodomésticos	9,3	11,9	-0,7	-0,6	3,6	4,6
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	4,4	9,6	8,5	13,8	9,4	16,1
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	4,8	7,5	7,1	10,4	15,0	13,9
7. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	7,7	3,5	5,8	3,5	-22,6	-24,2
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	9,8	17,7	3,5	10,8	33,3	38,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	13,5	8,4	11,5	6,4	9,4	4,6
10. Material de Construção	-6,1	2,5	-3,4	7,6	-4,2	5,6

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

*Comparação a mesmo período do ano anterior.

5 Das seis capitais nordestinas pesquisadas pelo Dieese, três apresentaram redução: Aracaju (6,4%), Fortaleza (2,8%) e Natal (4,2%). Em duas, os valores das cestas mantiveram-se relativamente estáveis: João Pessoa (0,4%) e Recife (0,4%). Apenas em Salvador, houve elevação expressiva na comparação com o valor apurado em novembro do ano anterior (7,6%), muito embora tenha havido certa estabilidade na comparação com janeiro de 2009 (-0,6%).

dos os valores da cesta básica, confirma-se quando analisadas outras informações sobre inflação, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulados até novembro⁶.

Uma política deliberada de valorização do salário mínimo, que tem resultado em expressivos reajustes reais desde 2005 – alcançando 5,8% em fevereiro de 2009 e 5,9% em janeiro de 2010 (DIEESE, 2009) –, também colaborou para o fortalecimento do mercado interno e o bom desempenho na comercialização de alimentos.

Vale lembrar outro fato importante, que foi o bom desempenho regional no âmbito do mercado de trabalho⁷.

A atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico, considerado seu desempenho no acumulado até novembro, também contribuiu para o crescimento do comércio nos três principais mercados da região Nordeste.

A Bahia foi o estado onde volume de vendas e a receita nominal apresentaram as mais elevadas ampliações no país. O crescimento de 33,3% no volume de vendas foi quase três vezes superior ao índice brasileiro (8,6%), enquanto a receita nominal assinalou ampliação de 38%, mais do que o dobro da elevação registrada no agregado nacional (18,2%).

O desempenho dessa atividade no Ceará também é notável. A ampliação de 9,8% no volume de vendas e de 17,7% na receita nominal superou os índices atribuídos ao agregado do comércio no estado.

Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia foi a única atividade que sofreu redução expressiva tanto no volume de vendas quanto na receita nominal, embora a Secretaria de Planejamento daquele estado atribua esse fraco desempenho à preferência dos consumidores pela aquisição de bens daquela natureza em hipermercados e supermercados (COMÉRCIO....., 2009).

Desde o início da crise internacional, um dos setores mais influenciados pela restrição do crédito, o automobilístico, foi alvo de sucessivas iniciativas para manutenção de empregos, vendas e nível de produção, dada sua importância e encadeamento na economia. Ao que tudo indica, as isenções de impostos e medidas complementares do governo federal no campo do crédito surtiram efeito, propiciando resultados positivos nos três estados até o penúltimo mês de 2009.

A expansão de 13,5% no volume de vendas no Ceará e de 11,5% em Pernambuco superou o desempenho brasileiro nessa atividade comercial, tendo a Bahia (9,4%) assinalado avanço próximo do nacional (9,6%) no acumulado até novembro⁸. A receita nominal até novembro, por sua vez, confirma a tendência de encerramento do ano com os três principais estados apresentando bons desempenhos na atividade comercial veículos e motos, partes e peças.

Outros fatores podem influenciar o crescimento do comércio, destacando-se dentre eles a situação de solvência, importante variável para o comportamento do crédito e de atividades comerciais a ele relacionadas.

6 Tanto no caso do INPC, que considera famílias com rendimento de 1 a 6 salários mínimos e do IPCA, índice oficial do regime de metas, que considera famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos, os valores referentes à alimentação em domicílio foram inferiores aos índices gerais, nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

7 A abertura de novos postos de trabalho no Nordeste deveu-se, em particular, aos resultados da Bahia (+34,3%) e do Ceará (+ 37,3%). Coube a Pernambuco o terceiro melhor saldo em termos absolutos até novembro de 2009, com a geração de 47.840 postos de trabalho, quantidade inferior à do mesmo período em 2008.

8 Para efeito de comparação a frota da Bahia cresceu 11,7%, a de Pernambuco, 10,4%, a do Ceará, 12,9% e a de São Paulo, 6,7%, considerado o período nov./2008 a nov./2009.

Nesse sentido, a proporção de cheques sem fundos em relação ao volume de cheques compensados apresentou redução entre janeiro e dezembro de 2009 na região Nordeste, segundo boletim do Banco Central (BACEN, 2009).

Pesquisa realizada em Salvador⁹ para mensurar o grau de endividamento da população, também não aponta para piora do cenário nesse contexto.

Em Fortaleza, apesar de o índice de pessoas com contas ou dívidas em atraso alcançar pata-

mar mais elevado que em Salvador (dezembro), nota-se redução dessa proporção ao longo de 2009¹⁰.

As previsões para o mercado de trabalho em 2010 são melhores do que as de 2009. O incremento na geração de postos de trabalho, a expectativa de crescimento sustentável do crédito e a melhoria do cenário externo fundamentam uma perspectiva de expansão mais acentuada da economia como um todo, assim como do comércio, em 2010, nos âmbitos nacional e regional.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

A tendência de retração do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro em 2009 foi confirmada pelo Cepea - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, ao considerar os dados do terceiro trimestre do ano (Tabela 7 e Gráfico 14).

Até setembro, o PIB do agronegócio sofreu queda de 5,18%, sendo a retração um pouco maior nas cadeias produtivas agrícolas (-5,21%) do que nas pecuárias (-5,11%). Se esse desempenho se

manteve no último trimestre do ano, é provável que o PIB do agronegócio, em 2009, tenha recolhido 6,85% relativamente ao de 2008 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR, 2010).

Mesmo com a valorização do real, que contribuiu para reduzir o preço dos fertilizantes (importados ou com grande participação de componentes importados), seu custo estava elevado por ocasião do plantio. Esse fato levou à redução do

9 Pesquisa Taxas de Endividamento do Consumidor de Salvador, dezembro de 2009, fruto de convênio entre a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia e o Banco do Nordeste.

10 O percentual de endividados reduziu-se de 65% para 58%, enquanto o percentual de pessoas com contas ou dívidas em atraso reduziu-se de 26,8% para 22,5%, de janeiro a dezembro de 2009, conforme a Pesquisa Taxas de Endividamento do Consumidor de Fortaleza (IPDC, 2009).

Tabela 7 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2009 (%)

AGROPECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	-0,35	-0,67	-0,02	-0,25	-0,30
Fevereiro	-0,64	-0,52	-0,16	-0,30	-0,35
Março	-0,62	-0,27	0,00	-0,08	-0,17
Abril	-1,50	-0,87	-0,20	-0,43	-0,60
Maio	-1,62	-0,65	-0,26	-0,37	-0,55
Junho	-1,72	-0,50	-0,54	-0,47	-0,64
Julho	-1,76	-0,83	-1,21	-0,94	-1,09
Agosto	-0,99	-0,53	-0,47	-0,35	-0,51
Setembro	-1,18	-0,72	-1,46	-0,98	-1,09
Outubro (*)					-0,59
Novembro (*)					-0,59
Dezembro (*)					-0,59
Acumulado em 2009	-9,94	-5,42	-4,25	-4,09	-5,18
AGRICULTURA					
2009	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	-0,34	-0,84	0,03	-0,22	-0,27
Fevereiro	-0,75	-0,66	-0,10	-0,26	-0,34
Março	-0,93	-0,67	0,02	-0,18	-0,29
Abril	-1,79	-0,87	-0,16	-0,37	-0,55
Maio	-2,01	-0,64	-0,22	-0,31	-0,52
Junho	-2,38	-0,67	-0,49	-0,43	-0,70
Julho	-2,32	-1,02	-1,23	-0,98	-1,22
Agosto	-1,11	-0,25	-0,39	-0,09	-0,34
Setembro	-1,36	-0,57	-1,50	-0,91	-1,10
Outubro (*)					-0,59
Novembro (*)					-0,59
Dezembro (*)					-0,59
Acumulado em 2009	-12,30	-6,02	-3,98	-3,68	-5,21
PECUÁRIA					
2009	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	-0,37	-0,43	-0,31	-0,30	-0,36
Fevereiro	-0,45	-0,32	-0,53	-0,38	-0,39
Março	-0,09	0,28	-0,13	0,14	0,12
Abril	-1,01	-0,88	-0,47	-0,56	-0,73
Maio	-0,95	-0,68	-0,48	-0,50	-0,63
Junho	-0,61	-0,27	-0,80	-0,56	-0,49
Julho	-0,83	-0,57	-1,06	-0,86	-0,78
Agosto	-0,80	-0,90	-0,98	-0,94	-0,91
Setembro	-0,90	-0,93	-1,24	-1,15	-1,05
Outubro (*)					-0,58
Novembro (*)					-0,58
Dezembro (*)					-0,58
Acumulado	-5,84	-4,61	-5,85	-5,01	-5,10

Fonte: CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA, 2009.

Obs: (A) Somente o setor primário da agropecuária; (B) Todo o agronegócio da agropecuária; (C) Somente o setor primário da agricultura; (D) Todo o agronegócio da agricultura; (E) Somente o setor primário da pecuária; (F) Todo o agronegócio.

(*) Estimativa.

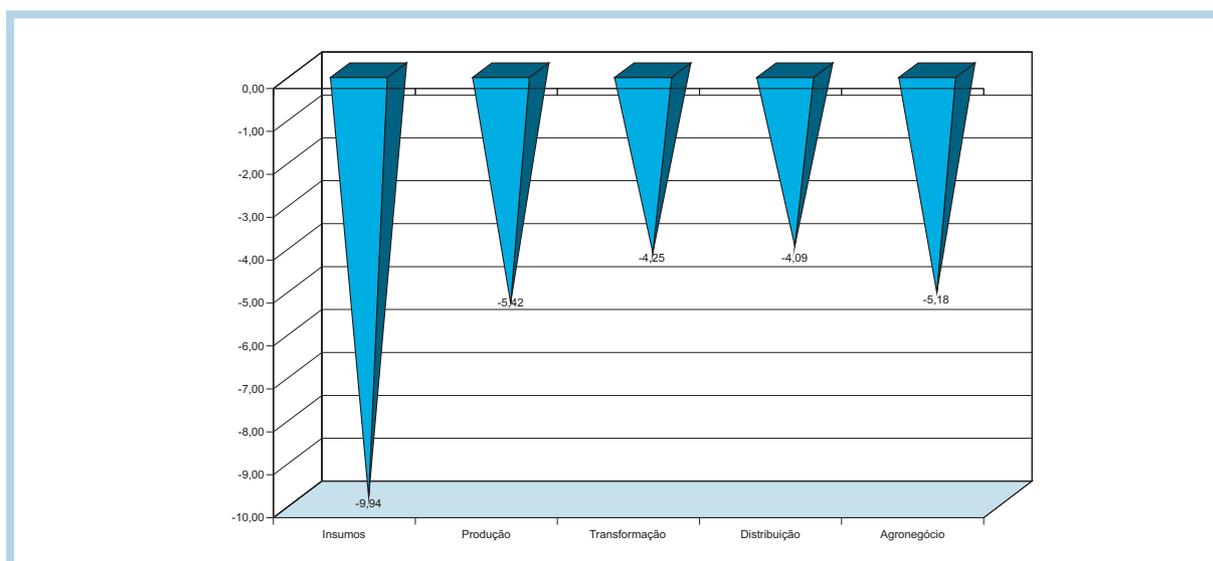


Gráfico 14 – Brasil. PIB do Agronegócio – Variação (%) Acumulada em 2009

Fonte: CEPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

nível tecnológico de algumas lavouras e explica as quedas mais acentuadas no PIB dos elos de insumos e da produção (Gráfico 14).

Tais comportamentos permitem projetar quedas de 6,99% para o PIB das cadeias produtivas agrícolas e de 6,95% para o PIB das cadeias produtivas pecuárias. Com isso, o PIB do agronegó-

cio, em 2009, deverá alcançar R\$ 712,1 bilhões, regressando ao patamar de 2007 (R\$ 714,8 bilhões) (Gráfico 15).

Para a Confederação da Agricultura do Brasil, esse retorno significa a anulação dos resultados atípicos da safra de 2008, marcada pelo *boom* dos preços das *commodities*. As expectativas para

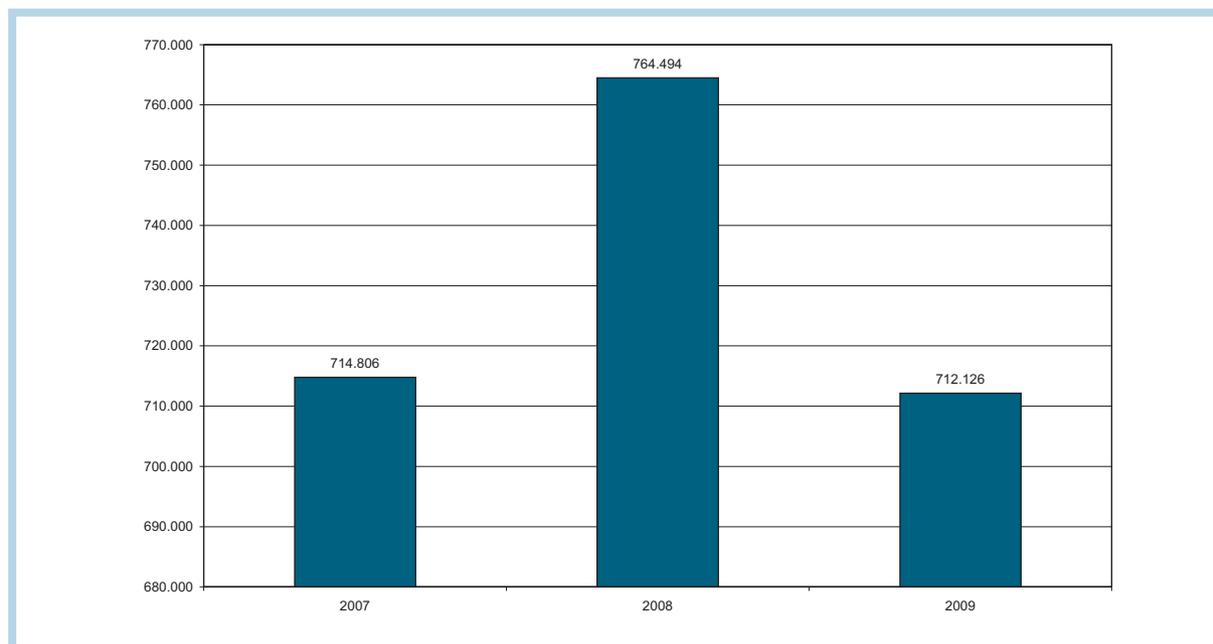


Gráfico 15 – Brasil. PIB do Agronegócio em 2007, 2008 e 2009

Fonte: CEPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Tabela 8 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2008 e 2009

R\$ Milhões de dezembro/09

Produtos	2008	2009	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	189.369	173.768	-8,2	-15.601
- lavouras temporárias (1)	156.098	139.222	-10,8	-16.876
- lavouras permanentes (2)	33.271	34.546	3,8	1.275
Pecuários	103.611	99.047	-4,4	-4.564
- carnes (3)	77.788	77.998	0,3	210
- derivados (4)	25.823	21.048	-18,5	-4.775
Total	292.980	272.815	-6,9	-20.165

Fonte: IBGE, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

- (1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.
- (2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha de caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.
- (3) bovina, suína e de frango.
- (4) leite e ovos.

2010 são otimistas, mercê da recuperação da economia mundial.

Consideradas as previsões do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE de dezembro/2009, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira deverá cair 6,9% em relação a 2008, em função da redução de safras e de outros problemas, especialmente a disparada dos custos de produção no momento do plantio (Tabela 8).

Entretanto, considerada a previsão de crescimento de 5,13% da CNA (2009), o VBP da agropecuária brasileira, em 2010, poderá atingir R\$ 286,8 bilhões, dos quais R\$ 183,9 bilhões oriundos da agricultura e R\$ 102,9 bilhões da pecuária.

Estima-se que o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Nordeste, em 2009, tenha alcançado o montante de R\$ 39,7 bilhões, com decréscimo de 3,3% em relação a 2008, menor do que aquele verificado para o Brasil. Para esse total, as lavouras temporárias contribuem com R\$ 16,2

bilhões ou 40,8%, as lavouras permanentes com R\$ 10 bilhões (25,3%) e a pecuária com R\$ 13,5 bilhões ou 33,9% (Tabela 9).

Se as expectativas nacionais se repetirem no plano regional, o Valor Bruto da Produção Agropecuária do Nordeste atingirá R\$ 41,7 bilhões, em 2010, provenientes da contribuição de R\$ 27,7 bilhões da agricultura e R\$ R\$ 14 bilhões da pecuária.

No panorama intrarregional não houve alteração quanto à participação no VBP agropecuária regional: Bahia (43,1%), Pernambuco (11,8%), Maranhão (11,1%) e Ceará (9,5%) foram responsáveis por 75,5% do total de R\$ 39,7 bilhões do VBP. Apenas dois outros estados conseguem quebrar a hegemonia desse quarteto: Alagoas, que ocupa a quarta posição entre os de maior VBP na lavoura temporária, devido à cana-de-açúcar (VBP de R\$ 1,2 bilhão), superando o Ceará; e Sergipe, na lavoura permanente, pela relevância da laranja, cujo VBP somou R\$ 254 milhões, ultrapassando o Maranhão (Tabela 10).

Tabela 9 – Nordeste. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2008 e 2009

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Lavoura temporária (a)							
Brasil						156.097.598	139.221.993
Nordeste						17.588.651	16.192.701
Abacaxi	Mil frutos	787.966	621.438	0,91	1,06	720.786	657.673
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.279.608	1.055.807	0,97	0,94	1.246.850	993.098
Alho	Tonelada	4.395	5.121	2,62	2,62	11.519	13.422
Amendoim (em casca)	Tonelada	18.367	17.496	1,00	0,87	18.445	15.301
Arroz (em casca)	Tonelada	1.163.411	1.088.665	0,80	0,77	925.411	834.825
Batata - doce	Tonelada	203.309	203.309	0,50	0,50	100.990	100.990
Batata - inglesa	Tonelada	294.210	293.730	1,11	1,31	327.632	384.901
Cana-de-açúcar	Tonelada	74.155.804	71.882.999	0,04	0,04	2.840.888	3.139.991
Cebola	Tonelada	369.997	330.402	0,84	0,98	309.022	323.891
Fava (em grão)	Tonelada	19.053	19.053	1,89	1,89	36.067	36.067
Feijão (em grão)	Tonelada	1.000.035	830.867	2,25	2,03	2.248.278	1.690.675
Fumo (em folha)	Tonelada	26.318	19.219	3,95	2,97	104.072	57.096
Girassol	Tonelada	2.632	2.632	0,59	0,59	1.555	1.555
Mamona (baga)	Tonelada	108.331	71.690	0,75	0,79	80.784	56.842
Mandioca	Tonelada	9.837.819	8.981.978	0,18	0,19	1.753.888	1.668.083
Melancia	Tonelada	607.850	607.850	0,38	0,39	229.663	237.132
Melão	Tonelada	316.221	316.221	0,78	0,65	245.243	205.605
Milho (em grão)	Tonelada	4.426.576	4.686.879	0,56	0,45	2.464.718	2.117.008
Soja (em grão)	Tonelada	4.831.654	4.177.295	0,66	0,68	3.170.670	2.830.434
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	141.496	128.876	0,36	0,36	51.029	46.478
Tomate	Tonelada	582.153	639.242	1,20	1,22	701.141	781.634
Lavoura permanente (b)							
Brasil						33.271.392	34.546.240
Nordeste						9.331.732	10.032.337
Abacate	Tonelada	15.403	15.403	1,01	1,36	15.621	20.917
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	180	180	0,61	0,61	109	109
Banana	Tonelada	2.853.604	2.912.727	1,22	1,26	3.494.627	3.658.322
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.649	30.649	1,82	1,82	55.636	55.636
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	131.060	141.852	4,43	5,67	580.090	804.438
Café (beneficiado)	Tonelada	169.023	181.296	3,02	3,47	510.621	629.509
Caqui	Tonelada	196	196	0,16	0,16	31	31
Castanha-de-caju	Tonelada	240.124	212.451	0,88	0,88	211.169	186.833
Coco-da-baía	Mil frutos	1.151.326	1.151.326	0,52	0,56	600.881	649.453
Dendê (coco)	Tonelada	194.629	194.629	0,20	0,20	38.855	38.855
Figo	Tonelada	15	15	7,43	7,43	111	111
Goiaba	Tonelada	135.016	135.016	0,70	0,70	94.785	94.785
Guaraná (semente)	Tonelada	2.070	2.686	9,08	9,08	18.798	24.391
Laranja	Tonelada	1.967.719	1.759.421	0,34	0,32	671.473	569.516
Limão	Tonelada	73.141	73.141	0,99	0,84	72.723	61.310
Maçã	Tonelada	608	608	1,29	1,29	786	786
Mamão	Tonelada	1.179.101	1.179.101	0,93	0,83	1.102.022	979.062
Manga	Tonelada	816.862	816.862	0,73	0,79	592.902	648.848
Maracujá	Tonelada	465.925	465.925	0,99	1,29	463.263	601.361
Marmelo	Tonelada	175	175	2,51	2,51	440	440
Palmito	Tonelada	21.242	21.242	0,34	0,34	7.271	7.271
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.530	4.518	3,69	3,69	16.717	16.673
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	246.239	278.992	0,98	0,99	242.384	276.285
Tangerina	Tonelada	47.865	47.865	0,86	0,76	40.929	36.199
Urucum (semente)	Tonelada	2.426	2.426	2,14	2,14	5.189	5.189
Uva	Tonelada	267.280	253.747	1,85	2,62	494.300	666.009

Tabela 9 – Nordeste. Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) – 2008 e 2009

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (mil reais)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Agricultura (c)							
Brasil						189.368.990	173.768.232
Nordeste						26.920.383	26.225.038
Pecuária (d)							
Brasil						103.610.950	99.046.524
Nordeste						14.116.793	13.461.188
Carne bovina	Tonelada	1.227.600	1.252.152	5,76	6,09	7.068.931	7.630.059
Frango	Tonelada	738.562	738.562	2,36	2,10	1.746.196	1.549.245
Leite	milhões de litros	3.398	3.398	0,79	0,65	2.683.694	2.216.960
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	9.992	9.992	2,19	1,71	728.929	568.267
Suínos	Tonelada	605.194	605.194	3,12	2,47	1.889.043	1.496.657
Agropecuária (c + d)							
Brasil						292.979.939	272.814.756
Nordeste						41.037.176	39.686.227
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						11,3	11,6
Lavoura permanente (b)						28,0	29,0
Agricultura (c)						14,2	15,1
Pecuária (d)						13,6	13,6
Agropecuária (c + d)						14,0	14,5

Fontes: IBGE, 2010b, IBGE 2010c. Elaboração BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Obs: (1) As quantidades foram obtidas do LSPA (12/2009); PAM (2008).

(2) Os preços foram obtidos de SIGMAN (2008 e 2009) e PAM (2008), corrigidos para dez/2009.

(3) As quantidades de leite e ovos produzidas no NE foram calculadas com base na participação regional, cfe. as médias de 2005 a 2008, registradas por IBGE-Pesquisa Trimestral; FNP e IBGE-PPM.

Tabela 10 – Nordeste. Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2009

R\$ milhões

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	1.887,7	11,66	183,4	1,83	2.071,1	7,90	2.319,9	17,23	4.391,0	11,06
Piauí	1.232,7	7,61	99,1	0,99	1.331,7	5,08	1.040,9	7,73	2.372,6	5,98
Ceará	1.121,1	6,92	1.085,3	10,82	2.206,4	8,41	1.560,2	11,59	3.766,6	9,49
Rio Grande do Norte	625,7	3,86	354,5	3,53	980,2	3,74	558,6	4,15	1.538,8	3,88
Paraíba	859,1	5,31	464,7	4,63	1.323,8	5,05	668,5	4,97	1.992,3	5,02
Pernambuco	1.729,7	10,68	1.322,2	13,18	3.051,9	11,64	1.629,3	12,10	4.681,2	11,80
Alagoas	1.430,7	8,84	121,2	1,21	1.551,9	5,92	555,3	4,12	2.107,2	5,31
Sergipe	688,0	4,25	481,3	4,80	1.169,3	4,46	563,4	4,19	1.732,7	4,37
Bahia	6.617,8	40,87	5.920,8	59,02	12.538,6	47,81	4.565,2	33,91	17.103,8	43,10
Bahia+Pernambuco+ Maranhão+Ceará	11.356,4	70,13	8.511,6	84,84	19.868,0	75,76	10.074,6	74,84	29.942,6	75,45
Demais	4.836,3	29,87	1.520,7	15,16	6.357,0	24,24	3.386,6	25,16	9.743,6	24,55
Soma	16.192,7	100,00	10.032,3	100,00	26.225,0	100,00	13.461,2	100,00	39.686,2	100,00

Fontes: IBGE, 2010b e c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

A balança comercial do agronegócio brasileiro encerrou o atual exercício registrando queda de 9,8% nas exportações. O valor exportado em 2009 somou US\$ 64,8 bilhões contra US\$ 71,8 bilhões no ano anterior. O impacto dessa queda sobre o saldo comercial do agronegócio foi um pouco menor (8,4%) porque as importações do agronegócio recuaram quase 17% no mesmo período (Tabela 11).

Ainda assim, os resultados do comércio exterior do agronegócio do País foram extremamente importantes para suavizar o declínio no saldo comercial brasileiro que vem se configurando desde 2005 (Gráfico 16), com certeza influenciado pela valorização da moeda nacional a partir de 2003.

Por sua vez, o saldo da balança comercial do agronegócio nordestino, em 2009, manteve-se

Tabela 11 – Nordeste. Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2008 e 2009

US\$ Milhões

Dados de Janeiro a Dezembro de cada ano

Região/Estado	2008			2009		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	197.942,4	172.984,8	24.957,6	152.994,7	127.647,3	25.347,4
Brasil – Agroneg.(b)	71.806,5	11.820,2	59.986,3	64.755,6	9.823,0	54.932,6
Nordeste – Total (c)	15.443,4	15.526,4	-83,0	11.616,3	10.735,1	881,2
Nordeste – Agroneg. (d)	6.570,7	1.801,5	4.769,2	6.108,9	1.322,8	4.786,1
Alagoas	822,9	33,8	789,1	785,5	31,1	754,4
Bahia	3.274,7	544,2	2.730,5	3.181,1	432,4	2.748,7
Ceará	861,0	419,5	441,5	721,1	236,4	484,7
Maranhão	482,4	42,9	439,5	431,8	59,0	372,8
Paraíba	131,6	78,3	53,3	84,9	54,9	30,0
Pernambuco	518,0	572,9	-54,9	487,4	446,3	41,1
Piauí	129,1	2,9	126,2	160,0	0,9	159,1
Rio Grande do Norte	288,3	55,6	232,7	215,9	32,8	183,1
Sergipe	62,7	51,4	11,3	41,2	29,0	12,2
VARIAÇÕES % 2009/2008						
Brasil – Total				-22,7	-26,2	1,6
Brasil – Agroneg.				-9,8	-16,9	-8,4
Nordeste – Total				-24,8	-30,9	1161,7
Nordeste – Agroneg.				-7,0	-26,6	0,4
Alagoas				-4,5	-8,0	-4,4
Bahia				-2,9	-20,5	0,7
Ceará				-16,2	-43,6	9,8
Maranhão				-10,5	37,5	-15,2
Paraíba				-35,5	-29,9	-43,7
Pernambuco				-5,9	-22,1	174,9
Piauí				23,9	-69,0	26,1
Rio Grande do Norte				-25,1	-41,0	-21,3
Sergipe				-34,3	-43,6	8,0
RELAÇÕES (%)						
b/a	36,3	6,8	240,4	42,3	7,7	216,7
d/c	42,5	11,6	-5746,0	52,6	12,3	543,1
d/b	9,2	15,2	8,0	9,4	13,5	8,7

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

praticamente o mesmo de 2008 (US\$ 4,8 bilhões). As exportações e importações do agronegócio regional acompanharam o comportamento do País, com a diferença de que as exportações caíram menos (7%) que as do Brasil e as importações diminuíram bem mais (26,6%) que as nacionais (Tabela 11).

O saldo da balança comercial do agronegócio, em termos relativos, tem-se revelado ainda mais importante para a região do que para o País, uma vez que o seu crescimento quase constante no período 2001-2009 ajudou a impedir mais déficits ou déficits mais acentuados na balança comercial total do Nordeste (Gráfico 16).

O agronegócio nordestino exportou US\$ 6,1 bilhões, vindo a maior parte (76,7%) desse valor da Bahia, de Alagoas e do Ceará. As exportações de todos os estados nordestinos – exceto o Piauí – diminuíram em relação a 2008. Em termos relativos, as maiores contrações ocorreram na Paraíba (35,5%), Sergipe (34,3%) e Rio Grande do Norte

(25,1%). Em termos absolutos, quem mais perdeu exportações foi o Ceará (US\$ 140 milhões), seguido pela Bahia (US\$ 94 milhões) e pelo Rio Grande do Norte (US\$ 72 milhões).

As importações do agronegócio do Nordeste alcançaram US\$ 1,3 bilhão. Os maiores importadores foram os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, responsáveis por 84,3% do total. Apenas o Maranhão aumentou as importações em relação a 2008. As maiores reduções relativas verificaram-se no Piauí (69%), Sergipe e Ceará (43,6%) e Rio Grande do Norte (41%). Em termos absolutos, Ceará, Pernambuco e Bahia, no conjunto, diminuíram suas importações em US\$ 421,5 milhões.

Celulose, soja em grãos e açúcar foram os principais produtos do agronegócio exportados pelo Nordeste em 2009. Juntos, totalizaram US\$ 3,3 bilhões, correspondentes a 53,6% das exportações do agronegócio regional (Tabela 12). Destaque-se que 55,3% das exportações do agronegócio nordestino (US\$ 3,4 bilhões) são de produtos

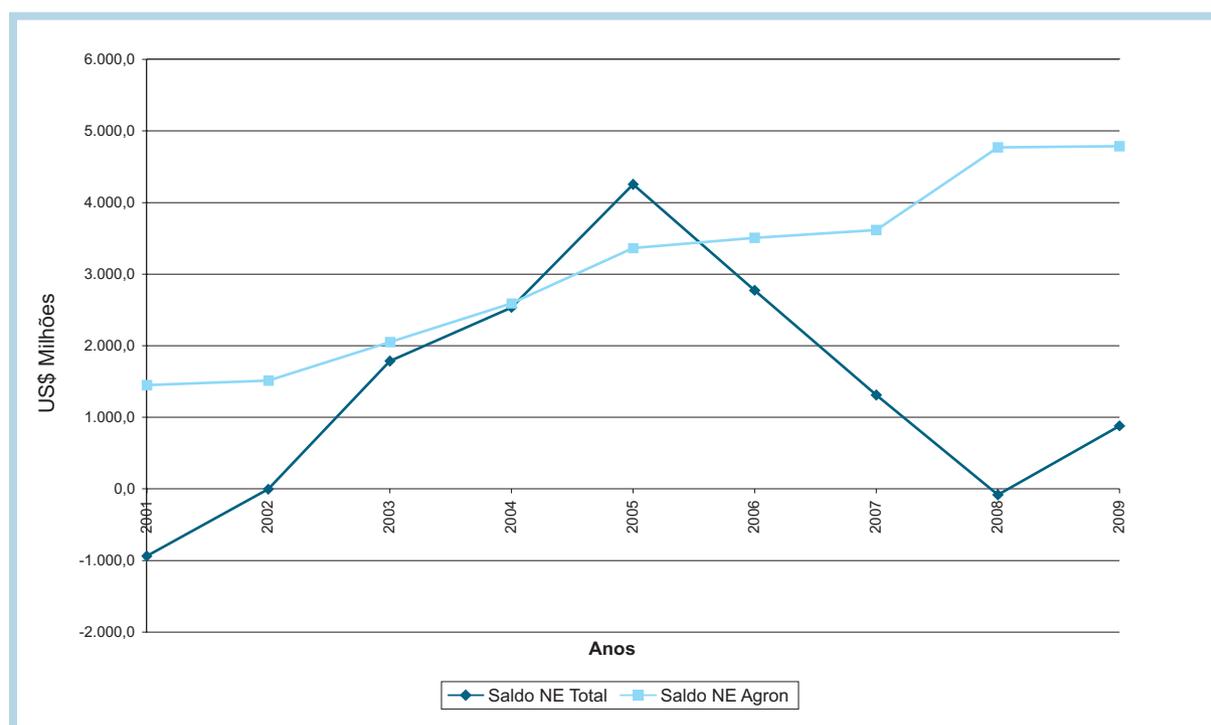


Gráfico 16 – Brasil. Evolução dos Saldos das Balanças Comerciais Total e do Agronegócio, de 2001 a 2009

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica, com base em Ministério da Agricultura (2010).

Tabela 12 – Nordeste. Principais Produtos Exportados do Agronegócio, de Jan. a Dez./2009

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1 Celulose	1.171,5	19,2	19,2	BA
2 Soja em Grãos	1.087,2	17,8	37,0	BA, MA
3 Açúcar	1.013,7	16,6	53,6	AL, PE
4 Frutas Frescas	389,7	6,4	59,9	BA, CE, PE, RN
5 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	377,5	6,2	66,1	BA
6 Farelo de Soja	355,2	5,8	71,9	BA
7 Produtos do Cacau	234,0	3,8	75,8	BA
8 Nozes e Castanhas	232,0	3,8	79,6	CE
9 Couro e Pele de Bovino	206,7	3,4	83,0	CE
10 Álcool	142,2	2,3	85,3	AL
11 Produtos de Couro e Peleteria	141,1	2,3	87,6	CE
12 Papel	113,2	1,9	89,4	BA
13 Café Verde e Café Torrado	98,0	1,6	91,0	BA
14 Crustáceos e Moluscos	73,3	1,2	92,2	CE, RN, PE
15 Outros	473,6	7,8	100,0	
Total	6.108,9	100,0		

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

que passaram por algum tipo de beneficiamento (celulose, açúcar, produtos do cacau, couro e pele de bovino, álcool, produtos de couro e peleteria, papel), ou seja, não são exportações de produtos *in natura*, o que é extremamente positivo para a agregação de valor.

Cereais, cacau inteiro ou partido e produtos e subprodutos da indústria de moagem foram os principais itens das importações do agronegó-

cio nordestino, totalizando US\$ 812 milhões ou 61,4% das importações de 2009 (Tabela 13). Mais da metade (52%) dessas importações – US\$ 693 milhões – corresponde a produtos não processados (cereais, cacau inteiro ou partido borracha natural e gomas naturais) que, novamente, é um indicativo de evolução qualitativa do agronegócio nordestino: importamos majoritariamente produtos não processados para exportar, majoritariamente, produtos processados.

Tabela 13 – Nordeste. Principais Produtos Importados do Agronegócio, de Jan. a Dez./2009

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Princ. Importadores
1 Cereais	480,2	36,3	36,3	CE, PE, BA
2 Cacau Inteiro ou Partido	178,5	13,5	49,8	BA
3 Produtos e Subprodutos da Indústria de Moagem	153,4	11,6	61,4	PE
4 Óleos Vegetais	82,7	6,3	67,6	BA, CE
5 Papel	64,8	4,9	72,5	BA, PE
6 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	64,3	4,9	77,4	RN, PB
7 Bebidas Alcoólicas	53,2	4,0	81,4	PE
8 Peixes	48,5	3,7	85,1	PE, BA
9 Borracha Natural e Gomas Naturais	34,3	2,6	87,7	BA
10 Carne Bovina	20,8	1,6	89,3	PE
11 Produtos do Cacau	19,0	1,4	90,7	BA
12 Couro e Pele de Bovino	13,1	1,0	91,7	CE, BA
13 Outros Produtos Alimentícios	12,7	1,0	92,7	PE, CE
14 Celulose	9,2	0,7	93,3	BA, PE
15 Outros	88,0	6,7	100,0	
Total	1.322,7	100,0		

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

De acordo com o quarto levantamento da CONAB para a safra 2009/10, a área nacional cultivada com grãos deverá permanecer estável, com variação de apenas 0,4%, de 47,7 milhões para 47,9 milhões de hectares.

Quanto à produção, o aumento previsto é de 4,6%, colhendo-se 141,3 milhões de toneladas, contra 135,1 milhões de toneladas da safra 2008/09. Trata-se do segundo melhor desempenho na história do Brasil. Esse resultado está relacionado com as boas condições climáticas para a produção agrícola na safra 2009/10, diferentemente do ocorrido na anterior. O rendimento médio esperado da lavoura é de 2.952 kg/ha, alta de 4,1%.

A região Nordeste responderá por 17,3% da área plantada brasileira e por 9% da produção, com totais de 8,3 milhões hectares e 12.732,9 mil toneladas, altas de 1,7% e 9%, respectivamente. Destaque para os estados do Ceará, Maranhão e Piauí que terão aumento de produção de 22,2%, 16,6% e 13,7%, respectivamente, resultado da recuperação da lavoura, atingida por problemas climáticos na safra 2008/09 (Tabela 14).

Algodão

As baixas cotações do algodão nos mercados interno e externo à época do plantio, o alto custo de produção comparado a outras culturas e a taxa de câmbio influenciaram negativamente a área

Tabela 14 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos – Produtos Seleccionados(*). Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	1.607,5	1.661,0	3,3	2.371,5	2.357,9	-0,6	3.812,2	3.916,5	2,7
NORDESTE	8.164,9	8.306,4	1,7	1.430,9	1.532,9	7,1	11.682,9	12.732,9	9,0
Maranhão	1.349,0	1.384,4	2,6	1.596,7	1.813,4	13,6	2.154,0	2.510,5	16,6
Piauí	1.016,1	1.056,5	4,0	1.556,9	1.702,4	9,3	1.582,0	1.798,6	13,7
Ceará	1.362,5	1.362,5	0,0	619,8	757,7	22,2	844,5	1.032,4	22,2
Rio Grande do Norte	153,0	153,0	0,0	615,0	668,6	8,7	94,1	102,3	8,7
Paraíba	413,2	413,2	0,0	623,9	532,2	-14,7	257,8	219,9	-14,7
Pernambuco	648,9	658,9	1,5	601,5	557,1	-7,4	390,3	367,1	-5,9
Alagoas	161,3	161,3	0,0	629,3	603,2	-4,1	101,5	97,3	-4,1
Sergipe	217,9	218,0	0,0	3.094,1	2.462,4	-20,4	674,2	536,8	-20,4
Bahia	2.843,0	2.908,6	2,3	1.964,3	2.086,2	6,2	5.584,5	6.068,0	8,7
CENTRO-OESTE	15.253,1	15.442,9	1,2	3.220,3	3.205,0	-0,5	49.119,7	49.495,0	0,8
SUDESTE	4.820,3	4.772,8	-1,0	3.569,5	4.167,2	16,7	17.205,9	19.889,2	15,6
SUL	17.828,6	17.699,8	-0,7	2.990,4	3.294,0	10,2	53.314,8	58.303,1	9,4
NORTE/NORDESTE	9.772,4	9.967,4	2,0	1.585,6	1.670,4	5,3	15.495,1	16.649,4	7,4
CENTRO-SUL	37.902,0	37.915,4	0,0	3.156,5	3.288,8	4,2	119.639,4	124.697,3	4,2
BRASIL	47.674,4	47.882,8	0,4	2.834,5	2.951,9	4,1	135.134,5	141.346,7	4,6

Fonte: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2010a. (*) Produtos Seleccionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

plantada na safra 2009/10. Estima-se uma redução de área em torno de 6%, de 843,2 mil para 792,4 mil hectares. A recuperação na produtividade da lavoura em 5,2% deverá amenizar os efeitos negativos de declínio de área sobre a produção, calculado em 3.067,5 mil toneladas, baixa de 1,2% sobre a safra 2008/09 (3.104,3 mil toneladas).

O Nordeste deverá apresentar o maior aumento de produção entre as regiões brasileiras: 15,1% em relação a 2008/09, alcançando 1.188,1 mil toneladas ou 38,7% da safra nacional. Este é o resultado do bom desempenho da lavoura, cujo rendimento avançou ou 18,6%, para 3.702 kg/ha. A área plantada, no período, foi 3% inferior à safra passada. A Bahia é responsável por 86,5% da área e 92,5% da produção nordestina de algodão, alcançando a segunda posição em termos nacionais (Tabela 15).

No mercado internacional, o maior interesse dos principais países importadores e o atraso na colheita norte-americana influenciaram na valorização dos preços da pluma do algodão na Bolsa de Nova York (NYBOT). Estes fatores, bem como o maior interesse da parte de compradores nacionais, também contribuíram para a elevação dos preços internos do algodão. A cotação da arroba da pluma foi de R\$ 48,28, em São Paulo, alta de 21,7% em um ano. Em Barreiras (BA), chegou a R\$ 45,97 (alta de 26,4% em um ano) e em Fortaleza (CE) a R\$ 47,95 (alta de 20,8% em um ano)¹¹.

Estima-se que para 2010 os preços se mantenham firmes em virtude da menor produção nacional, assim como a retomada das atividades econômicas afetadas pela crise financeira (Gráfico 17).

Tabela 15 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010)

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	2,8	2,5	-10,7	3.142,9	3.720,0	18,4	8,8	9,3	5,7
NORDESTE	330,8	320,9	-3,0	3.120,9	3.702,4	18,6	1.032,4	1.188,1	15,1
Maranhão	12,8	12,5	-2,3	3.242,2	3.752,0	15,7	41,5	46,9	13,0
Piauí	11,2	7,3	-34,8	3.062,5	3.452,1	12,7	34,3	25,2	-26,5
Ceará	3,8	3,8	0,0	710,5	736,8	3,7	2,7	2,8	3,7
Rio Grande do Norte	9,0	9,0	0,0	511,1	777,8	52,2	4,6	7,0	52,2
Paraíba	5,2	5,2	0,0	692,3	826,9	19,4	3,6	4,3	19,4
Pernambuco	2,5	2,5	0,0	760,0	760,0	0,0	1,9	1,9	0,0
Alagoas	3,1	3,1	0,0	225,8	354,8	57,1	0,7	1,1	57,1
Bahia	283,2	277,5	-2,0	3.330,2	3.960,0	18,9	943,1	1.098,9	16,5
CENTRO-OESTE	481,6	446,9	-7,2	4.080,1	3.999,6	-2,0	1.965,0	1.787,4	-9,0
SUDESTE	22,5	21,8	-3,1	3.764,4	3.761,5	-0,1	84,7	82,0	-3,2
SUL	5,5	0,3	-94,5	2.436,4	2.333,3	-4,2	13,4	0,7	-94,8
NORTE/NORDESTE	333,6	323,4	-3,1	3.121,1	3.702,5	18,6	1.041,2	1.197,4	15,0
CENTRO-SUL	509,6	469,0	-8,0	4.048,5	3.987,4	-1,5	2.063,1	1.870,1	-9,4
BRASIL	843,2	792,0	-6,1	3.681,6	3.873,1	5,2	3.104,3	3.067,5	-1,2

Fonte: CONAB, 2010a.

11 Valores referentes a 20/01/2010.

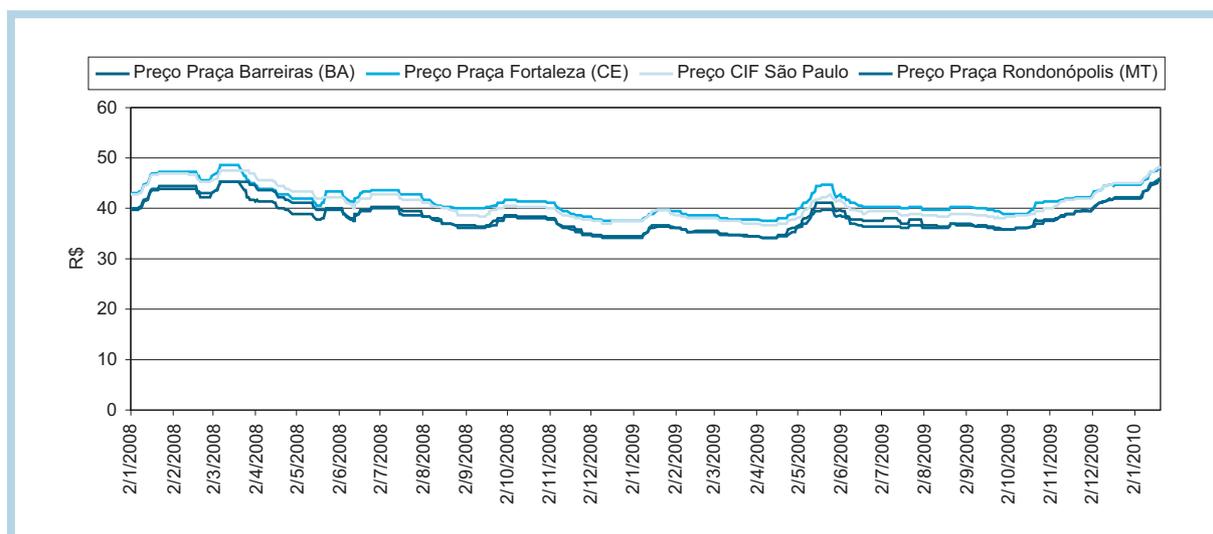


Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2008 a Janeiro/2010

Fonte: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL - CMA, 2010. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Feijão

A área plantada com o feijão primeira safra¹² foi estimada em 1,3 milhão de hectares pela Conab. Em seu quarto levantamento para 2009/10, ela prevê redução de 4,5% na área em relação à safra anterior. Os principais motivos para o recuo são os preços baixos na comercialização da safra 2008/09 e os riscos climáticos.

A produção deverá alcançar 1,5 milhão de toneladas, alta de 8,3% em relação à safra 2008/09, em virtude das melhores condições climáticas e recuperação da produtividade, estimada em 1.083 kg/ha, alta de 13,3%.

Nessa primeira safra, o Nordeste deverá atingir 163,4 mil toneladas em 487,4 mil hectares, quedas de 4,4% e 0,8%, respectivamente. O estado da Bahia é o principal produtor de feijão primeira safra no Nordeste, respondendo por 55,6% do total.

Estima-se a produção brasileira total de feijão (1^a, 2^a e 3^a safras) em 3,6 milhões de toneladas, alta de 4,4% em relação à safra 2008/09. A área plantada diminuiu 1,5%, para 4,1 milhões de hectares (Tabela 16).

Os preços internos do feijão começaram 2010 em recuperação, com alta de 3,2% em Barreiras (BA), cotada a R\$ 64,50 a saca de 60 kg; e de 4%, em Irecê (BA), cotada a R\$ 65,00 a saca. Em São Paulo, a recuperação foi de 6,5% para o feijão carioca tipo 1 e o preto, cotados a R\$ 81,50 e R\$ 82,50 por saca, respectivamente. No entanto, no período de um ano, observou-se elevada desvalorização no preço do feijão: 32,1% em Barreiras, 30,9% em Irecê; 36,8% e 47,6%, respectivamente, para os tipos carioca e o preto, em São Paulo¹³ (Gráfico 18).

Mantidas as previsões de clima favorável em 2010 para o cultivo do feijão, estima-se que os

12 A chamada primeira safra do feijão no Brasil consiste naquela cujo plantio é realizado no período de out./nov. no Centro-Sul e nov./dez. no Norte-Nordeste.

13 Valores referentes a 20/01/2010.

Tabela 16 – Feijão 1ª Safra. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	167,2	167,3	0,1	843,9	785,4	(6,9)	141,1	131,4	(6,9)
NORDESTE	2.183,9	2.180,2	(0,2)	412,7	401,5	(2,7)	901,3	875,3	(2,9)
Maranhão	96,8	97,1	0,3	457,6	448,0	(2,1)	44,3	43,5	(1,8)
Piauí	246,5	242,5	(1,6)	255,6	267,2	4,6	63,0	64,8	2,9
Ceará	589,1	589,1	0,0	270,4	268,7	(0,6)	159,3	158,3	(0,6)
Rio Grande do Norte	59,2	59,2	0,0	390,2	410,5	5,2	23,1	24,3	5,2
Paraíba	205,5	205,5	0,0	389,8	389,7	(0,0)	80,1	80,1	0,0
Pernambuco	316,7	316,7	0,0	431,6	411,1	(4,8)	136,7	130,2	(4,8)
Alagoas	83,5	83,5	0,0	459,9	445,5	(3,1)	38,4	37,2	(3,1)
Sergipe	35,8	35,8	0,0	558,7	614,5	10,0	20,0	22,0	10,0
Bahia	550,8	550,8	0,0	610,7	571,7	(6,4)	336,4	314,9	(6,4)
CENTRO-OESTE	285,6	276,4	(3,2)	1.657,6	1.749,3	5,5	473,4	483,5	2,1
SUDESTE	634,6	637,3	0,4	1.493,4	1.443,1	(3,4)	947,7	919,7	(3,0)
SUL	876,5	823,2	(6,1)	1.171,8	1.500,7	28,1	1.027,1	1.235,4	20,3
NORTE/NORDESTE	2.351,1	2.347,5	(0,2)	443,4	428,8	(3,3)	1.042,4	1.006,7	(3,4)
CENTRO-SUL	1.796,7	1.736,9	(3,3)	1.362,6	1.519,1	11,5	2.448,2	2.638,6	7,8
BRASIL	4.147,8	4.084,4	(1,5)	841,6	892,5	6,1	3.490,6	3.645,3	4,4

Fonte: CONAB, 2010a.

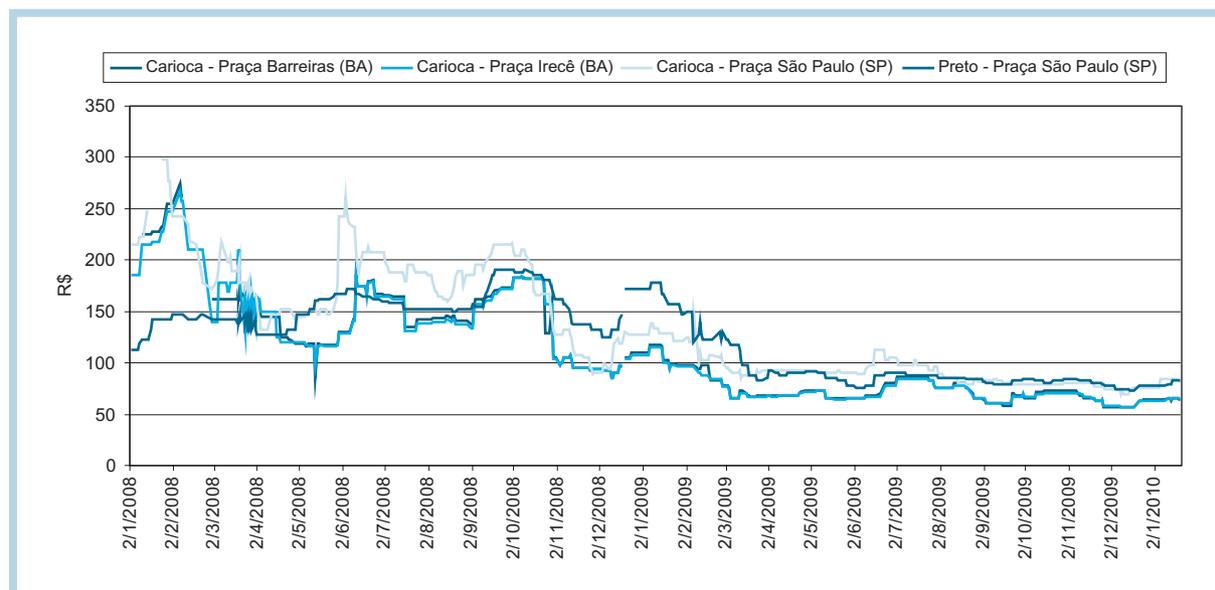


Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2008 a Janeiro/2010

Fonte: CMA (2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

preços deverão se manter em patamares baixos comparativamente a 2008, ocorrendo apenas oscilações sazonais em virtude dos comportamentos de oferta e demanda.

Milho

A elevada disponibilidade de milho no mercado nacional e os preços abaixo das expectativas dos produtores influenciaram a redução de área plantada na safra 2009/10, estimada em 13,2 milhões de hectares, 7% inferior à safra passada. A maior queda de área (6,3%) é observada no Centro-Oeste. O Nordeste deverá plantar três milhões de hectares, 0,3% menos que na safra 2008/2009.

Em termos nacionais, aguarda-se uma produção em volta de 50,5 milhões de toneladas, apenas 1% abaixo da safra anterior. Devem contribuir para tanto, as condições climáticas favoráveis à lavoura e o aumento de 6,4% na produtividade, para 3.830 kg/ha.

O Nordeste deverá produzir 4,7 milhões de toneladas de milho na safra 2009/10, aumento de 0,5% em relação à safra anterior, por conta da maior produtividade (1.544 kg/ha). O estado do Ceará estima colher 730,7 mil toneladas, com crescimento 31,7% sobre a safra 2008/2009. Esse desempenho resulta da recuperação da produtividade da lavoura no estado, bastante prejudicada na safra anterior.

A Bahia continuará sendo o maior produtor regional, com dois milhões de toneladas. O Nordeste responderá por 9,2% da produção e 22,9% da área nacional em 2009/10 (Tabela 17).

A elevada oferta do milho e as negociações em pequenos volumes marcaram 2009, influenciando negativamente o preço do grão. A saca de 60 kg de milho desvalorizou-se 9,8% no ano em São Paulo (preço CIF), 19,7% em Cascavel (PR), 8,9% em Barreiras (BA) e 8,3% em Fortaleza (CE), cotada a R\$ 20,30, R\$ 15,50, R\$ 16,50 e R\$ 25,50,

Tabela 17 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	521,4	524,1	0,5	2.392,6	2.310,4	(3,4)	1.247,5	1.210,9	(2,9)
NORDESTE	3.030,0	3.022,4	(0,3)	1.532,1	1.544,1	0,8	4.642,4	4.666,8	0,5
Maranhão	373,4	379,4	1,6	1.350,0	1.538,0	13,9	504,1	583,5	15,8
Piauí	329,4	331,9	0,8	1.503,9	1.502,9	(0,1)	495,4	498,8	0,7
Ceará	689,3	689,3	0,0	805,0	1.060,1	31,7	554,9	730,7	31,7
Rio Grande do Norte	71,2	71,2	0,0	603,9	634,8	5,1	43,0	45,2	5,1
Paraíba	194,0	194,0	0,0	857,2	652,1	(23,9)	166,3	126,5	(23,9)
Pernambuco	309,7	309,7	0,0	684,9	622,9	(9,1)	212,1	192,9	(9,1)
Alagoas	71,3	71,3	0,0	653,6	629,7	(3,6)	46,6	44,9	(3,6)
Sergipe	172,7	172,7	0,0	3.559,9	2.770,1	(22,2)	614,8	478,4	(22,2)
Bahia	818,8	802,9	(1,9)	2.448,9	2.448,5	(0,0)	2.005,2	1.965,9	(2,0)
CENTRO-OESTE	3.528,1	3.305,2	(6,3)	4.411,5	4.335,3	(1,7)	15.564,1	14.329,1	(7,9)
SUDESTE	2.253,7	2.126,9	(5,6)	4.852,0	4.845,1	(0,1)	10.935,0	10.305,0	(5,8)
SUL	4.838,6	4.203,7	(13,1)	3.847,1	4.752,1	23,5	18.614,8	19.976,6	7,3
NORTE/NORDESTE	3.554,4	3.546,5	(0,2)	1.657,1	1.657,3	0,0	5.889,9	5.877,7	(0,2)
CENTRO-SUL	10.620,4	9.635,8	(9,3)	4.247,9	4.629,7	9,0	45.113,9	44.610,7	(1,1)
BRASIL	14.171,8	13.182,3	(7,0)	3.599,0	3.830,0	6,4	51.003,8	50.488,4	(1,0)

Fonte: CONAB, 2010a.

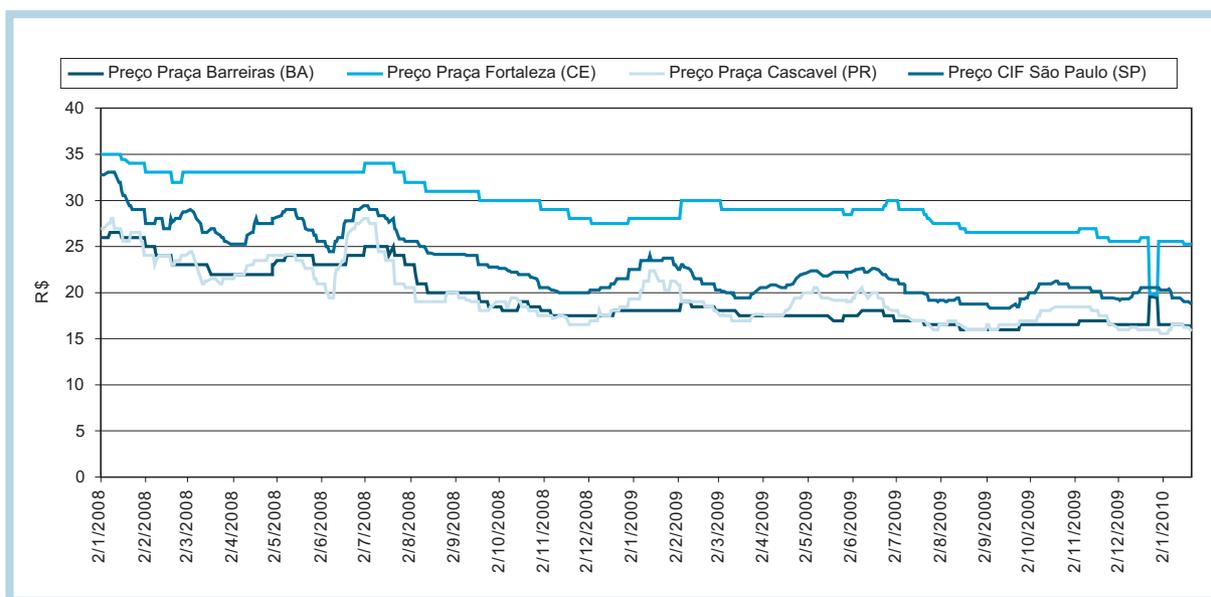


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2008 a Janeiro/2010

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

respectivamente¹⁴. Pelas perspectivas de boas safras, a estimativa é que esse quadro permaneça estável, não havendo grandes valorizações no ano (Gráfico 19).

No cenário internacional, as intempéries climáticas como chuva e neve, a desvalorização do dólar e o preço do petróleo contribuíram para a manutenção dos preços do milho.

Soja

O menor custo por hectare, comparativamente ao milho, baixos preços do milho, maior liquidez e maior resistência à estiagem, eis alguns fatores que levaram os produtores a expandir a área plantada com soja no Brasil.

Para a safra 2009/10, o acréscimo é de 6,1%, alcançando 23,1 milhões de hectares. O Centro-Oeste plantou 35,3% a mais. No Nordeste, a área chega a 1,8 milhão de hectares, com aumento de 8,9%.

Confirmando-se o aumento também nos níveis de produtividade, de 7,5%, o bom desempenho da lavoura elevará a produção nacional a 65,2 milhões de toneladas na safra 2009/10, acréscimo de 14% sobre a anterior.

A produção nordestina deverá alcançar 4,9 milhões de toneladas com uma produtividade média de 2.813 kg/ha. Entre os estados da região, o Piauí vai ampliar sua safra em 25%, o Maranhão em 20,1% e a Bahia em 15,5%, em virtude da recuperação da produtividade devido às boas condições climáticas registradas na atual safra (Tabela 18).

Em 2009, os preços internos da soja apresentaram elevada variação, acompanhando as informações divulgadas nos mercados doméstico e externo. O índice Cepea/Esalq fechou o ano com queda de 9%, com a saca de 60 kg comercializada a R\$ 42,73¹⁵. Em 2010, com as boas perspectivas de safras no Brasil e Argentina, o pessimismo

14 Valores referentes a 30/12/2009.

15 Valores referentes a 30/12/2009.

Tabela 18 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	497,6	537,1	7,9	2.841,6	2.839,7	(0,1)	1.414,0	1.525,2	7,9
NORDESTE	1.608,0	1.750,6	8,9	2.588,2	2.812,7	8,7	4.161,9	4.923,9	18,3
Maranhão	387,4	413,4	6,7	2.517,0	2.833,3	12,6	975,1	1.171,3	20,1
Piauí	273,1	325,8	19,3	2.815,1	2.950,0	4,8	768,8	961,1	25,0
Bahia	947,5	1.011,4	6,7	2.552,0	2.761,0	8,2	2.418,0	2.792,5	15,5
CENTRO-OESTE	9.900,1	13.391,1	35,3	2.942,9	2.307,5	(21,6)	29.134,9	30.900,0	6,1
SUDESTE	1.460,4	1.579,8	8,2	2.778,4	2.870,6	3,3	4.057,6	4.535,0	11,8
SUL	8.277,0	8.804,0	6,4	2.222,7	2.643,7	18,9	18.397,1	23.274,9	26,5
NORTE/NOR-DESTE	2.105,6	2.287,7	8,6	2.648,1	2.819,0	6,5	5.575,9	6.449,1	15,7
CENTRO-SUL	19.637,5	20.774,9	5,8	2.627,1	2.826,0	7,6	51.589,6	58.709,9	13,8
BRASIL	21.743,1	23.062,6	6,1	2.629,1	2.825,3	7,5	57.165,5	65.159,0	14,0

Fonte: CONAB, 2010a.

quanto ao desempenho das economias européia e norte-americana e receios sobre o mercado da China, levaram os preços a continuar em declínio na Bolsa de Chicago e no mercado interno. Nas praças do Nordeste, os preços da saca no mês de janeiro recuaram 11,7% em Balsas (MA) e 5% em

Barreiras, cotada a R\$ 30,90 e R\$ 38,00, respectivamente¹⁶ (Gráfico 20).

Café

O primeiro levantamento da safra de café realizado pela Conab para 2010 apresenta leve au-

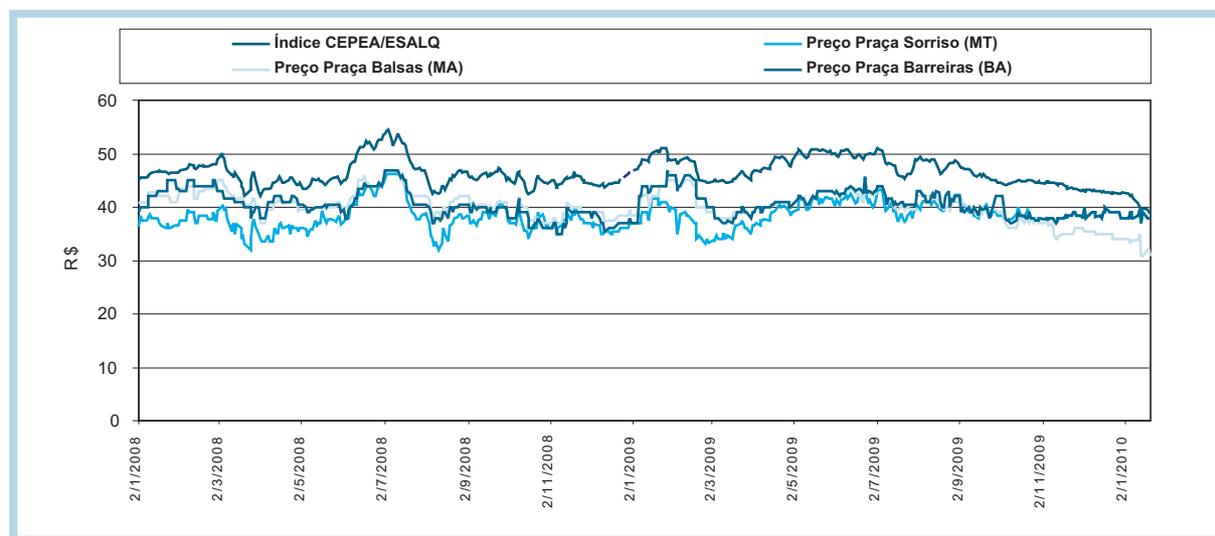


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Janeiro/2010

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

16 Valores referentes a 21/01/2010.

mento (0,4%) de área em produção (2,1 milhões de hectares). Isso demonstra o pouco interesse dos produtores em investir na ampliação de área em virtude da depreciação dos preços em 2009 provocada pela baixa qualidade do produto.

A produção para 2010 está estimada em 47,3 milhões de sacas beneficiadas, 19,8% superior à safra de 2009. Os principais fatores para essa maior produção estão associados à biannualidade positiva e às condições climáticas favoráveis no período de floração.

Do total da produção, 35,1 milhões de sacas serão de café arábica (74,2%) e 12,2 milhões de café robusta (25,8%). Na Bahia, principal produtor do Nordeste, a área cultivada em 2010 é 10,6% maior, alcançando 139,6 mil hectares, o que significa 2,5 milhões de sacas de café, 31,5% superior à safra de 2009 (Tabela 19).

No mercado interno, o movimento dos preços do café em 2009 foi marcado pela recuperação somente no segundo semestre. O índice Cepea/Esalq para o café arábica valorizou apenas 0,1% no primeiro semestre e 10,1% no segundo semestre, fechando o ano a R\$ 272,77 a saca de 60 kg. Diferente comportamento é observado no índice Cepea/Esalq para o café conillon: -18,1% no segundo semestre e -4,9% no primeiro, acumulando perda de 22,4%, cotado a R\$ 171,29 por saca de 60 kg.

Em Vitória da Conquista (BA), os preços fecharam dezembro a R\$ 200,00 a saca para o café Bica Rio T.6/7, R\$ 250,00 para o café Bica Dura T.6/7 e R\$ 280,00 para o café despolpado, altas de 14,3%, 11,1% e 19,1% durante o ano, respectivamente¹⁷ (Gráfico 21).

Tabela 19 – Café Beneficiado. Comparativo de Área e Produção. Safras 2009 e 2010

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						Var. %
				Safra 2009			Safra 2010			
	Safra 2009	Safra 2010	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.731	1.007.587	0,7	19.598	282	19.880	23.683	282	23.965	20,5
Sul e Centro-Oeste	506.468	505.606	(0,2)	9.750	-	9.750	11.739	-	11.739	20,4
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	159.042	162.630	2,3	3.859	-	3.859	5.009	-	5.009	29,8
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	335.221	339.351	1,2	5.989	282	6.271	6.936	282	7.218	15,1
Espírito Santo	479.798	472.269	(1,6)	2.603	7.602	10.205	3.008	8.758	11.766	15,3
São Paulo	182.020	179.900	(1,2)	3.423	-	3.423	3.980	-	3.980	16,3
Paraná	85.180	83.400	(2,1)	1.467	-	1.467	2.100	-	2.100	43,1
Bahia	126.170	139.550	10,6	1.332	542	1.874	1.831	634	2.465	31,5
Oeste	12.088	12.273	1,5	436	-	436	492	-	492	12,8
Planalto	91.373	103.344	13,1	896	-	896	1.339	-	1.339	49,4
Atlântico	22.709	23.933	5,4	-	542	542	-	634	634	17,0
Rondônia	154.335	154.335	0,0	-	1.547	1.547	-	1.888	1.888	22,0
Mato Grosso	15.272	15.272	0,0	11	130	141	11	129	140	(1,1)
Pará	12.407	12.450	0,3	-	228	228	-	221	221	(3,3)
Rio de Janeiro	13.923	13.100	(5,9)	252	13	265	245	12	257	(3,2)
Outros	23.073	23.234	0,7	180	260	440	201	293	494	12,2
BRASIL	2.092.909	2.101.097	0,4	28.866	10.604	39.470	35.058	12.216	47.274	19,8

Fonte: CONAB, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Nota: Os números de 2010 referem-se à média dos limites inferior e superior apresentados na Primeira Estimativa da Safra de Café para 2010 da CONAB.

17 Valores referentes a 30/12/2009

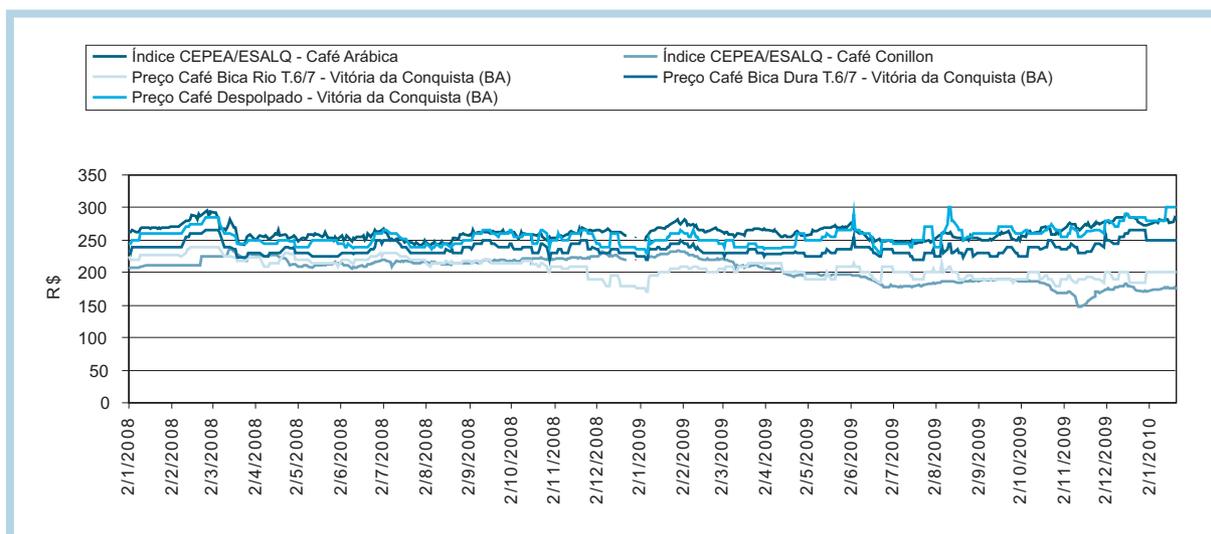


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de Janeiro/2008 a Janeiro/2010

Fonte: CMA, 2010; CEPEA/ESALQ, 2010f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Dada a previsão de grande alta na safra de 2010, a expectativa é o preço do café permanecer em baixos patamares, o que pode provocar problemas para o setor. Um contraponto é o comportamento dos preços da Bolsa de Nova York (ICE Futures), que vem apresentando valorização dos contratos futuros do café, desvinculando-se dos fundamentos baixistas apresentados pelo principal produtor mundial de café.

Cana-de-açúcar

Conforme o terceiro levantamento da safra 2009 de cana-de-açúcar da Conab, o excesso de chuvas prejudicou o andamento da moagem e reduziu o teor médio de ATR (Açúcar Total Recuperável). Na estimativa da Conab (2009), a produção de cana-de-açúcar será de 612,2 milhões de toneladas, 7,1% superior à safra 2008/09, em uma área plantada de 7,5 milhões de hectares, 6,7% a mais que na safra anterior. O Nordeste responderá por 10,2% da produção e 14,2% da área, equivalentes a 62,4 milhões de toneladas e 1,1 milhão de hectares.

O setor sucroalcooleiro destinará 45,1% da cana à produção de açúcar e 54,9% à produção de álcool, correspondendo a 276 milhões e 336,2 milhões de toneladas, respectivamente (Tabela 20).

No final do segundo semestre de 2009 percebeu-se uma redução no ritmo de ascensão dos preços do açúcar cristal, conforme se observa no Gráfico 22. A baixa oferta do produto no mercado mundial por conta de quebras de safras na Índia e Rússia e um consumo superior à oferta causaram essa forte alta no preço do açúcar. A saca de 50 kg fechou 2009 a R\$ 55,47 em Alagoas, R\$ 55,43 em Pernambuco e R\$ 58,73 pelo índice Cepea/Esalq, acréscimos no ano de 83,6%, 82,1% e 85,1%, respectivamente.

Semelhante comportamento é observado para os preços do álcool. Em 2009, o litro do álcool anidro valorizou-se 17% em Alagoas, 19,8% em Pernambuco e 29,8% no índice Cepea/Esalq, cotado a R\$ 1,16, R\$ 1,15 e R\$ 1,14 o litro, respectivamente. Para o álcool hidratado, a valorização anual foi de 38,7% para o índice Cepea/Esalq, 25,1% em Pernambuco e 35,4% em Alagoas,

Tabela 20 – Cana-de-Açúcar. Estimativa de Produção e Destinação. Safra 2009/2010

Em Mil toneladas

Região/UF	Indústria Sucroalcooleira		
	Total	Açúcar	Álcool
Norte	976,0	351,8	625,1
Nordeste	62.423,3	35.172,4	27.250,9
Maranhão	1.854,9	102,0	1.752,9
Piauí	1.013,1	445,8	567,3
Ceará	118,8	-	118,8
Rio Grande do Norte	3.411,9	1.876,5	1.535,4
Paraíba	6.328,9	1.854,4	4.474,5
Pernambuco	18.062,7	11.697,4	6.365,3
Alagoas	26.433,5	17.472,5	8.961,0
Sergipe	2.223,2	622,5	1.600,7
Bahia	2.976,3	1.101,2	1.875,1
Centro-Oeste	86.740,1	25.890,1	60.850,0
Sudeste	411.861,5	190.897,5	220.964,0
Sul	50.209,4	23.695,5	26.513,9
Norte/Nordeste	63.400,2	35.524,1	27.876,1
Centro-Sul	548.811,0	240.483,0	308.328,0
Brasil	612.211,2	276.007,1	336.204,1

Fonte: CONAB, 2009.

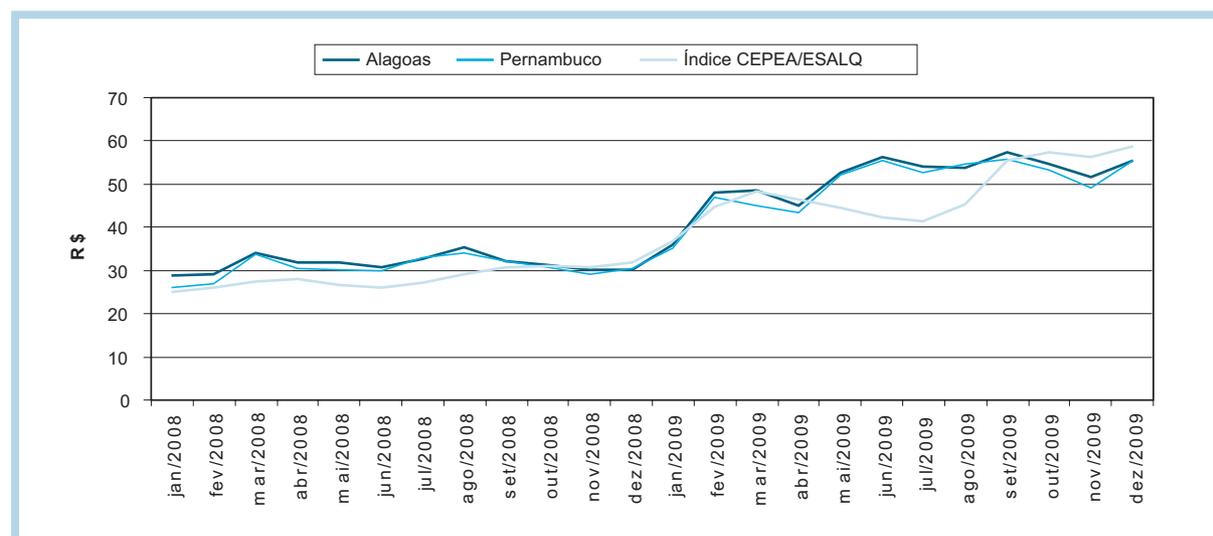


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Sacca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Dezembro/2009

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

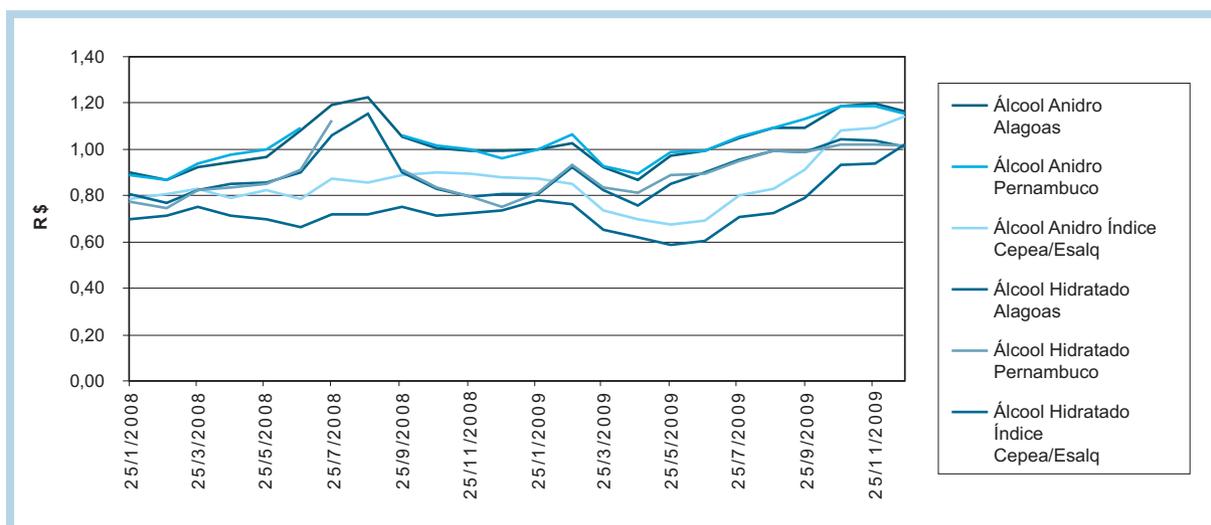


Gráfico 23 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Dezembro/2009

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

cotado a R\$ 1,02, R\$ 1,01 e R\$ 1,02 o litro, respectivamente (Gráfico 23).

A elevação nos preços do álcool na maioria dos estados brasileiros tornou desvantajoso abas-

tecer com este combustível. Com as medidas do governo para reverter a situação, espera-se para 2010 uma redução nos preços do álcool.

3.4.3 - Pecuária

No último trimestre de 2009, o comportamento dos preços da pecuária frustrou a característica típica de época de entressafra: mesmo com a demanda mais alta, os preços estiveram em baixa, em parte pela pressão exercida pela escala alongada dos frigoríficos, que forçou muito produtor a aceitar os valores oferecidos, ainda que insatisfatórios. O indicador do boi gordo Esalq/BM&FBovespa recuou 9,2% entre setembro e novembro e registrou alta de 3,6% em dezembro, fechando o ano com a arroba cotada a R\$ 74,64 (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA; BOLSA DE MERCADOS E FUTUROS – BM&F, 2009a, 2009b).

As exportações, afetadas pela valorização cambial, reduziram-se em outubro e novembro, fazendo com que aumentasse a oferta de carne bovina no mercado interno, mais outro fator que contribuiu para a baixa dos preços. Cinco grandes grupos encaminharam pedidos de recuperação judicial, fora problemas em empresas de menor porte, aumentando a concentração no setor, com aquisições e fusões de grandes grupos (CEPEA/BM&F, 2009a, 2009b; CNA/SENAR, 2009).

Para 2010, são boas as perspectivas para a pecuária, já que se espera recuperação da economia brasileira como um todo, o aumento das importações da União Europeia, América do Norte, Japão

e Rússia (importantes mercados consumidores de carne bovina); a queda na produção dos Estados Unidos, China, Rússia, Argentina e Austrália e queda nas exportações destes dois últimos países. Vale lembrar também o retrocesso nos custos operacionais da atividade nos dez estados que detêm 80% do rebanho bovino brasileiro. De acordo com o IBGE, no período de janeiro a outubro de 2009, a queda foi de 4% (CNA/SENAR, 2009).

Quanto à pecuária leiteira, o consumo interno amenizou os impactos negativos da crise econômica mundial durante o ano de 2009, marcado pela baixa oferta interna de leite e elevadas importações. Há boas expectativas para 2010, já que pode haver aumento do consumo de lácteos devido à recuperação da economia brasileira e dos preços internacionais (CNA/SENAR, 2009).

ERRATA DA EDIÇÃO PASSADA: Na pág. 55, onde se lê: “Apesar disso, a participação nordestina no rebanho leiteiro caiu de 16,4% em 1985 para 9,7% em 2006” LEIA-SE: “Apesar disso, a participação nordestina no rebanho leiteiro caiu de 19,7% em 1985 para 14,8% em 2006”

Tabela 21 – Brasil. Participação das Regiões e dos Estados do Nordeste na Criação de Rebanho de Leite – 1985/1995/2006

Regiões	1985		1995		2006		Var. Abs.			Var. %			Tx. Cresc. Anual
	Leite	Part %	Leite	Part %	Leite	Part %	1997/85	2006/97	2006/85	1995/85	2006/95	2006/85	
Brasil	25.973	100,0	32.884	100,0	22.570	100,0	6.911	-10.314	-3.403	26,6	-31,4	-13,1	-0,67
Norte	570	2,2	2.040	6,2	4.209	18,6	1.470	2.168	3.639	258,0	106,3	638,5	9,99
Nordeste	5.128	19,7	6.453	19,6	3.341	14,8	1.325	-3.112	-1.787	25,8	-48,2	-34,9	-2,02
Sudeste	12.502	48,1	13.990	42,5	8.707	38,6	1.487	-5.283	-3.796	11,9	-37,8	-30,4	-1,71
Sul	4.682	18,0	5.705	17,3	1.286	5,7	1.022	-4.419	-3.396	21,8	-77,5	-72,5	-5,97
Centro-Oeste	3.090	11,9	4.697	14,3	5.028	22,3	1.606	332	1.938	52,0	7,1	62,7	2,35
Estados													
Maranhão	263	1,0	497	1,5	460	2,0	235	-38	197	89,4	-7,6	75,1	2,70
Piauí	250	1,0	359	1,1	86	0,4	108	-272	-164	43,3	-75,9	-65,5	-4,94
Ceará	1.029	4,0	1.243	3,8	537	2,4	215	-706	-491	20,9	-56,8	-47,8	-3,05
Rio Grande do Norte	347	1,3	446	1,4	197	0,9	99	-249	-150	28,7	-55,9	-43,2	-2,66
Paraíba	489	1,9	545	1,7	211	0,9	56	-334	-278	11,5	-61,3	-56,9	-3,92
Pernambuco	637	2,5	852	2,6	286	1,3	215	-565	-351	33,7	-66,4	-55,0	-3,73
Alagoas	199	0,8	323	1,0	140	0,6	124	-184	-59	62,5	-56,8	-29,8	-1,67
Sergipe	179	0,7	298	0,9	116	0,5	119	-182	-63	66,5	-61,1	-35,3	-2,05
Bahia	1.735	6,7	1.889	5,7	1.307	5,8	154	-582	-428	8,9	-30,8	-24,7	-1,34

Fonte: IBGE, 2009a e b.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA – ABIQUIM. **Crise econômica reduziu o déficit em produtos químicos.** Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2010a.

_____. Indústria química planeja investir US\$ 26 bilhões no país até 2014. Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2010b.

_____. **Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC)**, nov. 2009. Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CALÇADOS - ABICALÇADOS. **Sobretaxa derruba pela metade importação de calçado chinês - notícias.** Disponível em: <www.abicalçados.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2010.

A BALANÇA comercial da indústria de transformação: o déficit de competitividade anterior a crise. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Estatísticas do SPB**, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SPBEST>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

_____. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2010.

BNB-ETENE. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários – SIGMAN**. Fortaleza: BNB, 2009. Acesso em: 21 jan. 2009.

BOOM da construção, alta do poder de compra da baixa renda e obras publica vão manter elevada a demanda. Disponível em: <www.cbic.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BNDES aprova financiamento de R\$1,2 bilhão para Mercedes-Benz. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2010b.

BNDES encerra 2009 com desembolso recorde de R\$ 137,3 bilhões. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: jan. 2010a.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 19 jan. 2010b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Aliceweb**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Aliceweb**. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2009.

BRASIL bate recorde de empregos gerados em novembro. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. **Evolução do emprego do Caged**. Disponível em: <www.caged.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA **Real em alta dificuldade recuperação do agronegócio**. set. 2009. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_set09.doc>. Acesso em: 21 jan 2010.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA; BOLSA DE MERCADOS E FUTUROS – BM&F. **Agromensal. Informações de Mercado**. out. 2009. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/10_outubro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 jan. 2010a.

_____. **Agromensal. Informações de Mercado**. Nov. 2009. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/11_novembro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 jan. 2010b.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ QUEIROZ - ESALQ. **Indicadores de Preços. Açúcar**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em 22 jan. 2010a.

_____. **Indicador de Açúcar & Alcool**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/12_dezembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em 22 jan. 2010g.

_____. **Indicadores de Preços. Alcool**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em 22 jan. 2010b.

_____. **Indicador de Algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/12_dezembro/Algodao.htm>. Acesso em 21 jan. 2010c.

_____. **Indicador de Café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/12_dezembro/Cafe.htm>. Acesso em 22 jan. 2010f.

_____. **Indicador de Milho**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/>>

2009/12_dezembro/Milho.htm>. Acesso em 21 jan. 2010d.

_____. **Indicador de Soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/12_dezembro/Soja.htm>. Acesso em 21 jan. 2010e.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA – CNA; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. **Perspectivas 2010, Balanço 2009**. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Balanco%20e%20perspectivas%202009_2010.pdf> Acesso em: 18 jan. 2010.

COMÉRCIO baiano reafirma expansão em maio. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/conteudo.php?ID=2805>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Safra 2009/2010. Quarto Levantamento de Acompanhamento da Safra de Grãos, Janeiro/2010**. Brasília: CONAB, 2010a.

_____. **Safra 2010. Primeira Estimativa de Acompanhamento da Safra Brasileira de Café, Janeiro/2010**. Brasília: CONAB, 2010b.

_____. **Safra 2009/2010. Terceiro Levantamento de Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar, Dezembro/2009**. Brasília: CONAB, 2009.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL - CMA. **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2010.

CRÉDITO em expansão. Disponível em <www.abcip.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2010.

CRÉDITO deve crescer 20% em 2010, projeta diretor do Banco Central. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/12/22/materia.2009-12-22.9376652199/view>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Indicadores Dieese**. Disponível em <www.dieese.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2009a.

_____. **Cesta básica nacional**, nov. 2009b. Disponível em:< <http://www.dieese.org.br/rel/rac/racdez09.xml>>. Acesso em: 15 jan. 2010. (p.8)

_____. **Nota técnica, política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º. de janeiro de 2010:** <<http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

DESEMPENHO exportador explica a recuperação lenta da indústria. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2010. (P.15)

DETRAN – BA. **Estatísticas Gerais**. Disponível em: <<http://www.detran.ba.gov.br/estatistica/index.php>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

DETRAN – CE. **Evolução da frota x motocicletas – 2008-2009**. Disponível em: <<http://portal.detran.ce.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

DETRAN – PE. **Estatísticas Atuais**. Disponível em: <http://www.detran.pe.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=72>. Acesso em: 19 jan. 2010.

DETRAN – SP. **Frota de Veículos – SP**. Disponível em: <<http://www.detran.sp.gov.br/frota/frota.asp>>. Acesso em 19 jan. 2010.

FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO ESTADO DA BAHIA – FCDL BAHIA. **Taxas de endividamento do consumidor de Salvador**, dez. 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB. **Relatório de Acompanhamento Conjuntural**, dez. 2009. Disponível em: <www.fieb.org.br>. Acesso em: 19 jan. 2010.

FIBRIA quer fazer captação de US\$ 1 bi em bônus no exterior. Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Sondagem de investimentos da indústria de transformação**, out./nov. 2009. Rio de Janeiro, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV; INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE. **FGV Dados**. Índice de preços. Disponível em <www.portalibre.fgv.br>. Acesso em: 15 jan. 2010a.

_____. **Sondagem da Indústria de Transformação**. Disponível em <www.portalibre.fgv.br>. Acesso em: 15 jan. 2010b.

INDÚSTRIA pretende investir mais em 2010. Sistema de Informações IEA/Funcex. Disponível em: <www.funcex.org.br>. Acesso em: 18 dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas nacionais trimestrais**, 3º trimestre 2009a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 jan. 2009.

_____. **Pesquisa mensal de comércio**, nov. 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 jan. 2010.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, nov. 2009b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

_____. **Produção industrial física - Brasil**, nov. 2009c. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. **Produção industrial mensal – Nordeste**, nov. 2009d. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2010.

_____. **SIDRA: índices de preços**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010a.

_____. **SIDRA: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Municipal 2008**. Disponível

em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=1&u12=3&u13=1&u14=26674&u15=1&u16=1>>. Acesso em: 07 jan. 2010b.

_____. **SIDRA: Produção Agrícola Municipal 2008**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=215&z=t&o=11>>. Acesso em: 18 jan. 2010c.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – IEA; FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR – FUNCEX. **Calçadistas elevam vendas após sobretaxa**. Sistema de Informações IEA/Funcex. Disponível em: <www.funcex.org.br>. Acesso em: 26 jan. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO - IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza**, dez. 2009.

Lupi: Brasil deverá gerar mais de 2 milhões de empregos em 2010. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/12/02/materia.2009-12-02.7517897448/view>>. Acesso em: 15 de jan. 2010.

MDIC ajusta números da balança comercial de 2009. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2010.

PETROBRAS cria superpetroquímica. Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2010.

SETOR da construção deverá crescer 3% em 2009. Disponível em <www.cbic.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2010.

WORLD STEEL ASSOCIATION. **November 2009 Crude Steel Production**. Disponível em: <www.worldsteel.org>. Acesso em: 20 jan. 2010.

4 - Emprego e Rendimento

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para o agregado das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo a taxa de desocupação atingiu 6,8% igualando-se à de dezembro de 2008, a menor taxa da série PME. Esse recuo revela o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro, apesar da crise econômica mundial. Já nos últimos sete anos, o contingente médio anual da população desocupada passou de 2,6 milhões em 2002 para 1,8 milhão em 2009, queda de 28,2%.

O número de pessoas exercendo algum trabalho estimado pela PME cresceu 1% em dezembro de 2009 em relação ao mês anterior, acréscimo de 212 mil postos de trabalho. No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, constatou-se um

avanço de 1,4%, ou seja, 308 mil pessoas a mais no contingente de ocupados em um ano. Entre 2002 e 2009, a população ocupada assinalou um incremento de 14,9% (Gráfico 1).

No que se refere às regiões metropolitanas nordestinas investigadas pelo IBGE, o recuo de 1,1 ponto percentual na taxa de desocupação observado em Recife, na comparação com o mês anterior, reduziu a diferença da sua taxa de desocupação (8,4%) da média nacional (6,8%). Vale salientar que, em agosto de 2009, esse indicador encontrava-se em 10,9%, 2,7 pontos percentuais acima da média nacional.

A região metropolitana de Salvador registrou uma ligeira queda de 0,4 ponto percentual de sua

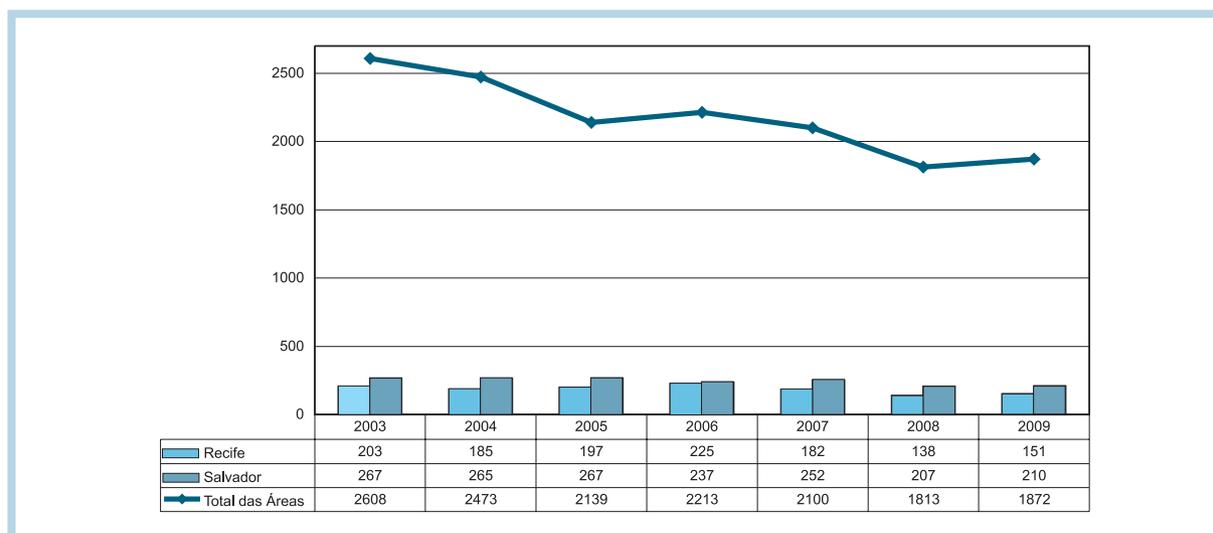


Gráfico 1 – Número de Pessoas Desocupadas, Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador. Mil Pessoas – 2003-2009

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

taxa de desocupação na comparação com o mês anterior. Apesar do recuo, essa região permanece com a maior taxa entre as investigadas pelo IBGE. Entretanto, Salvador exhibe a maior redução na taxa média de desocupação entre 2003 e 2009 (Gráfico 2).

Quanto ao pessoal ocupado, as duas regiões nordestinas investigadas apresentam resultados distintos. Recife registra crescimento de 3,3% na comparação com o mês anterior e de 1,1% em relação a dezembro de 2008, enquanto Salvador apresenta estabilidade no indicador mensal e crescimento de 3,5% no anual. Em relação a 2003, a população ocupada de 2009 nessas duas regiões assinalou incrementos de, respectivamente, 9,3% e 23,8%. Vale destacar que o percentual de Salvador somente foi ultrapassado por Belo Horizonte (24,2%).

Com relação às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o ano de 2009 confirma a expansão contínua da participação dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado desde 2004. Essa categoria atingiu 44,7% das pessoas ocupadas em 2009. A inclusão dos militares, funcionários públicos estatutários e empregados do setor público com carteira

assinada faz essa proporção crescer para 54,2%, contra 49% em 2003. Esse incremento mostra a política explícita do governo de contratação de pessoal com objetivos claros de recuperação da qualidade do serviço público, contribuindo para a expansão da demanda interna.

Recife e Salvador também apresentam expansão significativa dos “com carteira” no setor privado, porém essa categoria participa com 39,8% do conjunto dos trabalhadores em ambas as regiões, abaixo da média nacional (44,7%).

Em dezembro, o nível de rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME registrou queda de 0,9% frente a novembro, ficando em R\$ 1.344,40. Na comparação com o mesmo mês de 2008, esse rendimento médio assinalou um pequeno acréscimo de 0,7% (Gráfico 3).

As regiões metropolitanas nordestinas apresentaram quedas mais acentuadas do que a média nacional no mês de dezembro. Recife registra um decréscimo de 3,7% do rendimento médio real em relação ao mês anterior e de 8% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior. Em Salvador, o rendimento médio real de R\$ 1.098,40

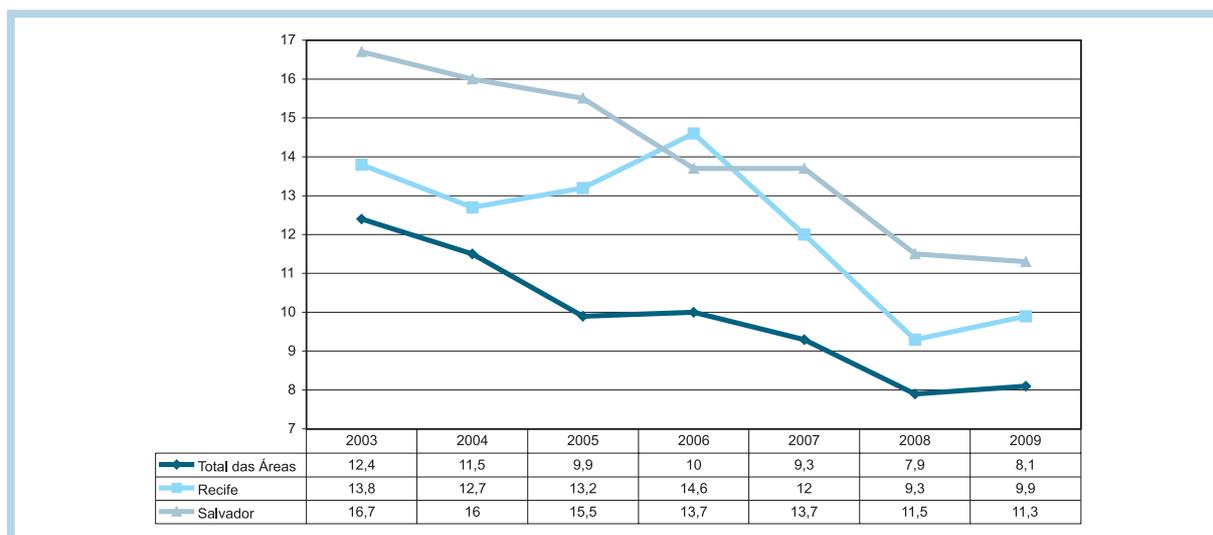


Gráfico 2 – Taxa Média de Desocupação das Seis Regiões Metropolitanas Investigadas pelo IBGE, 2003-2009

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

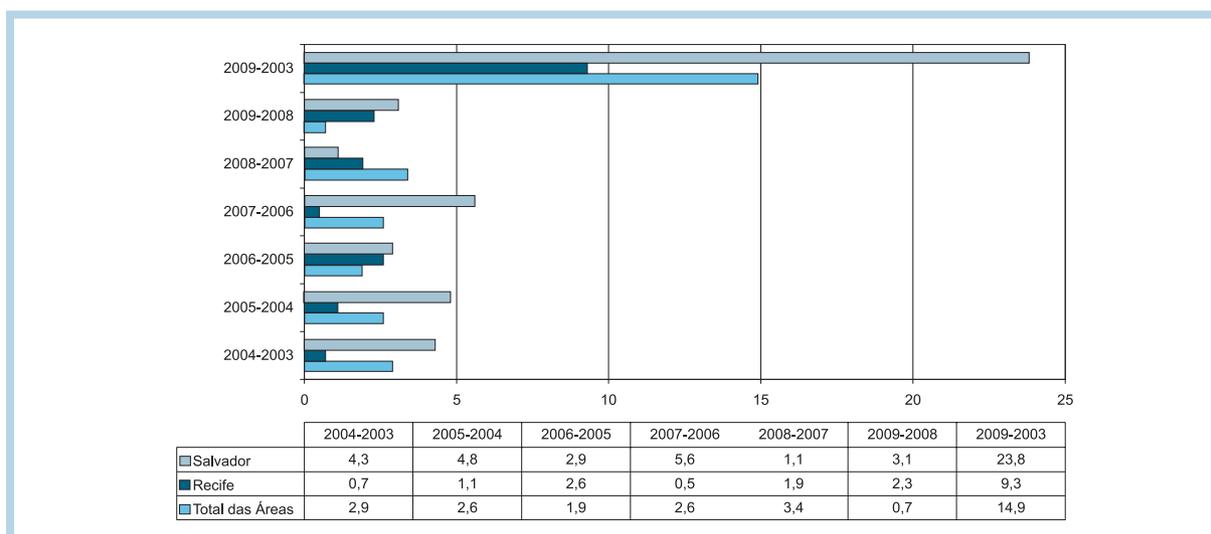


Gráfico 3 – Variação da População Ocupada, Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador. 2003-2009

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

no mês de dezembro significou um recuo de 1,3% na comparação com novembro de 2009 e de 1,2 frente a dezembro de 2008.

Em contrapartida, constata-se nos últimos sete anos uma nítida expansão de 14,3% da mé-

dia anual do rendimento real habitualmente recebido da população ocupada, com todas as regiões metropolitanas registrando incremento. Salvador juntamente com Belo Horizonte e Rio de Janeiro são os destaques, com alta de 19% (Gráfico 4).

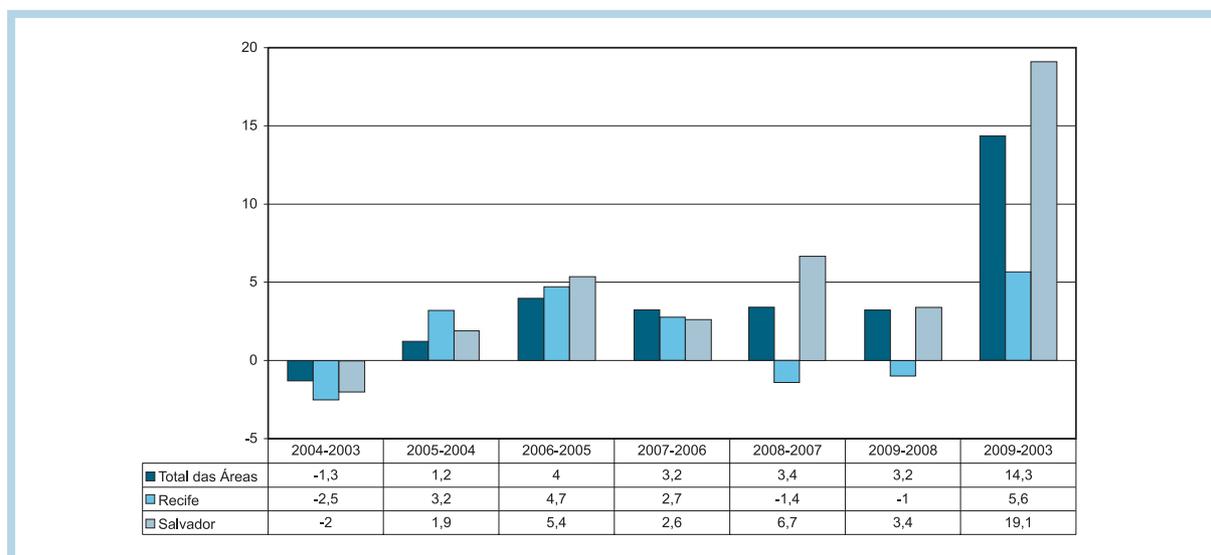


Gráfico 4 – Média Anual do Rendimento Real Habitualmente Recebido pela População Ocupada, Total das Regiões, Salvador e Recife. 2003-2009

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, confirmaram a tendência natural, para o mês de dezembro, de perda de postos de trabalho no Brasil. No mês em referência, foram extintas 415.192 vagas. Isso ocorre por conta, principalmente, da dispensa dos contratos temporários de final de ano. No entanto, o ano fechou com um acúmulo no saldo¹ de 995.110 empregos com carteira assinada. Resultado esse bem inferior ao de 2008, quando foi registrado saldo de 1.452.204 novos empregos celetistas, o que representa uma redução de 31,5%, na comparação 2009/2008.

Mesmo assim, pode-se concluir ser um excelente resultado dadas as condições remanescentes, em 2009, da crise econômica mundial. Vale salientar que, dado o contexto de crise, com a maioria dos

países enfrentando altos índices de desemprego, a realidade brasileira é bem diferente. Os incentivos fiscais, os investimentos públicos de caráter anticíclico, a expansão do crédito pelos bancos públicos, adicionados aos programas compensatórios de renda, contribuíram decisivamente para o desempenho positivo do mercado de trabalho, especialmente no segmento de comércio e serviços. O desempenho econômico interno sustentado, especialmente pelo consumo das famílias, garantiu a manutenção e criação de novos postos de trabalho ao longo do ano. Principalmente a partir do segundo trimestre, como é visto no Gráfico 5.

Entre as regiões, Sudeste (476.031) e Nordeste (227.376) foram as que mais geraram empregos formais em 2009, seguidas pela região Sul (184.324), Centro-Oeste (70.138) e Norte (37.241). Em comparação com 2008, Sudeste e Sul perderam espaço

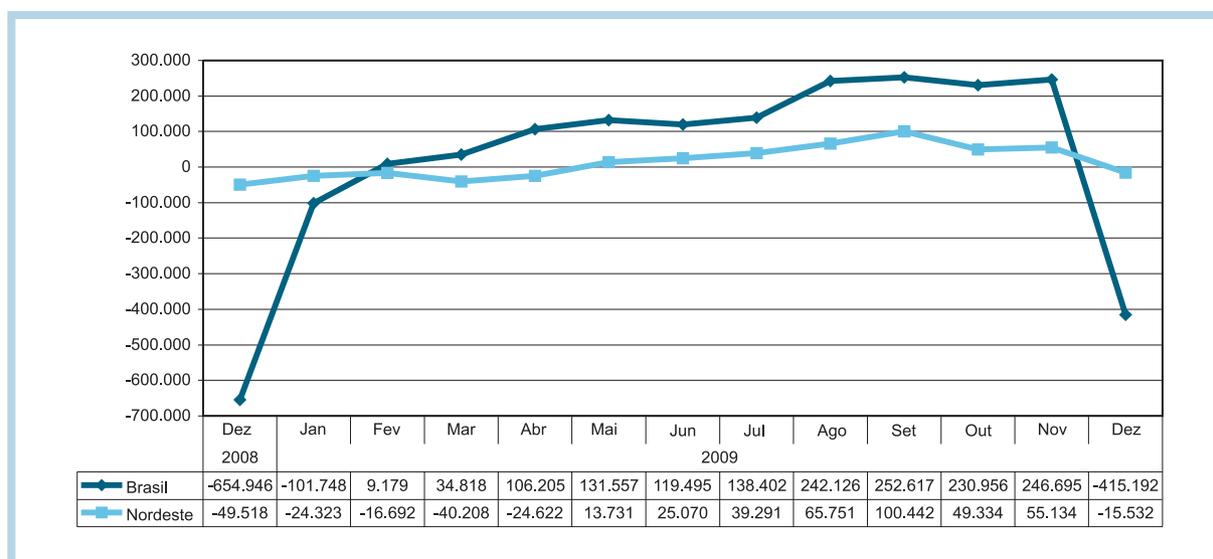


Gráfico 5 – Brasil e Nordeste. Evolução do Emprego Formal (Mensal). Dez. 2008 – Dez. 2009 (Saldo)

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

1 Diferença entre o número de admissões (16.187.640) e o de demissões (15.192.530).

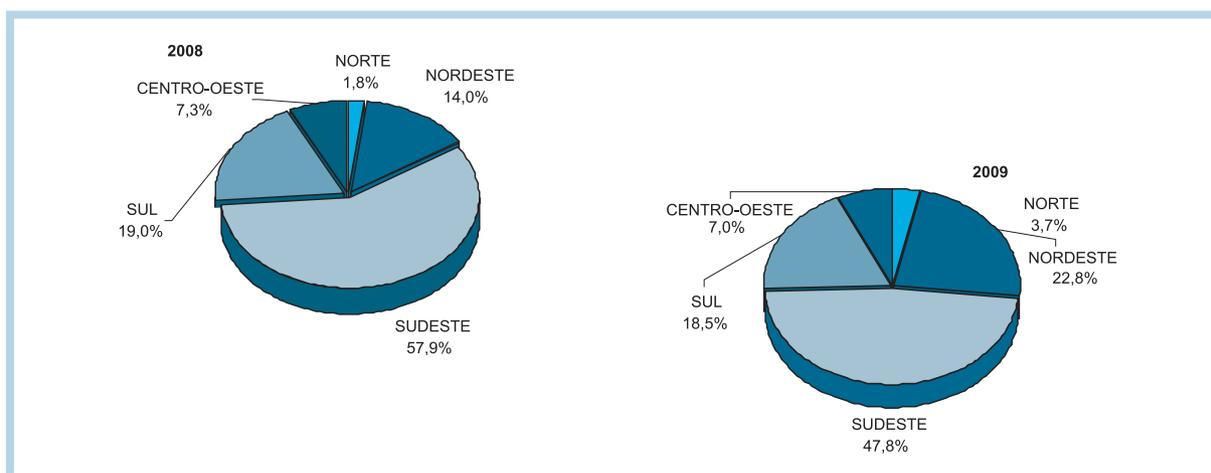


Gráfico 6 – Brasil. Participação das Regiões no Saldo Total Brasileiro em 2008 e 2009

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

na dinâmica nacional, enquanto que o Nordeste e Norte aumentaram sua participação relativa no total brasileiro (Gráfico 6).

Uma análise setorial permite perceber a forte influência de fatores sazonais na dinâmica do mercado de trabalho, tanto a nível nacional quanto regional. A eliminação de 412.192 postos de trabalho em dezembro se deve aos impactos negativos de quatro dos cinco maiores setores: indústria de transformação (-166.040), agropecuária (-117.216), serviços (-68.082) e construção civil (-50.966), responsáveis por 84,8% do saldo negativo do mês.

Na indústria de transformação, o segmento de alimentos e bebidas foi o principal responsável por esse saldo negativo, com a eliminação de

94.567 postos de trabalho – somente o estado de São Paulo, sozinho, respondeu por 60,6% dos desligamentos nesse segmento.

Já no setor de serviços, o segmento de ensino eliminou 43.256 empregos formais. No entanto, historicamente, esses empregos são recuperados a partir de fevereiro. Nesse caso constata-se que as instituições de ensino demitem parte de seus funcionários no início das férias para recontratá-los no início do período letivo (Tabela 1).

O Nordeste terminou o ano de 2009 com um saldo de 227.376 novos postos de trabalho, o que representa 22,8% de todos os empregos gerados no Brasil. Entre as regiões, seu resultado foi inferior apenas ao da região Sudeste. Ao contrário do que ocorreu no cenário nacional, o Nordeste

Tabela 1 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Dezembro 2009

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	995.110
Norte	330	-6.441	853	16.653	12.125	12.614	1.537	-430	37.241
Nordeste	818	37.624	1.119	54.704	57.052	84.661	726	-9.328	227.376
Sudeste	2.159	-44.624	2.212	78.009	144.937	281.884	12.745	-1.291	476.031
Sul	-1.131	13.427	1.239	20.200	64.507	88.491	2.925	-5.334	184.324
Centro-Oeste	-140	10.879	-439	7.619	18.536	32.527	142	1.014	70.138

Fonte: BRASIL, 2010.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 2 – Nordeste. Geração de Empregos Formais por Estado em 2009 (Saldo) – 2008 e 2009

Estados	Resultado Mensal Dezembro		Acumulado no Ano	
	2008	2009	2008	2009
Brasil	-654.946	-415.192	1.452.204	995.110
Nordeste	-49.518	-15.352	203.617	227.376
Alagoas	-5.711	-3.827	19.344	7.821
Bahia	-2.337	-1.954	11.324	71.170
Ceará	-5.759	-356	41.441	64.436
Maranhão	-4.403	-1.699	13.531	-4.784
Paraíba	-2.400	-975	9.895	13.291
Pernambuco	-8.408	-1.123	52.800	46.717
Piauí	-2.795	-1.181	3.322	12.727
Rio Grande do Norte	-2.480	-163	11.038	4.800
Sergipe	-15.225	-4.254	40.922	11.198

Fonte: BRASIL, 2010.

evoluiu na comparação com 2008, com incremento de 11,7%. Esse resultado é devido ao fato de o mês de dezembro de 2009 ter apresentado menos demissões do que o mesmo mês do ano anterior. Dezembro de 2008 foi marcado pelo forte impacto sofrido pelo mercado de trabalho por conta da crise financeira (Tabela 2).

Entre os estados nordestinos, com exceção do Maranhão, todos os demais apresentaram saldo

positivo no estoque de empregados formais em 2009. Destaque para Bahia, Ceará e Pernambuco que mantêm a liderança na geração de emprego. Os três estados, juntos, responderam por 80,1% de todo o saldo de empregos formais nordestino. Essa participação aumentou em 14% na comparação com 2008, o que não significa uma perda de participação dos demais estados e sim a recuperação do nível de emprego desses três estados pós-crise (Tabela 3).

Tabela 3 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Dezembro de 2009 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	17	1.032	-200	3.674	1.163	2.678	-70	-473	7.821
Bahia	269	7.258	766	22.683	14.524	28.099	-17	-2.412	71.170
Ceará	175	21.130	154	9.816	12.559	21.439	630	-1.467	64.436
Maranhão	121	-702	116	-4.027	3.197	-2.045	85	-1.529	-4.784
Paraíba	-57	-268	415	2.558	4.989	3.781	-55	1.928	13.291
Pernambuco	122	6.585	671	11.953	12.290	19.003	-177	-3.730	46.717
Piauí	14	1.176	211	5.230	2.756	2.867	45	428	12.727
Rio Gde. do Norte	11	-906	-1.091	-823	4.160	4.773	306	-1.630	4.800
Sergipe	146	2.319	77	3.640	1.414	4.066	-21	-443	11.198
Nordeste	818	37.624	1.119	54.704	57.052	84.661	726	-9.328	227.376

Fonte: BRASIL, 2010.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

ERRATA DA EDIÇÃO PASSADA: na página 64, onde está escrito: “.. a indústria de transformação apresentou até setembro de 2009 o pior desempenho, eliminando 461 mil empregos celetistas...” **LER:** a indústria de transformação apresentou até setembro de 2009 o pior desempenho, eliminando 60 mil empregos celetistas...”

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego** – retro 2003-2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2010.

5 - Setor Externo

A crise econômica internacional, cujos sinais mais evidentes, a partir do sistema financeiro, surgiram em 2007, repercutiu mais fortemente na economia norte-americana no ano de 2009, como pode ser constatado na recente divulgação da estimativa de crescimento do PIB daquele país (-2,5%), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para a economia global, as estimativas do FMI apontaram declínio em torno de -0,9%, em 2009 (INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF, 2010).

O enfraquecimento da demanda mundial se refletiu sobre a corrente de comércio do Brasil. Este indicador é expresso pela soma dos valores exportados e importados em 2009 (US\$ 280.642 milhões) e apresentou redução de 24,3%, comparativamente a 2008. Trata-se da primeira queda na corrente de comércio brasileira desde o final de 2002.

Em 2009, tanto as vendas externas (US\$ 152.994,7 milhões) quanto as importações (US\$ 127.647,3 milhões) apresentaram contrações de 22,7% e 26,2%, respectivamente, com relação a 2008.

No Nordeste, a análise do comportamento da balança comercial revela superávit de US\$ 881,1 milhões, decorrente das exportações no valor de US\$ 11.616,3 milhões e importações de US\$ 10.735,2 milhões. A exemplo do agregado nacional, exportações e importações regionais apresentaram decréscimos de 24,7% e 30,8%, respectivamente,

ante 2008. Cumpre ressaltar que, desde 2000, não ocorria queda das exportações nordestinas.

A redução no comércio exterior do Nordeste não foi mais acentuada por que a baixa *performance* da economia mundial foi atenuada pela expansão do PIB dos países emergentes. Este comportamento diferenciado entre as economias dos parceiros comerciais nordestinos acarretou alterações na participação dos países de destino das exportações regionais. Em 2009, 15 países responderam por 71,6% das compras internacionais de produtos nordestinos. Deste total, nove baixaram suas participações na pauta total da região. A participação dos Estados Unidos caiu de 20,4% para 16,9% entre 2008 e 2009. Argentina, Países Baixos, Alemanha, Itália, Espanha, México, Bélgica e França também tiveram quedas em suas parcelas nas exportações do Nordeste.

A China, por sua vez, foi o mercado consumidor das vendas ao exterior do Nordeste que apresentou o maior incremento relativo, passando de 7,3%, em 2008, para 11,7%, em 2009. Assinale-se que o valor exportado (US\$ 1.360,7 milhões) para aquele país expandiu-se 19,6%, na comparação anual. O crescimento da participação chinesa se deve, também, ao menor desempenho dos demais parceiros comerciais. De fato, enquanto o FMI estimou aumento do PIB de 2,1% para as economias emergentes, em 2009, e queda de 3,2% das economias avançadas, a alta prevista para a China é de 8,7%.

Em 2009, a análise dos 12 principais capítulos da NCM¹ exportados pelo Nordeste, em 2009, revela que houve declínio de receita em nove deles, destacando-se: ferro fundido (61,6%), combustíveis, óleos e ceras minerais (43%), cobre e suas obras (41,8%), veículos automotores, tratores e ciclos (36,7%). Todos estes capítulos também apresentaram diminuição nas quantidades vendidas.

O desempenho pouco auspicioso das exportações nordestinas, já antecipado nas duas edições anteriores de Conjuntura, possui mais de um fator condicionante. Primeiro, conforme já assinalado, houve redução das transações econômicas internacionais no contexto do desaquecimento da economia global. Segundo, o câmbio bastante

apreciado tem desfavorecido as exportações nacionais e, em particular, da região. Consoante dados da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior – FUNCEX (2010), a apreciação cambial no último ano esteve em torno de 20%².

A apreciação cambial tem seus efeitos acentuados em virtude do comportamento declinante do índice de preço das *commodities*³. Os preços de insumos agrícolas e metais estão se aproximando daqueles vigentes em 2005. Saliente-se ainda que os preços dos metais permanecem em patamar 20% superior ao registrado naquele ano.

A investigação do desempenho das exportações de cada estado nordestino é esclarecedora para compor a situação regional. No conjunto, prati-

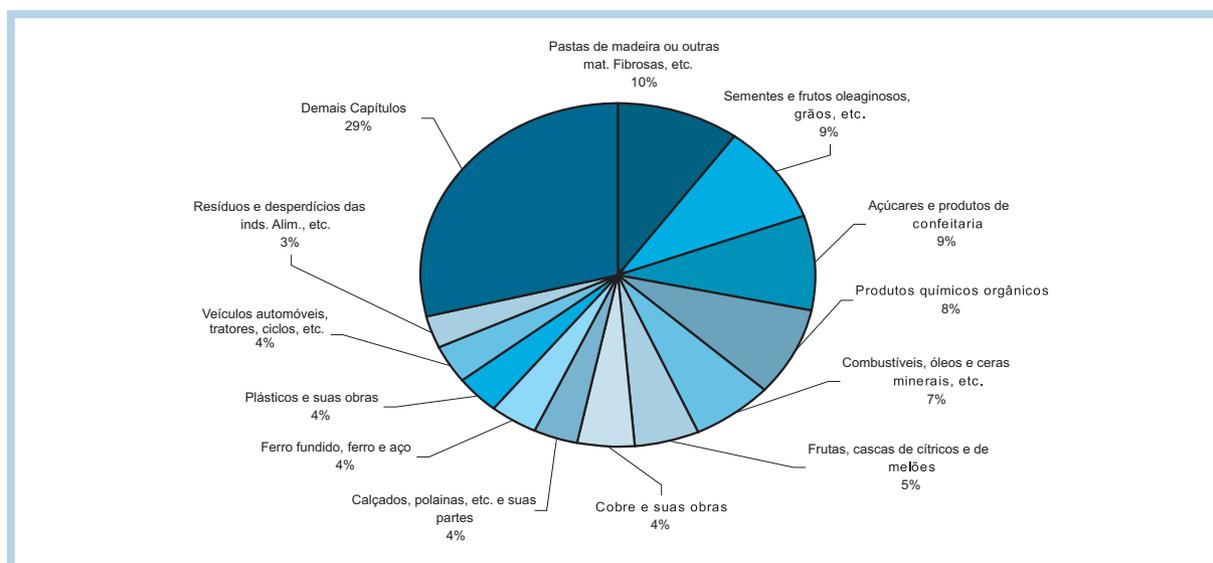


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

- 1 A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) remonta a 1995 com a criação do Mercosul, e aprovada pelo decreto lei 2.376, de 13/12/1997. Trata da classificação de mercadorias com base no Sistema Harmonizado, que é um sistema de classificação de mercadorias internacional. A NCM apresenta oito dígitos e seis níveis de agregação: **capítulo** (representado pelos dois primeiros dígitos), **posição** (a posição dentro do capítulo é apontada pelos quatro primeiros dígitos), **subposição simples** (o quinto dígito), **subposição composta** (sexto dígito), **item** (sétimo dígito) e **subitem** (é a subdivisão do item, representado pelo oitavo dígito).
- 2 A Funcex considera para mensurar o grau de apreciação cambial a taxa de câmbio efetiva real. Esta é calculada com base nas taxas reais de câmbio dos 13 maiores parceiros comerciais brasileiros ponderadas por seus pesos na corrente de comércio.
- 3 O índice de preço de *commodities* primárias é calculado pelo FMI a partir dos preços das principais *commodities* agrícolas e minerais. Inclui cereais (o trigo, o milho e o arroz), óleos vegetais (soja, por exemplo), carne, açúcar, café, dentre outros. Também estão ponderados: insumos agrícolas básicos, minerais (ferro, cobre, alumínio, níquel, zinco, urânio) e fontes de energia como: petróleo, gás natural e carvão. Para maiores detalhes veja: www.imf.org.

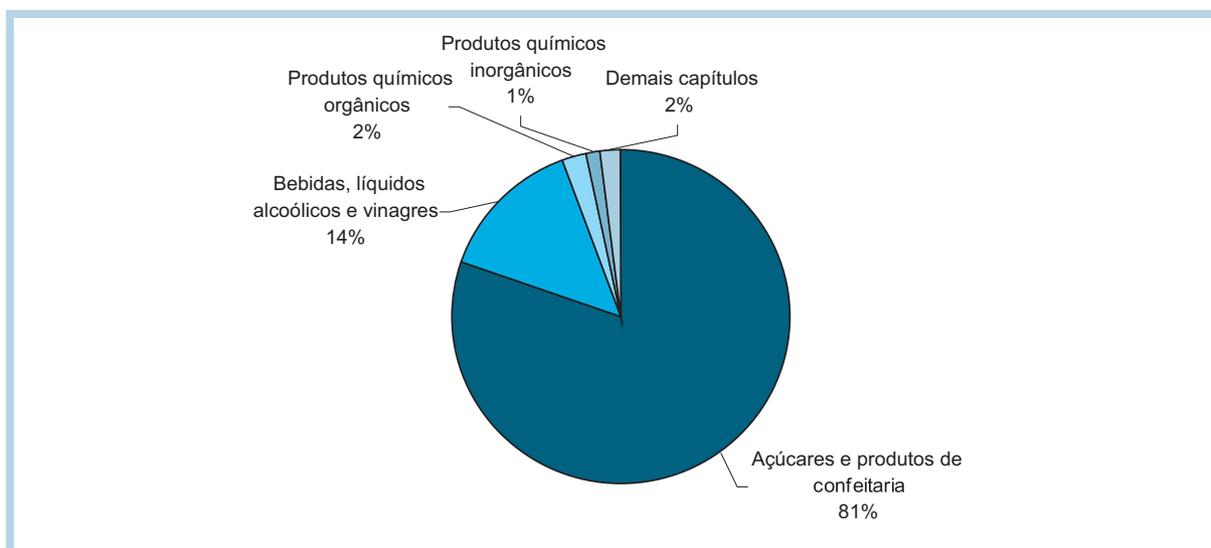


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

camente todos eles tiveram redução na receita de exportação na comparação anual 2009/2008.

O estado de Alagoas obteve 7% das exportações da região em 2009 e revelou o menor declínio dos valores exportados (6%). A pauta estadual é concentrada em dois capítulos: açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 662 milhões) e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 115,8 milhões). Estes dois capítulos foram favorecidos

com incremento de preços da cana-de-açúcar em virtude de problemas climáticos (chuvas no centro-sul) que afetaram a safra brasileira e da Índia (NOTÍCIAS...,2010).

A Bahia, com 31% do PIB nordestino, deteve 60,3% (US\$ 7.010,8 milhões) das exportações regionais, com baixa de 19,3% em relação a 2008. O Estado permanece com a pauta exportadora mais diversificada da região que abrange am-

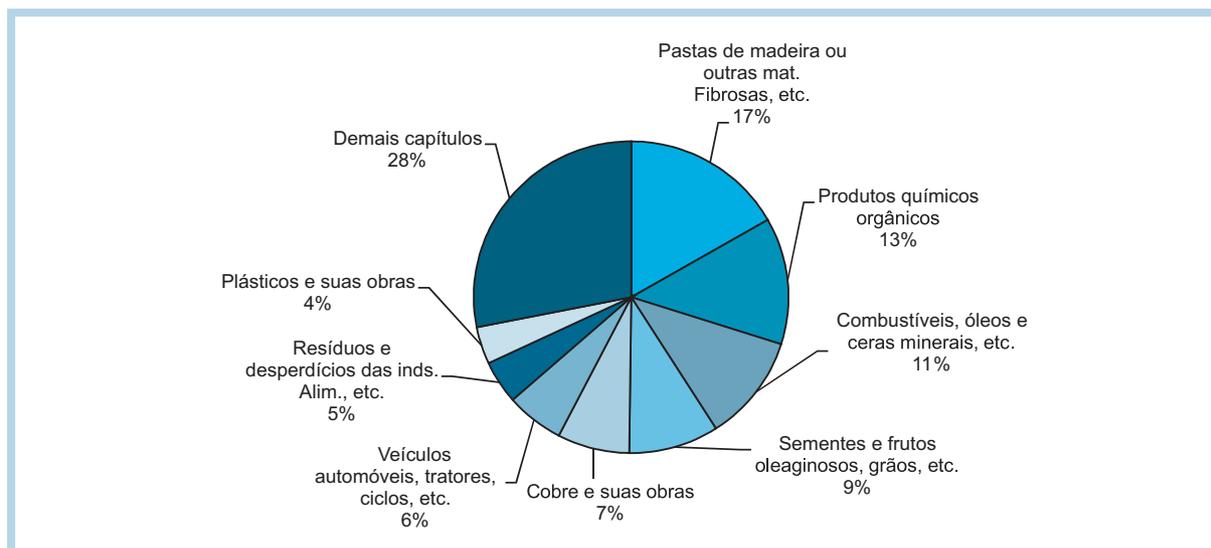


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

pla gama de produtos básicos e industrializados. Por exemplo, produtos de reflorestamento foram consolidados no capítulo pasta de madeira ou de outras matérias fibrosas (US\$ 1.171,5 milhões). Mesmo tendo expandido em 14% a quantidade vendida, houve redução das receitas (14%) desse capítulo em virtude do comportamento declinante do preço (27%). Também se destacaram produtos oriundos do oeste baiano, como sementes e frutos oleaginosos, cujas vendas atingiram US\$ 648,3 milhões. Neste caso, houve aumento de receitas (41%) e da quantidade comercializada (61%), mas, queda de preço.

O pólo petroquímico da Bahia foi responsável por três capítulos expressivos nas exportações estaduais: produtos químicos orgânicos (US\$ 923,2 milhões), combustíveis (US\$ 775,6 milhões) e plásticos e suas obras (US\$ 271 milhões).

O capítulo veículos automóveis, tratores, ciclos etc. (US\$ 416,5 milhões) foi o segundo maior insucesso de receita de exportações: -36,2%. O primeiro lugar ficou com o capítulo cobre e suas obras (US\$ 519,5 milhões), cujo decréscimo somou 41,8%. Ressalte-se que a diminuição de receitas oriundas do metal cobre decorreu, sobretudo, da queda de 34% no seu preço médio, em 2009.

O Ceará, com 15% do PIB nordestino, exportou US\$ 1.080,1 milhões, ou 9,3% do total da região. O mais expressivo da pauta estadual, o capítulo calçados, polainas e suas partes (US\$ 298,2 milhões) experimentou declínio de 14% em sua receita, a despeito do preço estável. Do total de calçados exportados, uma empresa apenas, a Grendene, foi responsável por 43%.

Em seguida, destacou-se o capítulo frutas, cascas de cítricos e melões que abrange a venda de amêndoas da castanha de caju (US\$ 187 milhões), melões frescos (US\$ 74,1 milhões) e melancias (US\$ 10,3 milhões). Nesse capítulo, o crescimento de 5% das receitas foi reflexo do aumento do preço. O capítulo peles e couros sofreu grande impacto da crise em suas receitas (-36%) que somaram US\$ 118,8 milhões.

Dentre os principais capítulos exportados pela economia cearense, o mais fortemente afetado foi o de algodão, cujas vendas alcançaram US\$ 54 milhões. Referido capítulo designa os tecidos de algodão que tiveram declínio de receita de 42,5%, número superior à queda das importações mundiais de algodão (em torno de 30%). O comportamento declinante desse capítulo foi notado nos últimos três anos. No caso do capítulo

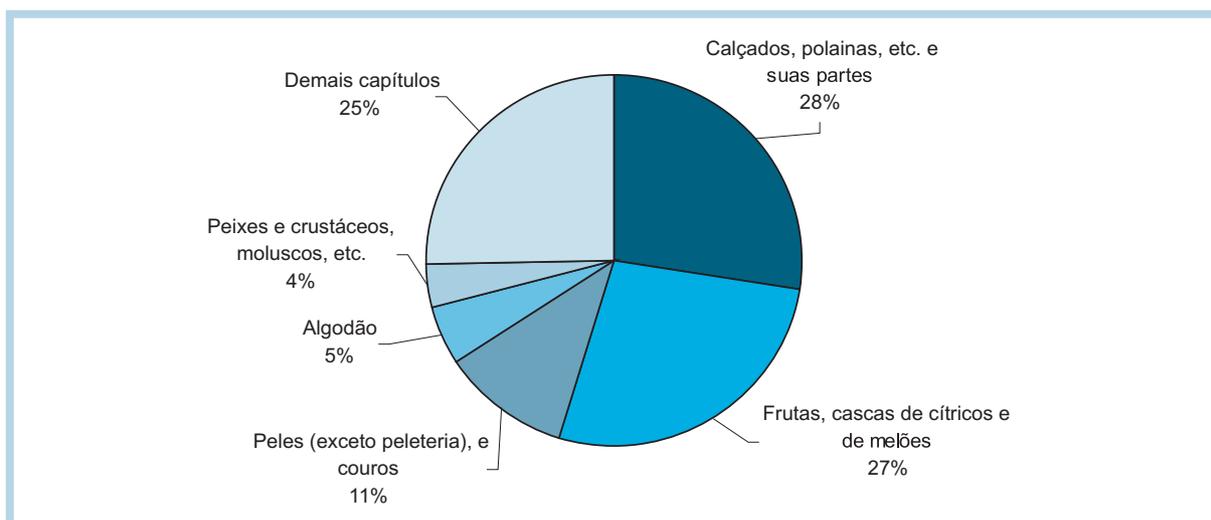


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Ceará – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

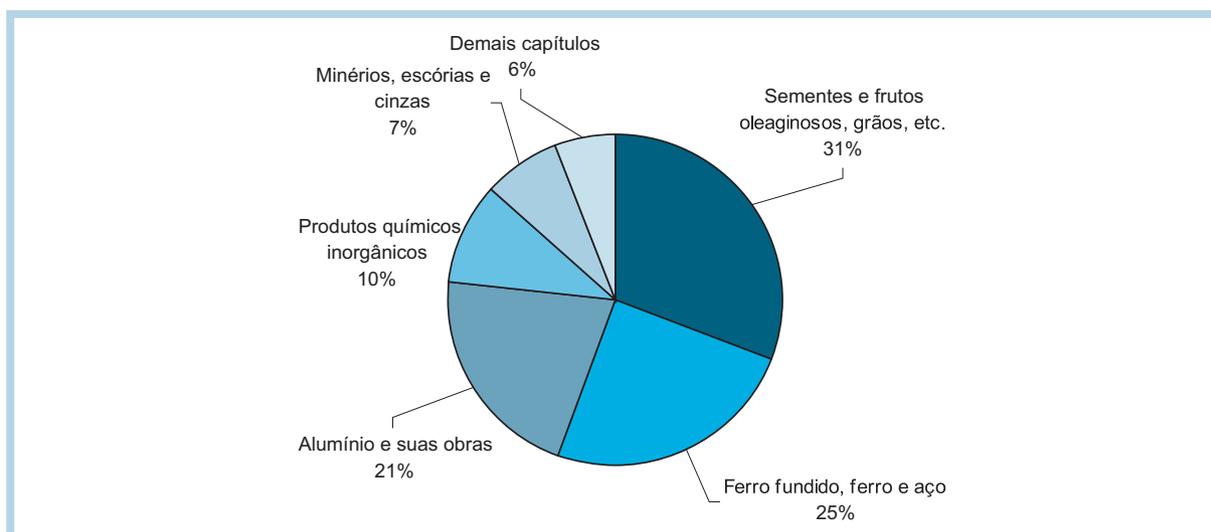


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

peixes, crustáceos e moluscos (US\$ 42,1 milhões) a diminuição nas vendas foi de 12%.

O Maranhão exportou US\$ 1.232,8 milhões, representativos de 10,6% do total do Nordeste. O estado responde por 9,2% do PIB regional e como tem a pauta concentrada em *commodities* minerais e agrícolas foi fortemente atingido pelo cenário internacional de crise. A queda em suas exportações foi a maior do Nordeste, atingindo 56,5%, resultado de declínio tanto dos preços quanto das quantidades vendidas.

O principal capítulo de exportação maranhense foi sementes e frutos oleaginosos, grãos etc. (US\$ 379,3 milhões). Os capítulos ferro fundido, ferro e aço (US\$ 306,4 milhões) e minérios, escórias e cinzas (US\$ 91,9 milhões) registraram os maiores declínios de receitas: 62% e 86%, respectivamente. No caso de alumínio e suas obras (US\$ 260,3 milhões) as exportações recuaram 60,7%, com relação a 2008. Já o capítulo produtos químicos inorgânicos, composto de um produto apenas - alumina calcinada - registrou declínio de 32%.

A Paraíba registrou vendas de US\$ 158,2 milhões em 2009 contra US\$ 226,2 milhões no ano anterior, sendo responsável por 1,3% das exportações

nordestinas. A exemplo de outros estados também acusou retração (30,2%).

A maior parte da pauta exportadora estadual está concentrada em bens de consumo, como calçados, polainas e suas partes (US\$ 61 milhões) e outros artefatos têxteis confeccionados (US\$ 59,1 milhões). Tais capítulos apresentaram declínio de 21,7% e 20%, respectivamente.

Dentre os nove estados nordestinos, Pernambuco teve o segundo menor declínio no valor exportado. Suas vendas em 2009 totalizaram US\$ 823,9 milhões ante US\$ 935,7 milhões no ano anterior, decréscimo de 11,9%. A pauta concentra-se em frutas, açúcares e derivados e plásticos. De fato, em 2009, dois destes capítulos apresentaram incremento de receitas. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 320,2 milhões), a exemplo do ocorrido em Alagoas, tiveram suas exportações favorecidas pelo incremento de preço no mercado internacional.

O capítulo plásticos e suas obras (US\$ 137,8 milhões), no qual sobressai o tereftalato de polietileno em forma primária (US\$ 90,1 milhões), material utilizado nas garrafas PET, teve expressivo aumento da receita de exportação: 74%. Com

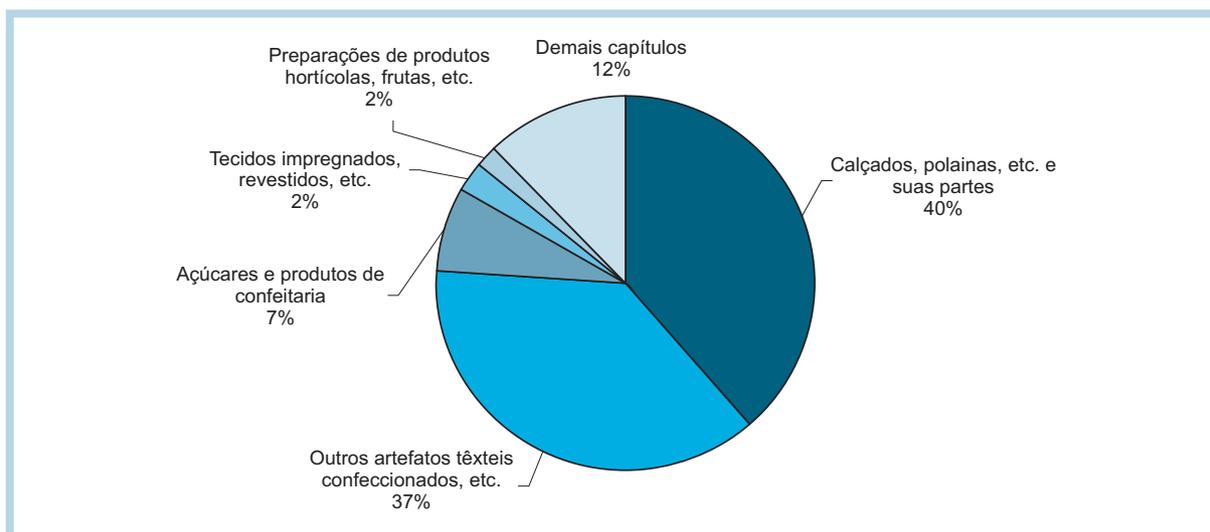


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Paraíba – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

isso, a empresa M & G Polímeros S.A. passou a ser a maior exportadora de Pernambuco, com cerca de 10% do total da pauta em 2009.

Na outra direção, o capítulo frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 94,2 milhões), cujos principais produtos foram uvas frescas (US\$ 66,3 milhões) e mangas (US\$ 26,5 milhões), teve redução de 32% do montante exportado.

O Piauí, detentor de 4% do PIB regional, exportou US\$ 167,4 milhões, representativos de

1,4% das vendas externas nordestinas. Em relação a 2008, as vendas externas do Estado aumentaram 22,3%.

A maior parcela das exportações piauienses deriva dos segmentos da soja e cera de carnaúba. O capítulo sementes e frutos oleaginosos e grãos, com vendas de US\$ 64,7 milhões, teve declínio de 3% em virtude da queda dos preços da soja. Por sua vez, o capítulo gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais, cujo principal produto é a

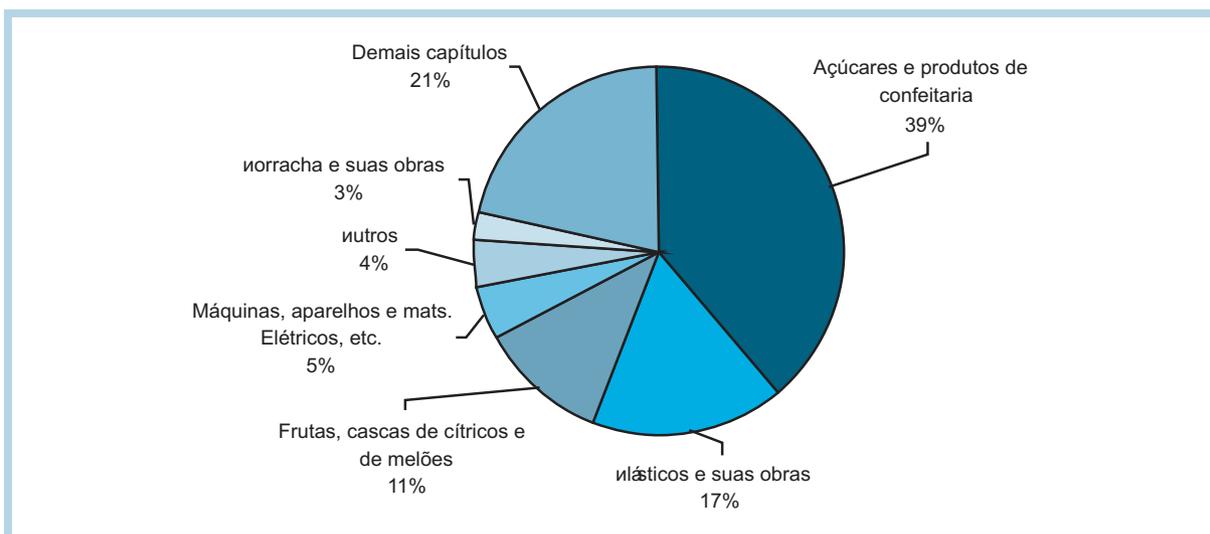


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

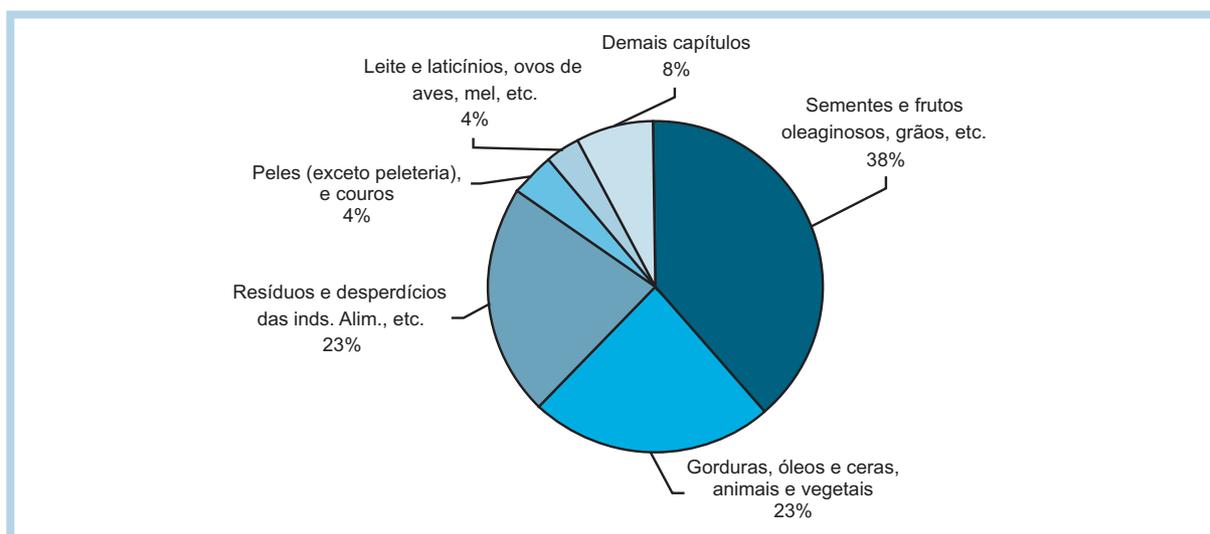


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

cera de carnaúba, retrocedeu em termos de preços e de receitas (10%).

O Rio Grande do Norte (US\$ 258,1 milhões) teve quase metade de sua pauta alicerçada no capítulo frutas, cascas de cítricos e melões (US\$ 118,3 milhões), no qual predomina o comércio de melões, castanha de caju e bananas. Esse segmento experimentou diminuição de 17% nas receitas entre 2009 e 2008.

Os capítulos açúcares e produtos de confeitaria (-27%), peixes crustáceos, moluscos (-39%) foram aqueles com as maiores quedas nas vendas potiguares – com redução inclusive no *quantum* exportado.

O capítulo outros artefatos têxteis confeccionados, que envolve roupa de cama, cobertores e mantas, fechou o exercício com vendas de US\$ 22,4 milhões e incremento de 16% sobre

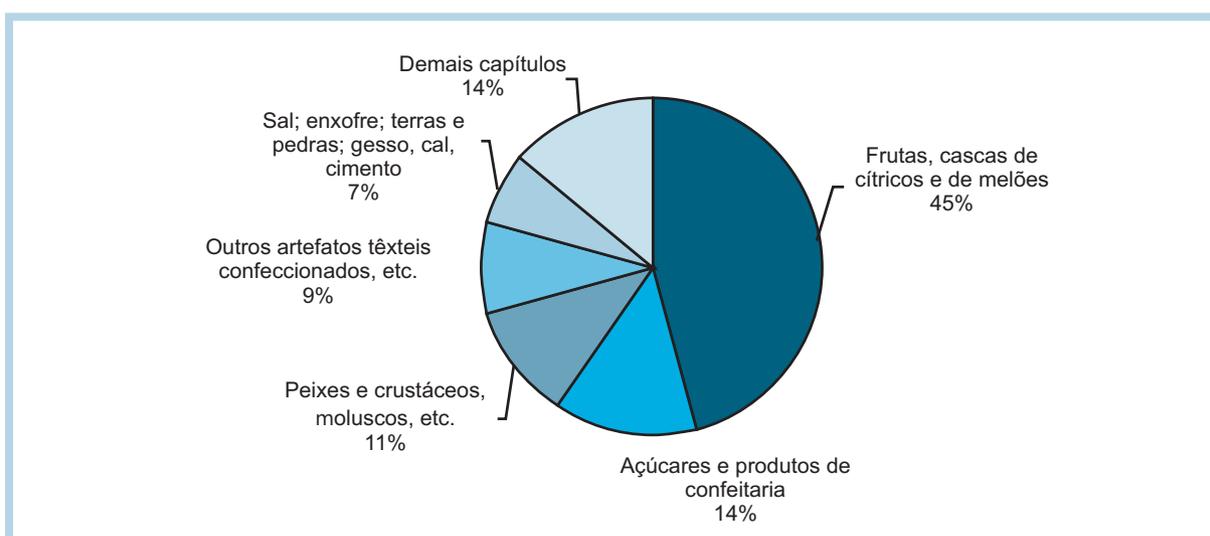


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

2008. A Coteminas, que lidera as vendas desses produtos, também é hoje a maior exportadora do Rio Grande do Norte, com 8,6% do total, seguida pela empresa A. Ferreira, Indústria, Comércio e Exportação Ltda., do ramo de beneficiamento de castanha de caju, com 7,8%.

Em relação ao ano passado, as exportações do Estado retrocederam 25,7%.

Sergipe apresentou queda de 45,5% nas exportações (US\$ 60,7 milhões) em 2009 sobre o ano anterior. O maior responsável por este declínio foi o capítulo preparações de produtos hortícolas, frutas etc. com vendas de US\$ 28,1 milhões, baixa de 44,2%. O destaque foi para a exportação de sucos de laranja (US\$ 20,1 milhões) e outros frutos.

A exportação de cimento (US\$ 10,3 milhões) também sofreu forte impacto da crise mundial, diminuindo as vendas em 67%.

A região Nordeste, como já referido, também apresentou declínio no âmbito das importações, em 2009. Foram US\$ 10,7 bilhões, cifra aquém dos US\$ 15 bilhões em compras realizadas em 2008. A maior parte das importações foi de produtos industrializados (US\$ 9.066,2 milhões).

Cerca de 35% das compras internacionais da região Nordeste correspondem a sete grupos de produtos: óleo diesel (8,5%), naftas para a petroquímica (6,7%), sulfetos de minérios de cobre (5,8%), automóveis (4,9%), querosene de aviação (3,7%), ácido tereftálico e seus sais (2,9%) e outros propanos liquefeitos (2%).

Das importações nordestinas, 32% são insumos industriais e, portanto, bens intermediários. De fato, o Nordeste tem na sua pauta de importação: 42% de bens intermediários, 25% de combustíveis e lubrificantes, 22% de bens de capital e apenas 11% em bens de consumo.

A concentração da pauta importadora em bens intermediários é compatível com o fato das principais empresas importadoras do Nordeste (Tabela 1) também serem grandes exportadoras e da Região se inserir na matriz industrial nacional como produtora de bens intermediários. Os importadores compram insumos necessários à produção de outros bens intermediários a serem exportados.

Por fim, as projeções do FMI, para 2010, são de retorno do crescimento da economia mundial em 3,9%, em comparação a 2009. Mais uma vez,

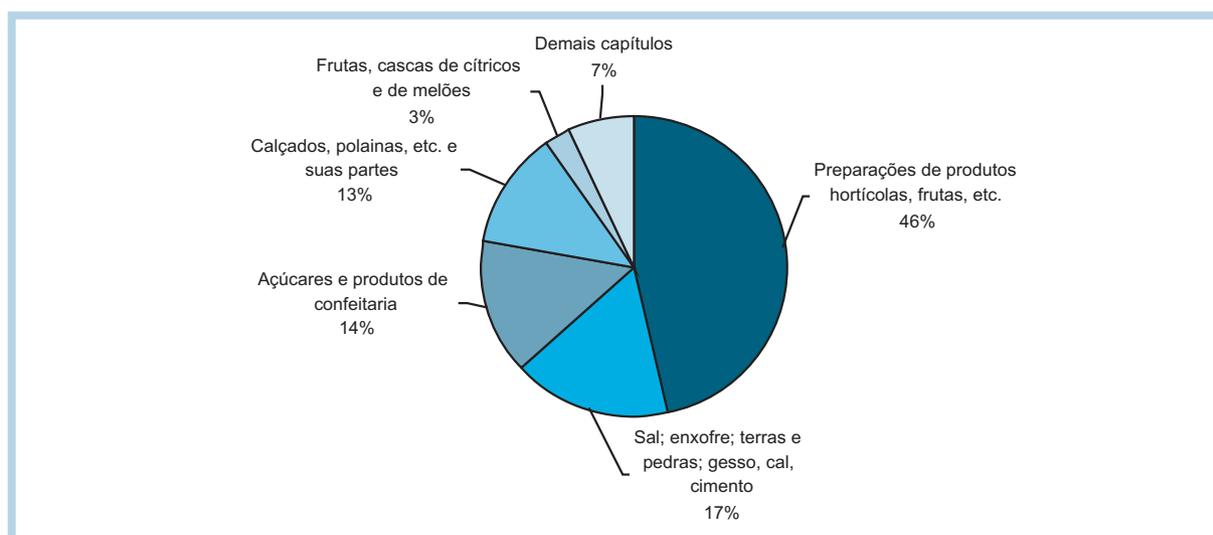


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro/Dezembro de 2009

Fonte: BRASIL, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 1 – Nordeste. Principais Empresas Importadoras em 2009

Empresa	Valor das Importações (US\$ milhões)	Participação (%) nas Importações Totais do Nordeste (2009)
Petrobras	2.183,4	20,34
Ford Motor Company Brasil Ltda	878,8	8,19
Braskem S/A	585,1	5,45
Caraíba Metais S/A	572,6	5,33
M&G Polímeros S/A	333,8	3,11

Fonte: BRASIL, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

o dinamismo econômico positivo estaria relacionado com o desempenho das economias emergentes, cujo crescimento o FMI estima em 6%, com destaque para os países asiáticos, em especial a China (10%) e a Índia (7,7%).

Para o Brasil, o organismo internacional projeta 4,7% de crescimento. A expectativa de órgãos nacionais, como o Banco Central, é mais elevada: incremento de 5,8% do PIB em 2010. Este número decorre do diagnóstico que o Bacen apresentou em janeiro de 2010, no qual sublinhou a situação mais fortalecida, com menor risco externo e fiscal, da economia brasileira ao se deparar com a crise internacional. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010) também assinalou como evidência da recuperação econômica em curso,

a trajetória exibida pelo nível de utilização da capacidade instalada (Nuci), que alcançou o patamar de 84%, no final de 2009. Cumpre ressaltar que o segmento de bens de capital ainda apresenta o menor nível de utilização de capacidade instalada.

Desta maneira, espera-se que tanto as exportações quanto as importações brasileiras e nordestinas devam crescer em 2010. As estimativas apontam para aquecimento da economia interna, o que deve acelerar a taxa de expansão das importações em maior proporção que a de exportações. Como resultado, um menor saldo na balança comercial do país, algo em torno de US\$ 11 bilhões.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 14 jan. de 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2010b.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR - FUNCEX. Disponível em: <www.funcex.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. World Economic Outlook- Update – January 2010. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 01 fev. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Radar número 05, Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091221_radar.pdf>.

ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091221_radar.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2010.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS: Entrevista em vídeo com Erick Mello de Figueredo. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=61585>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Orçamento - Poder Executivo

O Congresso Nacional aprovou um orçamento de R\$ 1.260 bilhões para 2010¹, compreendendo custeio e investimento dos três poderes, do Ministério Público e repasses constitucionais para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Dentro do orçamento é possível identificar uma parte que é regionalizada, compondo o custeio e investimento das despesas discricionárias do Poder Executivo², nos grupos: outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras. É nesses itens que existe a interferência dos parlamentares na indicação de gastos para as regiões do país.

A Tabela 1 discrimina custeio e investimento para o Nordeste. Pelos dados, nota-se o pequeno grau de interferência dos estados no orçamento da União. O total de despesas discricionárias, custeio e investimento no país soma R\$ 81,1 bilhões, correspondentes a 6,4% do orçamento de R\$ 1.260 bilhões. Desse valor, 73% vão para custeio e 27% para investimento. As despesas de custeio devem crescer 18,1% em 2010, comparativamente a 2009, ou 13,1% em termos reais, utilizando-se a projeção do orçamento para o IPCA de 4,45%.

A parcela dessas despesas destinada ao Nordeste totaliza R\$ 28,1 bilhões. Os investimentos, nesse grupo de despesas, no Nordeste, assinalaram crescimento de 17,8%, semelhante aos 17,1% registrados para o país, mantendo a mesma participação relativa de 2009. O custeio teve crescimento mais moderado, da ordem de 7,6%, reduzindo sua participação relativa nesse grupo de despesas do país, de 36,2%, em 2009, para 33%, em 2010.

Analisando-se a alocação dos investimentos nos estados da região, observa-se um crescimento heterogêneo quando comparado o orçamento de 2010 ao de 2009. Enquanto a Bahia registra crescimento de 88,3%, no período, Pernambuco sofre decréscimo de 12,8%.

Centrando-se a análise nesses dois estados, o crescimento dos investimentos na Bahia deve-se à forte concentração dos recursos no Ministério dos Transportes, com uma variação de 234,3%. O investimento, que era de R\$ 481 milhões em 2009, passou para R\$ 1.608 milhões em 2010. Os trechos Ilhéus-Caetitê e Caetitê-Barreiras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste absorvem, respectivamente, R\$ 725 milhões e R\$ 500 mi-

1 Na verdade o orçamento aprovado foi de R\$ 1.856 bilhões. R\$ 596 bilhões vão para rolagem da dívida.

2 As despesas discricionárias são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para a produção de bens e serviços.

Tabela 1 – Custeio e Investimento (*) 2009/2010 – R\$ milhões

Estados	Custeio					Investimento				
	2009	2010	Var. % 2010/2009	Part. %		2009	2010	Var. % 2010/2009	Part. %	
				2009	2010				2009	2010
Alagoas	742	787	6,0	1,5	1,3	481	582	21,1	2,6	2,7
Bahia	3.042	3.250	6,8	6,1	5,5	1.235	2.326	88,3	6,6	10,6
Ceará	1.778	1.982	11,5	3,5	3,3	773	872	12,8	4,1	4,0
Maranhão	1.419	1.501	5,8	2,8	2,5	437	540	23,5	2,3	2,5
Paraíba	999	1.068	6,9	2,0	1,8	274	278	1,4	1,5	1,3
Pernambuco	1.964	2.174	10,7	3,9	3,7	1.012	883	-12,8	5,4	4,0
Piauí	818	885	8,1	1,6	1,5	334	404	21,1	1,8	1,8
Rio Grande do Norte	813	886	9,0	1,6	1,5	259	411	58,6	1,4	1,9
Sergipe	517	537	3,9	1,0	0,9	248	232	-6,1	1,3	1,1
Nordeste	6.079	6.479	6,6	12,1	10,9	2.207	2.020	-8,5	11,8	9,2
Total Nordeste	18.171	19.548	7,6	36,2	33,0	7.259	8.549	17,8	38,8	39,1
Total Brasil	50.145	59.204	18,1	100,0	100,0	18.691	21.892	17,1	100,0	100,0

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Despesas discricionárias do Poder Executivo.

lhões de investimentos. Outros ministérios também tiveram significativo crescimento em seus investimentos. O Ministério da Integração, por exemplo, destinou investimento de R\$ 171 milhões, em 2009, e de R\$ 267 milhões, em 2010, expandindo-se 56,1%. Com um valor menor, mas crescimento significativo, também se encontra o Ministério da Educação, com variação de 75,5% entre os orçamentos de 2009 e 2010, saindo de R\$ 53 milhões para R\$ 93 milhões.

A queda dos investimentos em Pernambuco deve-se à significativa redução dos recursos oriundos do Ministério das Cidades, que caíram de R\$ 414 milhões, em 2009, para R\$ 266 milhões, em 2010, resultando em perda de 35,7% nessa rubrica. Os investimentos para urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários caíram de R\$ 265 milhões, em 2009, para R\$ 89 milhões, em 2010. Outra perda significativa de investimentos ocorreu nos gastos da Presidência da República, mais precisamente em drenagem e adequação da navegabilidade no porto de Suape: de R\$ 149,4 milhões em 2009, desceu para R\$ 59,1 milhões, em 2010. Cabe

salientar que essa perda de investimentos deve ser relativizada, pois, como os objetivos devem ter sido realizados, os investimentos em 2010 naturalmente caem, quer dizer, os assentamentos não mais são precários e a navegabilidade do porto foi alcançada. Um fato que corrobora essa hipótese é que se tirarmos os investimentos do Ministério das Cidades e da Presidência em 2009 e 2010, o investimento no estado aumenta 22,8% de um ano para o outro, ou seja, em todos os outros ministérios ocorreram crescimento dos investimentos em ambos os exercícios.

Com relação ao custeio, observa-se que em nenhum estado nordestino o crescimento foi maior que o crescimento do total do Brasil, que alcançou 18,1%, nesse grupo de despesas discricionárias. O maior crescimento observou-se no Ceará, com 11,5%, concentrando-se a alocação de recursos para 2010 nos seguintes ministérios: Saúde – R\$ 1.662 milhões (R\$ 1.028 milhões para a assistência ambulatorial e hospitalar especializada), Educação – R\$ 237 milhões (Brasil escolarizado – R\$ 102 milhões, Brasil universitário – R\$ 71 milhões) e Desenvolvimento Social e Com-

bate à Fome – R\$ 71 milhões. Somados, os orçamentos desses ministérios correspondem a 99,4% do orçamento de custeio, desse grupo de despesas, do orçamento do estado. A Tabela 2 apresenta o orçamento de 2010, compreendendo custeio e investimento em despesas discricionárias do Poder Executivo, para os estados do Nordeste, dando destaque aos gastos em cada ministério.

Os gastos regionais concentram-se em cinco ministérios, correspondendo a 93,3% do total do orçamento desse grupo de despesas e investimentos. Alguns são discriminados a seguir.

No **Ministério da Saúde** os gastos maiores referem-se aos itens:

- Atenção Básica em Saúde (custeio) – Bahia, R\$ 816 milhões; Pernambuco, R\$ 518 milhões; Maranhão, R\$ 501 milhões; e Alagoas, R\$ 207 milhões;
- Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada (custeio e investimento, respec-

tivamente) – Bahia, R\$ 1.775 milhões e R\$ 58 milhões; Ceará, R\$ 1.028 milhões e R\$ 33 milhões; Pernambuco, R\$ 1.111 milhões e R\$ 29 milhões; Maranhão, R\$ 634 milhões e R\$ 22 milhões; e Alagoas, R\$ 394 milhões e R\$ 12 milhões;

- Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (custeio) – Bahia, R\$ 101 milhões; Ceará, R\$ 96 milhões; Pernambuco, R\$ 72 milhões; e Maranhão, R\$ 42 milhões.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (custeio): Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família – Nordeste, R\$ 6.131 milhões.

Ministério dos Transportes (investimento): Vetor Logístico Nordeste Meridional – Bahia, R\$ 1.608 milhões. Vetor Logístico Nordeste Sentrional – Pernambuco, R\$ 281 milhões; Ceará, R\$ 217 milhões e Alagoas, R\$ 187 milhões. Vetor Logístico Centro-Norte – Maranhão, R\$ 259 milhões.

Tabela 2 – Orçamento 2010 – Custeio e Investimento (*) – R\$ Milhões

Órgão	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Nordeste	Total NE
Presidência	6	62	18	101	12	73	38	47	-	55	410
Ministério de Ciência e Tecnologia	-	-	-	40	-	-	-	5	-	5	50
Ministério da Educação	153	441	317	240	261	414	164	231	124	382	2.727
Ministério da Saúde	658	2.832	1.696	1.245	831	1.783	714	699	440	-	10.898
Ministério dos Transportes	187	1.608	217	259	135	281	158	127	135	-	3.108
Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	-	-	1	-	-	-	-	1	90	92
Ministério da Defesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20
Ministério da Integração Nacional	255	269	278	-	11	145	135	93	8	1.601	2.793
Min. Desenv. Social e Combate à Fome	32	124	71	82	58	95	41	41	26	6.131	6.700
Ministério das Cidades	78	232	257	73	39	266	39	54	36	211	1.286
Outros Ministérios	-	9	-	-	-	-	-	-	-	3	12
TOTAL	1.369	5.576	2.854	2.041	1.346	3.057	1.289	1.297	769	8.499	28.097

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Despesas discricionárias do poder Executivo.

6.2 - Orçamento - Investimento das Estatais

O investimento público em 2010 está orçado em R\$ 151,9 bilhões, o equivalente a 4,6% do PIB projetado pelo governo (R\$ 3,32 trilhões). As estatais responderão por 62,2% desse total (R\$ 94,5 bilhões, superando os R\$ 79,7 bilhões autorizados para 2009). O orçamento de investimento das estatais de 2009 praticamente não mudou em relação ao estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA). O valor estabelecido era de R\$ 79.701 milhões, ficando o valor final de 2009 (Lei+créditos) em R\$ 79.686 milhões. Esses valores estão apresentados na Tabela 3.

Os investimentos das estatais, em 2009, (Lei+créditos) cresceram 26,6% em compara-

ção com os valores de 2008. O orçamento de 2010, comparado com 2009 (Lei+créditos), cresceu menos (18,5%), ou 13,5% em termos reais, utilizando-se a projeção do orçamento para o IPCA de 4,45%. Focando apenas a região Nordeste, o orçamento de 2009 teve significativo crescimento, superando em 100% o de 2008. Alguns estados experimentaram crescimento extraordinário em 2009 em relação ao ano anterior. É o caso de Pernambuco, com 821,7% – de R\$ 493 milhões para R\$ 4.544 milhões, Maranhão, com 335,6% – de R\$ 59 milhões para R\$ 257 milhões, e Bahia, com 149,9% – de R\$ 839 milhões para 2.097 milhões (Tabela 3).

Tabela 3 – Empresas Estatais Federais – Investimento por Região – R\$ Milhões

REGIÃO/ESTADO	2008 - Lei+créditos	2009 - PLOA	Var. %	2009 - Lei+créditos	Part.% - 2009	2010 - PLOA	Part.% - 2010	Var.%
NACIONAL	17.989	20.118	11,8	20.309	25,5	24.663	26,1	21,4
REGIÃO NORTE	1.768	2.535	43,4	2.561	3,2	2.942	3,1	14,9
REGIÃO NORDESTE	6.301	12.600	100,0	12.805	16,1	17.272	18,3	34,9
Região Nordeste	3.929	4.777	21,6	4.732	5,9	4.216	4,5	-10,9
Alagoas	103	234	127,2	234	0,3	290	0,3	23,9
Bahia	839	2.097	149,9	2.111	2,6	2.087	2,2	-1,1
Ceará	254	289	13,8	290	0,4	551	0,6	90,0
Maranhão	59	257	335,6	283	0,4	917	1,0	224,0
Paraíba	4	4	0,0	4	0,0	6	0,0	50,0
Pernambuco	493	4.544	821,7	4.648	5,8	7.922	8,4	70,4
Piauí	415	362	-12,8	362	0,5	860	0,9	137,6
Rio Grande do Norte	189	22	-88,4	127	0,2	397	0,4	212,6
Sergipe	16	14	-12,5	14	0,0	26	0,0	85,7
REGIÃO SUDESTE	23.291	26.802	15,1	26.397	33,1	29.263	31,0	10,9
REGIÃO SUL	3.333	4.634	39,0	4.622	5,8	3.599	3,8	-22,1
REGIÃO CENTRO-OESTE	498	605	21,5	585	0,7	639	0,7	9,2
TOTAL NO PAÍS	53.180	67.294	26,5	67.279	84,4	78.378	83,0	16,5
EXTERIOR	9.762	12.407	27,1	12.407	15,6	16.012	17,0	29,1
TOTAL GERAL	62.942	79.701	26,6	79.686	100,0	94.390	100,0	18,5

Fonte: BRASIL, 2010. Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

Os investimentos das estatais para o Nordeste cresceram 34,9%, em 2010, comparados com os valores de 2009. Os estados com os maiores índices de crescimento são o Maranhão, com 224% (expansão de R\$ 634 milhões), Rio Grande do Norte, com 212,6% (R\$ 270 milhões), Piauí, com 137,6% (R\$ 498 milhões) e Ceará, com 90% (R\$ 261 milhões). Cabe salientar as reduções que ocorrerão em 2010, tendo como referência o orçamento de 2009. A Bahia sofre uma discreta redução de 1,1% (R\$ 24 milhões) e uma queda mais significativa experimenta a região Nordeste como um todo, equivalente a 10,9% (R\$ 516 milhões).

Do orçamento de R\$ 94,4 bilhões para 2010, R\$ 17,3 bilhões são investimentos no Nordeste, o que representa 18,3%. Dos R\$ 17,3 bilhões, 81,6%

são investimentos da Petrobras e 11,1% são da Eletrobrás. A parcela que não foi possível identificar dos investimentos das estatais para o Nordeste corresponde a 7,3%. Os investimentos da Eletrobrás no Nordeste equivalem a 23,7% do total, destinados à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (R\$ 1.078 milhões) e à Companhia Energética do Piauí – Cepisa (R\$ 836 milhões)³.

O orçamento de investimentos da Petrobras para o Nordeste (Tabela 4) está concentrado em Pernambuco, com 53,6% (R\$ 7.555 milhões), Bahia, com 13% (R\$ 1.829 milhões), Maranhão, com 5,8% (R\$ 823 milhões), e Ceará, com 3,3% (R\$ 461 milhões). Os investimentos da empresa na região, sem uma ação definida em um estado específico, montam R\$ 3,1 bilhões ou 22,1% do total.

Tabela 4 – Orçamento de Investimento no Nordeste – Grupo Petrobras

Ações	Valor - R\$ milhões	Part. %
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (holding)	5.776	7,3
Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste	2.339	2,9
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da RLAM, em São Francisco do Conde (BA)	1.777	2,2
Implantação da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão	823	1,0
Implantação da Refinaria Premium II, no Estado do Ceará	343	0,4
Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão	289	0,4
Modernização e Adequação do Sistema de Produção da LUBNOR, em Fortaleza (CE)	118	0,1
Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (BA)	52	0,1
Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste	19	0,0
Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE)	16	0,0
Grupo PETROBRAS	8.316	10,5
Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE)	6.123	7,7
Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste	761	1,0
Implantação de Complexo de Poliéster e resina PET, em Ipojuca (PE).	825	1,0
Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE)	607	0,8
TOTAL NORDESTE - PETROBRAS	14.092	17,8
TOTAL PETROBRAS	79.296	100,0

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica. Petrobras.

3 Correspondente a 97,2% de todo o investimento das estatais para o estado: R\$ 860 milhões.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste (GUILHOTO et al. [2010]), do BNB, foi calculado o impacto desses investimentos sobre o valor bruto da produção (VBP), valor adicionado, empregos, salários e tributos na economia das áreas beneficiadas. Os impactos são estimados dentro do estado, nos outros estados do Nordeste e no restante do país. As repercussões passam a ocorrer a partir da realização do investimento (efeitos diretos) e se prolongam no período de sua maturação, gerando também efeitos indiretos e induzidos (de renda) em outras cadeias produtivas. A Tabela 5 apresenta os impactos em cada variável e possibilita inferir o grau de interdependência setorial a partir dos investimentos projetados para o Nordeste pela Petrobras e pela Eletrobrás.

Os R\$ 16.006 milhões projetados devem gerar R\$ 64.851 milhões em VBP e criar aproximadamente dois milhões de empregos. O VBP que fica na região é estimado em R\$ 39.358 milhões, o que representa 60,7% do VBP total. O nível de vazamentos com relação ao número de ocupações a serem geradas é ainda menor, dado que, do total

de empregos, 80,6% devem ficar dentro da região, equivalentes a 1,6 milhão de pessoas.

O Valor Adicionado estimado, que pode ser interpretado como o PIB gerado por esses investimentos, corresponde a R\$ 33.322 milhões, dos quais R\$ 22.724 milhões (68,2%) ficam na região. Cabe ainda salientar que 61% dos investimentos previstos são da geração de salários (R\$ 9.753 milhões) e 67% são a estimativa da geração de tributos (R\$ 10.640 milhões).

Em função dos investimentos projetados para o estado, Pernambuco apresenta significativos resultados. Do total do VBP estimado para a região, a partir dos investimentos projetados, 47% correspondem ao VBP gerado a partir dos investimentos em Pernambuco, da ordem de R\$ 30.590 milhões. Desse valor, R\$ 16.629 milhões ficam no estado. O mesmo acontece com o volume de empregos, porquanto 50% do total a ser gerado decorre dos investimentos em Pernambuco. Cabe destacar que 733 mil pessoas deverão ser contratadas a partir de demanda, dentro das cadeias

Tabela 5 – Impactos Diretos, Indiretos e Induzidos (de renda) dos Investimentos da Petrobras e Eletrobrás no Nordeste – Orçamento 2010, Sob a Ótica da Matriz de Insumo-Produto (em R\$ milhões Correntes de 2010)

Estado/Região	Investimento Previsto	VBP	VA	Empregos ²	Salários	Tributos
Bahia	1.829	7.989	4.129	229.257	1.244	1.303
Ceará	461	2.030	1.044	58.226	311	335
Maranhão	823	2.890	1.538	85.309	459	467
Pernambuco	7.555	30.590	15.669	993.303	4.462	5.009
Piauí	836	3.620	1.774	98.766	527	621
Rio Grande do Norte	289	1.100	560	31.559	167	179
Sergipe	16	53	27	1.399	8	9
Nordeste ¹	4.197	16.578	8.580	491.187	2.575	2.717
Total	16.006	64.850	33.321	1.989.006	9.753	10.640

Fonte: BRASIL, 2010. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica. Petrobras. Milhões.

Notas: 1. Investimentos projetados para a região, sem um estado definido. 2. Em número de pessoas. VBP - Valor Bruto da Produção. VA - Valor Adicionado.

produtivas locais que receberão os investimentos e a partir dos impactos indiretos e induzidos que

ocorrerão em outros setores produtivos ao longo da realização do investimento.

REFERÊNCIAS



GUILHOTO, Joaquim J. M., AZZONI, Carlos R., ICHIHARA, Silvio M., KADOTA, Décio K., HADDAD, Eduardo A. Estrutura Produtiva da Região Nordeste: Uma análise de insumo-produto. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, no prelo [2010].

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretária Executiva, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Disponível em: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br>. Acesso em 5 de jan. 2010.

7 - Intermediação Financeira

O terceiro trimestre de 2009 marcou o início da recuperação da economia global, quando os principais países centrais começaram a exibir resultados positivos, depois de quatro trimestres seguidos de recessão. De outra parte, como resultado dos esforços de coordenação das ações de governos e bancos centrais das principais economias mundiais, os riscos para a estabilidade financeira recuaram, embora ainda persistam importantes dificuldades, tais como o crescente aumento do desemprego, da inadimplência e os problemas relacionados com ativos tóxicos nas carteiras das instituições financeiras, ainda bastante sensíveis a eventuais novas correções de preços.

Medidas fiscais e monetárias adotadas por governos e bancos centrais de importantes economias levaram à redução dos custos dos financiamentos nas economias emergentes, que tinham apresentado elevação a partir do início da crise, principalmente pela redução dos riscos de *default* soberano e pela irrigação do mercado promovida por diversas autoridades em nível internacional. Consequentemente, essas medidas propiciaram condições de crédito mais favoráveis para o setor corporativo e a reabertura de linhas de crédito destinadas aos mercados internacionais.

Em comparação com os mercados norte-americano e europeu, os sistemas bancários asiáticos, menos expostos aos papéis relacionados com os créditos subprimes dos EUA, continuam gozando

de relativa estabilidade, sendo poucas as instituições financeiras com problemas estruturais em seus balanços.

Por outro lado, o arrefecimento dos efeitos da crise financeira internacional provocou a queda do risco de mercados emergentes, dentre eles o Brasil. A propósito, o indicador de risco do Brasil, em novembro de 2009, retornou ao patamar observado antes do agravamento da crise internacional. Esse resultado refletiu-se positivamente sobre o comportamento do mercado financeiro nacional, favorecendo o retorno dos investidores internacionais ao país, o que colaborou para expressiva valorização do mercado bursátil e para a apreciação do real.

Ademais, segundo o Banco Central do Brasil - Bacen (2010a), no seu Relatório de Estabilidade Financeira (2010a), a qualidade dos ativos do sistema bancário nacional é satisfatória, sem descolamentos relevantes entre seus valores contábeis e os de mercado. Os níveis de provisionamento são confortáveis, mesmo para os atuais índices de inadimplência. A situação de solvência das instituições, que já era adequada, melhorou ainda mais ao longo de 2009, de modo que a alavancagem do sistema foi também reduzida, mantendo-se baixa em comparação aos níveis internacionais.

Nesse particular, os testes de estresse de capital realizados pelo Bacen demonstraram nível adequado de capitalização, indicando ainda que o sistema bancário mantém o índice de Basileia¹ acima do mí-

1 Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência e o Patrimônio de Referência Exigido. No Brasil, a relação mínima exigida é de 11%, de acordo com a Resolução do Bacen de Nº. 3.490, de 2007, e com a Circular Nº 3.360, de 12 de setembro de 2007. Dito de outra forma, corresponde ao mínimo necessário de capital que os bancos têm que reservar para fazer frente às perdas inesperadas decorrentes de suas operações.

nimo regulamentar de 11%, mesmo em cenários extremos, de baixíssima probabilidade de ocorrência, em que é simulada a elevação conjunta do risco de crédito e das taxas de juros e de câmbio.

De acordo com o Relatório de Inflação do Bacen (2010b), as melhores condições assinaladas nos principais mercados financeiros internacionais repetiram-se no Brasil, onde a recuperação gradual das operações de crédito segue sustentada, em especial, pela evolução observada no segmento de pessoas físicas que, em ritmo acentuado desde os primeiros meses de 2009, reflete o cenário de preservação da renda real e, mais recentemente, de redução na inadimplência e melhora nas expectativas dos consumidores. A trajetória do crédito no segmento de pessoas jurídicas, a mais impactada pelo ambiente pós-intensificação da crise mundial, segue em ritmo moderado, mas registra retomada compatível com a recuperação das vendas e dos investimentos, com ênfase na contribuição dos desembolsos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Para finalizar, o sistema bancário brasileiro conseguiu atravessar as intempéries da crise financeira internacional sem impactos significativos, comparativamente às dificuldades enfrentadas especialmente pelos países centrais. De uma forma geral, o mercado de crédito nacional já voltou a operar em condições próximas das observadas no momento de pré-crise. Esse resultado deveu-se a algumas especificidades: moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco, controles eficientes exercidos pelo Banco Central e pronta ação do Governo Federal via a implementação de políticas monetárias tempestivas e eficientes. Destaque, de um lado, para a redução dos depósitos compulsórios, o aumento do redesconto e a diminuição da taxa básica de juros e, de outro lado, para a atuação dos bancos públicos que ampliaram bastante suas operações de crédito, compensando quase totalmente a retração da banca privada, que responde atualmente por quase 60% dos empréstimos bancários do país.

7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

O saldo dos depósitos bancários do Brasil alcançou R\$ 1.691,9 bilhões no final de outubro de 2009, registrando-se uma queda real de 7,6%, em comparação com o mesmo mês de 2008, de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central. Esse resultado negativo deveu-se exclusivamente à redução de 20,9% na captação de depósitos dos bancos privados, que respondiam, na época, por 57,9% dos depósitos totais. Os bancos oficiais, por outro lado, apresentaram um crescimento real de 20,3% no saldo dos seus depósitos, insuficiente, entretanto, para positivar o resultado final, já que respondem por uma

parcela menor dos depósitos (42,1%). No âmbito dos bancos públicos, os melhores desempenhos no saldo de depósitos foram obtidos pelo conjunto dos bancos federais, exceto Banco do Brasil (24,7%), Banco do Brasil (22,7%) e Caixa Econômica (20,4%).

Em função desse resultado negativo, a participação do saldo dos depósitos no total do PIB, que era de 62,1%, em outubro de 2008, caiu para 56,8%, em outubro último.

Segundo informações fornecidas pelo Banco Central, o saldo das operações de crédito reali-

Tabela 1 – BRASIL. Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira – Outubro de 2008 e 2009

Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira	Outubro 2008	Outubro 2009	Variação Real % (¹)	Participação Out/2009, %	Depósitos/PIB (²), em %	
					Out/2008	Out/2009
Banco do Brasil	307.346	370.346	22,7	21,9	10,2	12,4
Caixa Econômica Federal	210.648	249.145	20,4	14,7	7,0	8,4
Bcos. Federais, exceto BB	6.295	7.709	24,7	0,5	0,2	0,3
Bancos Estaduais	78.550	84.751	9,9	5,0	2,6	2,8
Bancos Privados	1.261.848	980.010	-20,9	57,9	42,1	32,9
Total	1.864.687	1.691.961	-7,6	100,0	62,1	56,8
Bancos Públicos	602.839	712.041	20,3	42,1	20,1	23,9
Bancos Privados (³)	1.261.848	980.010	-20,9	57,9	42,1	32,9

Fonte: BACEN, 2010e e 2010c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

(³) Nacionais e Estrangeiros.

zadas no país alcançou, no final de dezembro de 2009, o volume de R\$ 1.410,3 bilhões, significando um aumento real de 17,1%, em 12 meses. O desempenho do ano configura significativa recuperação do mercado de crédito, após a contração

verificada no final de 2008 e começo de 2009. Em função desse resultado, a relação saldo das operações de crédito/PIB, que era de 39,7%, em dezembro de 2008, aumentou para 45%, no final de 2009.

Tabela 2 – BRASIL. Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos – Dezembro de 2008 e 2009

R\$ Milhões Correntes

Usos e Fontes dos Recursos	Dezembro 2008	Dezembro 2009	Variação Real % (¹)	Participação Dez/2009, %	Operações/PIB (²), em %	
					Dez/2008	Dez/2009
1. Usos dos Recursos	1.227.294	1.410.340	17,1	100,0	39,7	45,0
1.1.Setor Público	27.217	58.356	118,5	4,1	0,9	1,9
Gov. Federal	9.336	33.017	260,4	2,3	0,3	1,1
Gov. Est. e Mun.	17.881	25.339	44,4	1,8	0,6	0,8
1.2.Setor Privado	1.200.077	1.351.984	14,8	95,9	38,8	43,1
Indústria	296.435	304.560	4,7	21,6	9,6	9,7
Habitação	63.268	88.970	43,3	6,3	2,0	2,8
Rural	106.365	112.409	7,7	8,0	3,4	3,6
Comércio	124.802	136.677	11,6	9,7	4,0	4,4
Pessoas Físicas	389.541	463.162	21,2	32,8	12,6	14,8
Outros Serviços	219.666	246.206	14,2	17,5	7,1	7,9
2. Fontes dos Recursos	1.227.294	1.410.340	17,1	100,0	39,7	45,0
2.1. Livres	871.177	953.150	11,5	67,6	28,2	30,4
2.2.Direcionados (³)	356.117	457.190	30,8	32,4	11,5	14,6
BNDES	209.259	280.381	36,5	19,9	6,8	8,9
Outros	146.858	176.809	22,7	12,5	4,8	5,6
3.Controle de Capital	1.227.294	1.410.340	17,1	100,0	39,7	45,0
3.1. Instituições Privadas	781.786	826.459	7,7	58,6	25,3	26,4
3.2. Instituições Públicas	445.508	583.881	33,6	41,4	14,4	18,6

Fonte: BACEN, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE.

(³) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

No período considerado, as operações de crédito realizadas pela banca privada (incluindo as instituições nacionais e estrangeiras) apresentaram um incremento real de 7,7%. Os bancos oficiais, entretanto, expandiram seus empréstimos em 33,6%, índice mais de quatro vezes superior ao dos bancos privados. Em decorrência desse quadro, a participação dos bancos públicos no total dos empréstimos concedidos no país, que era de 36,3%, em outubro de 2008, aumentou para 41,4%, ao tempo em que a participação dos bancos privados caiu de 63,7% para 58,6%.

Esses números comportam pelo menos duas observações. Primeiro, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o sistema bancário brasileiro foram minimizados pela expansão das operações de crédito dos bancos oficiais e pela pronta e eficiente política monetária adotada pelo Governo Federal. Segundo, o mercado de crédito nacional pode apresentar resultados ainda melhores no futuro próximo, quando os bancos privados voltarem a registrar o comportamento de forte expansão, que marcou o período de pré-crise. A propósito, vale recordar que, até o final de 2007, a taxa de crescimento das operações de crédito da banca privada era quase o dobro da registrada pelos bancos públicos.

No final de 2009, os recursos livres, que representavam mais de dois terços do total das operações de crédito, exibiram uma expansão real de 11,5%, enquanto as operações com recursos direcionados, constituídos por recursos compulsórios ou governamentais, registraram um crescimento real de 30,8%, em 12 meses. Nesse último grupo,

cabe destacar as operações realizadas com recursos do BNDES, que apresentaram uma expansão real 36,5% no período.

O setor privado, que absorveu 95,9% do saldo das operações de crédito no final de 2009, registrou um crescimento real de 14,8% no período, destacando-se os aumentos apresentados pelos empréstimos concedidos ao setor habitacional (43,3%), influenciados pelo programa governamental “Minha Casa, Minha Vida”, e pelas operações realizadas com pessoas físicas (21,2%), puxadas pelo desempenho do crédito consignado.

De acordo com o Bacen (2010f), a taxa média anual de juros do crédito referencial atingiu 34,3%, em dezembro último, com queda de nove pontos percentuais em 2009, o menor patamar observado desde dezembro de 2007. O *spread* bancário (diferença de taxa de juro entre aplicação e captação) apresentou situação semelhante, recuando 6,4 pontos percentuais ao longo de 2009, alcançando 24,3 p.p. no final do ano.

Segundo ainda a citada fonte, na modalidade do crédito referencial, a taxa de inadimplência, que corresponde à participação das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações, alcançou em dezembro último 5,6%, com incremento de 1,2 p.p. no ano. A inadimplência nos segmentos de pessoas físicas e jurídicas representou 7,8% e 3,8% das respectivas carteiras. Vale registrar que os recursos provenientes do décimo terceiro salário contribuíram para melhorar o perfil da carteira de pessoas físicas em dezembro. Ao longo de 2009, a inadimplência decresceu 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas, mas elevou-se 2 p.p. para pessoas jurídicas.

7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

Conforme já veiculado na edição anterior deste periódico, a intermediação financeira no Nordeste conseguiu manter-se praticamente incólume aos efeitos negativos da crise financeira global. Regionalmente, os bancos públicos, que detêm parcela significativa dos empréstimos e dos depósitos, foram os responsáveis por essa imunização, ampliando não só suas operações, como sua participação no mercado creditício nordestino, contribuindo assim para a manutenção dos canais de financiamento das atividades produtivas da Região.

De acordo com informações fornecidas pelo Bacen o saldo dos depósitos bancários no Nordeste atingiu R\$ 107,7 bilhões, no final de outubro de 2009, exibindo um aumento real de 23%, no período de 12 meses. Vale lembrar que, no mesmo período, os depósitos bancários, em âmbito nacional, apresentaram queda real de 7,6%. No Nordeste, a ampliação dos depósitos bancários foi liderada pelos bancos privados, com expansão de 30% (- 20,9% em âmbito nacional), ao tempo em que os bancos oficiais aumentaram seus depósitos em 19,6%. Nesse último grupo, o maior crescimento na captação de depósitos foi registrado pelo Banco do Nordeste (33,7%), vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (22,4%), os bancos estaduais (19,1%) e o Banco do Brasil (17,4%).

Na posição de outubro último, o estado de Pernambuco detinha a maior parcela dos depósitos bancários obtidos na Região (27,6%), seguindo-se os estados da Bahia (24,2%), Ceará (20%) e Maranhão (6%).

Em termos de desempenho, o maior crescimento nos depósitos bancários também foi registrado em Pernambuco (66,5%), acompanhado de longe pelo Maranhão (22,2%), Piauí (16,5%) e Paraíba (16,3%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste atingiu R\$ 78,9 bilhões², no final de outubro de 2009, representando uma expansão real de 28,4%, frente ao mesmo mês do ano anterior, ligeiramente acima do índice obtido em nível nacional (17,7%), também no intervalo de 12 meses findo em outubro de 2009. Conforme já comentado, a expansão das operações de crédito no Brasil entre dez./2008 e dez./2009 foi de 17,1%.

Na região, os bancos públicos aumentaram seus empréstimos em 34,7% no período out./2008 a out./2009. Em termos de instituição, a maior expansão foi registrada pelas operações de crédito do Banco do Nordeste (48,7%), vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (44,6%), o Banco do Brasil (29,6%) e os Bancos Estaduais (18,5%). A boa notícia é que os bancos privados também estão voltando a ampliar suas operações de crédito, registrando-se um incremento real de 17,3%, no período analisado.

No Nordeste, ao contrário do Brasil, os bancos oficiais detêm a maior parcela dos empréstimos bancários, ficando essa participação, em outubro último, em exatos dois terços.

A Bahia continua absorvendo a maior parcela das operações de crédito realizadas na região

2 Este valor exclui as operações do BNDES realizadas no Nordeste, que não figuram no levantamento do SISBACEN. Em nível nacional, entretanto, o crescimento das operações de crédito de 17,1% inclui as operações do BNDES. Se forem excluídos os empréstimos do referido banco, o crescimento real das operações de crédito em nível nacional, em meses terminados em outubro/2009, cairia de 17,7%, para 13,9%.

Tabela 3 – NORDESTE. Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira – Outubro de 2008 e 2009

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Outubro de 2008	31.340	22.601	3.486	3.970	1.753	59.664	29.454	89.118
Outubro de 2009	36.119	27.160	4.578	4.743	2.051	70.073	37.599	107.672
Variação real, em % (a)	17,4	22,4	33,7	21,7	19,1	19,6	30,0	23,0
Participação Out/2009	33,5	25,2	4,3	4,4	1,9	65,1	34,9	100,0
Operações de Crédito								
Outubro de 2008	20.791	12.404	3.994	5.732	861	39.788	22.815	62.603
Outubro de 2009	26.452	17.612	5.834	7.564	1.002	52.630	26.277	78.907
Variação real, em % (a)	29,6	44,6	48,7	34,4	18,5	34,7	17,3	28,4
Participação Out/2009	33,5	22,3	7,4	9,6	1,3	66,7	33,3	100,0

Fonte: BACEN, 2010e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

(30,8%), vindo em seguida Pernambuco (22,2%), Ceará (14,1%) e Maranhão (7%), distribuição que acompanha o porte das economias dos respectivos estados. Em termos de comportamento, o maior crescimento real dos empréstimos bancários no período out.2008/out.2009 ocorreu no

Piauí (+ 30,5%), Alagoas (+ 27,2%), Rio Grande do Norte (+ 26%) e Bahia (25,9%).

A participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB nordestino tem sido crescente em períodos recentes. Passou de 16,8% para 18,4% entre outubro de 2008/09, segundo

Tabela 4 – NORDESTE. Evolução Real¹ e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Outubro/2009

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Real Out-2009/Out-2008	Participação Estado/NE, Out/2009	Variação Real Out-2009/Out-2008	Participação Estado/NE, Out/2009
Maranhão	22,2	6,0	22,2	7,0
Piauí	16,5	3,3	30,5	4,7
Ceará	14,1	20,0	13,1	14,1
Rio Grande do Norte	8,1	5,0	26,0	6,1
Paraíba	16,3	5,1	12,0	5,8
Pernambuco	66,5	27,6	12,9	22,2
Alagoas	13,6	3,8	27,2	4,7
Sergipe	7,9	5,2	19,3	4,6
Bahia	8,0	24,2	25,9	30,8
NORDESTE ²	23,0	100,0	19,7	100,0
BRASIL	-7,6		17,7	...

Fonte: BACEN, 2010e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) No Nordeste, no final de outubro de 2009, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 107,7 bilhões e as operações de crédito, R\$ 73,6 bilhões.

estimativas do BNB/Etene. Para o Brasil como um todo, essa relação ficou em 44,8% no final de outubro último. O resultado comporta pelos menos duas observações: a intermediação financeira ainda pode crescer muito na economia nordestina e existe um amplo espaço de mercado a ser preenchido pela banca privada.

Outro aspecto a salientar é que, no Nordeste, mais da metade dos empréstimos concedidos refere-se a operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais, agroindustriais e imobiliários) absorveram 33,6%

dos empréstimos realizados. Nesse segundo grupo, destacaram-se os empréstimos imobiliários, com o expressivo crescimento real de 50,1%, participando com 13,1% de todo o crédito concedido na região, comportamento diretamente associado à implementação do programa “Minha Casa, Minha Vida” e aos estímulos governamentais destinados à construção civil. Esse perfil do crédito entre out./2008 e out./2009 também ocorreu em âmbito nacional: as operações de curto prazo representaram a maior parcela do crédito (41,6%) e as de longo prazo 34,1%. Por sua vez, o crédito imobiliário avançou 49,8%.

Tabela 5 – NORDESTE. Discriminação das Principais Operações de Crédito – Outubro de 2008 e 2009

Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Outubro 2008	Outubro 2009	Varição Real, % (*)	Participação Out/2009, %
Operações de Crédito	62.603	78.907	28,4	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	32.521	41.018	28,4	52,0
Financiamentos	8.185	9.132	13,6	11,6
Financiamentos Rurais	6.074	6.656	11,6	8,4
Financiamentos Agroindustriais	330	378	16,6	0,5
Financiamentos Imobiliários	7.035	10.371	50,1	13,1
Outros Créditos	8.458	11.352	36,7	14,4

Fonte: BACEN, 2010b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

7.3 - BNB - Taxas de Juro, Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste do Brasil - BNB é a principal instituição de fomento da Região, responsável pela concessão das maiores parcelas do financiamento de longo prazo. Também se sobressai por praticar taxas de juros bastante competitivas, cobrando percentuais bem abaixo da média do mercado bancário brasileiro. De acordo com

pesquisas sistemáticas do Banco Central, feitas semanalmente desde janeiro de 2009, sobre taxas efetivas de juros no Brasil, o BNB se destaca nas operações com pessoas jurídicas.

A pesquisa referente ao período 5 a 11 de janeiro último, por exemplo, indica que a taxa de

juro cobrada pelo BNB no desconto de duplicata foi a terceira mais baixa do mercado nacional. Ocupa, ainda, a 12ª posição nas operações de capital de giro prefixado e a 14ª posição nas operações de conta garantida. Para pessoas físicas, a taxa cobrada pelo BNB no cheque especial foi a 16ª menor de todo o sistema financeiro. No crédito pessoal posicionou-se no 42º lugar.

Uma outra informação relevante da pesquisa do Bacen: desde o início de 2009, a média das taxas de juro cobrada pelos bancos públicos situa-se bem abaixo da média cobrada pelos bancos particulares. Mais uma vez, os bancos públicos confirmam seu papel relevante no enfrentamento dos efeitos negativos da crise financeira internacional, cobrando menos encargos e expandindo suas operações a um ritmo bastante superior ao da banca privada.

De outra parte, essa iniciativa do Bacen em realizar a citada pesquisa comporta algumas observações: democratiza a informação, torna mais transparente a cobrança de juros e fomenta a

competição no mercado de crédito, contribuindo para a redução das taxas de juro.

No final de dezembro de 2009, o saldo dos depósitos bancários do BNB captados na Região atingiu 4,9 bilhões³, representando um crescimento real de 34,8%, no período de 12 meses.

O Ceará continua liderando a captação de depósitos do BNB na região, com uma participação de 53,5%, no final de dez./09, vindo em seguida Bahia (14,7%), Pernambuco (9,7%), Rio Grande do Norte (5,7%) e Maranhão (5,2%).

Em termos de variação por estado, no período de 12 meses terminados em dezembro de 2009, o maior crescimento real dos depósitos do BNB foi verificado no Rio Grande do Norte (85,7%), vindo em seguida Alagoas (60,2%), Ceará (41%), Bahia (30,7%) e Maranhão (17,2%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas no Nordeste alcançou R\$ 6,1 bilhões⁴ no final de dezembro de 2009,

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro

Período de 5 a 11 de Janeiro de 2010

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)					Posição do BNB	Nº. Bancos Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	Coefficiente Variação ¹		
Pessoa Física							
Cheque especial	6,76	6,39	1,33	9,03	37,87	16º	33
Crédito pessoal	2,79	4,90	1,02	20,54	90,12	42º	92
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	1,69	2,87	1,00	5,32	30,98	3º	48
Capital de giro prefixado	1,51	2,34	0,90	4,50	36,95	12º	65
Conta garantida	2,46	3,56	1,04	8,47	47,58	14º	43

Fonte: BACEN, 2010d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

¹ Dado pela relação desvio padrão/média e indica o índice de variabilidade das taxas em relação à média.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

3 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 6,3 bilhões, no final de dezembro de 2009.

4 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo das operações de crédito do BNB alcançou R\$ 8,4 bilhões, no final de dezembro de 2009.

Tabela 7 – BNB – Evolução Real¹ e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Dezembro/2009

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Real Dez-2009/Dez-2008	Participação Est/NE, Dez/2009	Variação Real Dez-2009/Dez-2008	Participação Est/NE, Dez/2009
Maranhão	17,2	5,2	63,0	10,3
Piauí	10,0	1,9	27,5	7,6
Ceará	41,0	53,5	80,8	20,2
Rio Grande do Norte	85,7	5,7	12,8	6,0
Paraíba	16,4	3,1	19,6	5,3
Pernambuco	15,9	9,7	20,1	8,4
Alagoas	60,2	2,5	41,4	9,1
Sergipe	16,7	3,7	22,7	5,1
Bahia	30,7	14,7	30,5	28,0
NORDESTE	34,8	100,0	38,4	100,0

Fonte: BNB, 2009a.

¹ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

experimentando um incremento real de 38,4%, em comparação a dezembro de 2008.

Uma análise por estado, no período considerado, revela que a maior expansão real dos empréstimos do BNB foi registrada no Ceará (80,8%), seguido de perto pelo Maranhão (63%), Alagoas (41,4%), Bahia (30,5%) e Piauí (27,5%).

A Bahia continua absorvendo a maior parcela das operações de crédito do BNB, detendo 28% do total, no final do atual exercício. Na sequência aparecem o Ceará (20,2%), Maranhão (10,3%), Alagoas (9,1%) e Pernambuco (8,4%).

Alguns programas específicos geridos pelo BNB merecem destaque pelos resultados alcançados. Nesse particular, cabe relevar os números apresentados pelo Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado, cujo objetivo é fortalecer pequenos empreendimentos.

Ao longo de 2009, o programa realizou 1.259,5 mil operações (aumento de 24,8% sobre o exercício de 2008), totalizando R\$ 1,5 bilhão e expansão real de 35,4%. O valor médio da operação ficou em R\$ 1.190,23. O programa continua atendendo a uma clientela predominantemente feminina (65%)

e conta com uma taxa de inadimplência (valor dos créditos vencidos há mais de 90 dias sobre o total dos créditos) bastante reduzida (1,2%), comparando-se com a média registrada pelo sistema financeiro nacional (4,4%).

No decorrer de 2009, o estado do Ceará absorveu a maior parcela (30,3%) do valor das contratações do Crediamigo realizadas no Nordeste, vindo em seguida Maranhão (13%), Bahia (12,4%), Piauí (11,7%) e Pernambuco (8,4%).

De outra parte, o programa direcionado para o fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) cresceu no *quantum* e no volume de recursos aplicado em 2009. Foram contratadas 346,1 mil operações (+17%), significando R\$ 868,1 milhões, aumento real de 29,9% sobre 2008. O Ceará ficou com 22,1 das operações realizadas no Nordeste contra 18,3% da Bahia, 13,6% do Maranhão, 13,2% de Pernambuco e 8,8% do Piauí.

Ademais, somadas as contratações de 2009 do Crediamigo e do Agroamigo, programa de microcrédito rural que substituiu o problemático Pronaf B, o total alcançou R\$ 1,9 bilhão. Com isso, o BNB assumiu a condição de maior banco em

microfinanças da América do Sul, conforme declaração de seu presidente, economista Roberto Smith, à imprensa (BNB,2010).

A presença do BNB no sistema bancário regional ganha mais relevo quando são consideradas em seu ativo as operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Com a junção, o saldo dos empréstimos do BNB atingiu R\$ 29,7 bilhões ao final de outubro de 2009, expansão real de 26,3% sobre a mesma posição de out./2008. Desse volume, 79,6% correspondiam a operações de longo prazo, índice que demonstra a importância do

BNB como agente financeiro do desenvolvimento regional. Vale ressaltar como contraponto que em todo o sistema bancário nordestino as operações de longo prazo representam apenas 33,6% do total, menos da metade do percentual registrado pelo Banco do Nordeste.

Para finalizar, de cada 100 reais emprestados no Nordeste 29 são garantidos pelo BNB e FNE. A instituição é responsável, ainda, por 58,1% de todos os financiamentos concedidos à indústria, comércio e serviços e por 71,3% de todo o crédito rural realizado no Nordeste.

Tabela 8 – BNB – Evolução Real¹ e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Dezembro de 2009

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF Variação Real ²	Participação Estado/NE ³
	Variação Real ²	Participação Estado/NE ³		
Maranhão	45,0	13,0	45,3	13,6
Piauí	27,7	11,7	22,3	8,8
Ceará	33,2	30,3	20,1	22,1
Rio Grande do Norte	42,6	6,2	12,2	6,3
Paraíba	31,5	7,0	38,1	6,5
Pernambuco	29,5	8,4	43,0	13,2
Alagoas	38,4	6,0	36,3	6,8
Sergipe	33,3	5,0	0,5	4,4
Bahia	42,7	12,4	34,1	18,3
NORDESTE	35,4	100,0	29,9	100,0

Fonte: BNB, 2009a.

¹ Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

² Variação real do valor das contratações no período de jan/dez-2009, em relação a jan/dez-2008.

³ Participação dos estados no período de jan/dez-09.

Obs.: No período de janeiro-dezembro/09, o valor das contratações do CREDIAMIGO, no Nordeste, alcançou R\$ 1.434,6 milhões e o do PRONAF, R\$ 781,3 milhões.

Tabela 9 – NORDESTE. Discriminação das Principais Operações de Crédito – Saldos em Outubro de 2008 e 2009

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB ⁽¹⁾ (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN ⁽³⁾ (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Outubro de 2008							
Total das Operações de Crédito	3.994	19.978	23.972	62.603	82.581	6,4	29,0
Empréstimos e Títulos Descontados	959	1.478	2.437	32.521	33.999	2,9	7,2
Financiamentos	1.207	6.277	7.484	8.185	14.462	14,7	51,7
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.387	10.956	12.343	6.404	17.360	21,7	71,1
Outros Créditos	441	1.267	1.708	15.493	16.760	2,8	10,2
Outubro de 2009							
Total das Operações de Crédito	5.834	23.908	29.742	78.907	102.815	7,4	28,9
Empréstimos e Títulos Descontados	2.359	2.109	4.468	41.018	43.127	5,8	10,4
Financiamentos	1.492	9.107	10.599	9.132	18.239	16,3	58,1
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	1.775	11.310	13.085	7.034	18.344	25,2	71,3
Outros Créditos	208	1.382	1.590	21.723	23.105	1,0	6,9
Varição Real⁽⁴⁾ em %, Out-2009/Out-2008							
Total das Operações de Crédito	48,7	21,9	26,3	28,4	26,8
Empréstimos e Títulos Descontados	150,5	45,3	86,7	28,4	29,2
Financiamentos	25,9	47,7	44,2	13,6	28,4
Financiamentos Rurais ⁽²⁾	30,3	5,1	8,0	11,9	7,6
Outros Créditos	-52,0	11,1	-5,2	42,8	40,4

Fontes: BACEN, 2010c; BNB, 2009b. Elaboração equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Operações realizadas nos Estados do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extrarregionais, era de R\$ 5.098 milhões, em out/2008, e de R\$ 8.064 milhões, em out/2009.

(2) Inclui também os financiamentos agroindustriais.

(3) Os dados do SISBACEN não incluem as operações de crédito do BNDES realizadas no Nordeste.

(4) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Estabilidade Financeira, out. 2009, vol. 8, n. 2. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010a.

_____. Relatório de Inflação, dez. 2009, vol. 11, n. 4. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010b.

_____. Boletim do Banco Central, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010c.

_____. Taxas de Juros de Operações de Crédito, 5 a 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010d.

_____. SISBACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2010e.

_____. Política Monetária e Operações de Crédito do SFN – nota para a imprensa – 21 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2010f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. Nordeste
– Conjuntura Mensal – Boletim Eletrônico, n. 12,
dez. 2009a.

_____. Informações Gerenciais do Programa Cre-
diamigo – Nov. 2009b.

BNB aplicou R\$ 20,8 bilhões na economia em
2009. Diário do Nordeste, Fortaleza, 27 jan. 2010.
Caderno de Negócios, p. 8.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2010-02/4.310 - Tiragem: 1.400

ISSN 1807883-4



9 771807 883004

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

